

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás – SFA-GO
Seção de Planejamento e Acompanhamento - SePA



RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE
2012

15 de Novembro
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
de 1889

GOIÂNIA- GO MARÇO DE 2013

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás
Seção de Planejamento e Acompanhamento - SePA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Ementa:

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado ao órgão de Controle Externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, da Portaria – TCU nº 150, de 03 de julho 2012 e Portaria – CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013.

RELATÓRIO INDIVIDUAL

Unidade Responsável pela Elaboração: Seção de Planejamento e Acompanhamento -SePA

GOIÂNIA-GO, MARÇO DE 2013

SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

	Lista de Tabelas (QUADRO)	05
	Lista de Siglas	07
	PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN Nº 119 DE 18/01/2012	
1.1	Relatório de Gestão Individual	09
	Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – SFA/GO – Relatório de Gestão Individual	09
1.2	Finalidade e Competência Institucionais da Unidade	10
1.3	Organograma Funcional	10
1.4	Macroprocessos Finalísticos	11
1.5	Macroprocessos de Apoio	11
1.6	Principais Parceiros	11
	INTRODUÇÃO	12
	Itens que não se aplicam a á natureza da SFA-GO	12
	Itens que não houve ocorrência na SFA-GO	15
	PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/01/2012	16
2	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	16
2.1	Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	16
2.2	Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	20
2.3	Execução do Plano de Metas ou de Ações	33
2.4	Indicadores	33
	PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	34
3	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	34
3.1	Estrutura de Governança	34
3.2	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	35
3.5	Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	35
	PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	36
4	PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	36
4.1	Informações Sobre Programas do PPA e Responsabilidade da UJ	36
4.1.4	Informações Sobre Ações de Programas de Responsabilidade da UJ	36
	Quadro A.4.4 Informações sobre Ações vinculadas a Programas Temáticos da UJ	36
4.1.6	Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado de Responsabilidade da UJ	72
	Quadro A 4.6 – Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ	72
4.2	Informações sobre a Execução orçamentária e Financeira da Despesa	78
4.2.4.2	Execução orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	78

4.2.4.2.1	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	78
	Quadro A.4.14 – Despesas por modalidade de contratação – Créditos de Movimentação	78
4.2.4.2.2	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito de Movimentação	79
	Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito de Movimentação	79
4.2.4.2.3	Análise Crítica	80
	PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	81
5.	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	81
5.2	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	81
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	81
	Quadro A 5.2. Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	81
5.2.2	Análise Crítica	81
5.3	Transferência de Recursos	81
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	81
	Quadro A 5.3 Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	81
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	82
	Quadro A 5.4 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	82
5.3.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferência que Permaneceram vigentes no Exercício de 2013 e seguintes	84
	Quadro A 5.5 Resumo dos Instrumentos de Transferência que Permaneceram vigentes no Exercício de 2013 e Seguintes	84
5.3.4	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	85
	Quadro A 5.6 Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	85
5.3.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	86
	Quadro A 5.7 Visão Geral da Análise das Prestações de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	86
5.3.6	Análise Crítica	86
5.4	Suprimentos de Fundos	87
5.4.1	Despesas Realizadas por Meio de Suprimentos de Fundos	87
5.4.1.1	Suprimentos de Fundos – Visão Geral	87
	Quadro A 5.8 Despesas Realizadas por Meio de Suprimentos de Fundos (SF)	87
5.4.1.3	Suprimentos de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	87
	Quadro A 5.10 Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	87
5.4.1.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo da UJ	88
	Quadro A.5.11 – Despesa Realizada por meio da Conta tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	88

5.4.1.5.	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	88
	Quadro A.5.12 – Prestações de Conta de Suprimento de Fundos (Conta tipo “B” e CPGF)	88
5.4.1.6	Análise Crítica	88
	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	89
6.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	89
6.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos	89
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	89
	Quadro A 6.1 Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada – Situação Apurada em 31/12	89
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	89
	Quadro A 6.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho da U J – Situação em 31/12	89
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	90
	Quadro A 6.3 Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação 31 de Dezembro)	90
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	90
	Quadro A 6.4 Quantidade de Servidores da UJ Por Faixa Etária - Situação em 31/12	90
6.1.2.2	Qualificação do quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade	90
	Quadro A 6.5 Quantidade de Servidores da UJ Por Nível de Escolaridade – Situação em 31/12	90
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	91
	Quadro A 6.6 Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores	91
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	92
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	92
	Quadro A 6.7 Classificação do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12	92
6.1.4.2	Demonstrações das Origens das Pensões pagas pela UJ	92
	Quadro A.6.8 Instituidores de pensão – Situada Apurada em 31/12	92
6.1.7	Informações sobre atos de pessoal sujeitos a registros e comunicação	93
6.1.7.1	Atos sujeitos à comunicação ao Tribunal por internet do SISAC	93
	Quadro A.6.9 Atos sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	93
	Quadro A.6.10 Atos sujeitos a comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	93
	Quadro A.6.11 Regularidade do Cadastro dos Atos do SISAC	94
6.1.7.3	Informações da atuação do órgão de controle interno (OCI) sobre os Atos	94
	Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os Atos submetidos a Registro	94
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	95
	Quadro 6.1.8.1 - Absenteísmo	95
	Quadro 6.1.8.2 – Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais	96
	Quadro 6.1.8.3 – Rotatividade de Pessoal	97
	Quadro 6.1.8.4 – Educação Continuada	98
	Quadro 6.1.8.5 - Disciplina	99
	Quadro 6.1.8.6 – Aposentadoria VERSOS Reposição do Quadro	100
6.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	101
6.2.4	Informação sobre a Contratação de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva	101

	pela UJ	
	Quadro A 6.17 Contratos de Prest. de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva	101
6.2.5	Informações sobre locação de mão-de-obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	102
	Quadro A.6.18 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de mão-de-obra	102
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	103
	Quadro A 6.19 Composição do Quadro de Estagiários	103
	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	104
7.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	104
7.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	104
	Quadro A.7.1.1 Frota de veículos automotores de propriedades da UJ	104
7.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	104
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	104
	Quadro A 7.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	104
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	105
	Quadro A 7.3 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob a Responsabilidade da UJ	105
	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº Nº 119, DE 18/01/2012	106
8.	GESTÃO DA TEC. DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	106
8.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	106
	Quadro A 8.1 Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	106
	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	106
9.	GESTÃO DO USO DOS REC. RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	106
9.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	106
9.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	106
	Quadro A 9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	106
	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	107
10.	CONFORMIDADE E TRAT. DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	107
10.1	Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	107
10.1.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	107
10.1.4	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	107
	Quadro A 10.4 Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	107
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	108
10.3.1	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei nº 8.730/93	108
	Quadro A.10.5 Dem. Cump., por autoridade e serv. da UJ da Obrigação de entrega da DBR	108
1.1.1.1	Análise Crítica	108
10.4.1	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIAG e SICONV	108
	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	109
11.2	Declaração do Contador Atestando a conformidade das demonstrações Contábeis.	109
11.2.1	Declaração Plena	109
	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	109
12.	Outras informações sobre a Gestão	109
12.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	109
12.2	Rol de Responsáveis – Exercício 2012	110
13	Anexos	113

13.1	Organograma Funcional	113
13.2	Mapa Estratégico	114
	Formulários 4 – Acompanhamento do resultado Estratégico	114
13.3	Formulários nº 4	114
	Formulários 3 – Detalhamento dos Indicadores de Desempenho estratégico	130
13.4	Formulários nº 3	130
13.5	Avaliação do funcionamento dos controles internos	143
	Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	143
13.6	Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria 1.043/2007 da CGU	145
13.7	Indicadores Institucionais	146
13.8	Relação da Frota de Veículos SFA-GO	157
13.9	Gestão da Tecnologia da Informação da UJ	159
	Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da UJ	159
	8.2 - Análise Crítica	162
13.10	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	162
	Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	162
13.11	Relatório de cumprimento da OCI	165
	Quadro A.10.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	165
13.12	Declaração – SIASG e SICONV	168
13.13	Declaração de que as Demonstrações Contábeis refletem corretamente a situação orçamentária financeira e patrimonial	169
14	Conclusão do Relatório de Gestão	171

LISTAS DE TABELAS (QUADROS)

- Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – SFA-GO – Relatório de Gestão Individual
- Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ
- Quadro A.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
- Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ
- Quadro 4.4.3-f – Desempenho Orçamentário e Financeiro – Indicadores Institucionais
- Quadro 4.4.3.f.1 – Desempenho Orçamentário e Financeiro – Indicadores Institucionais – FISCALSEM1
- Quadro 4.4.3.f.2 – Desempenho Orçamentário e Financeiro – Indicadores Institucionais – FISCINAN
- Quadro 4.4.3.f.3 – Desempenho Orçamentário e Financeiro – Indicadores Institucionais – INSPANIMAL3
- Quadro 4.4.3.f.14 – Desempenho Orçamentário e Financeiro – Indicadores Institucionais – IPVEGETAL2
- Quadro 4.4.3.f.15 – Desempenho Orçamentário e Financeiro – Indicadores Institucionais – PCEANIMAL
- Quadro 4.4.3.f.6 – Desempenho Orçamentário e Financeiro – Indicadores Institucionais – VIGIFITO1
- Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
- Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elementos de Despesas – Créditos de MOVIMENTAÇÃO
- Quadro A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
- Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de Referência
- Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
- Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes
- Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse
- Quadro A.5.7 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
- Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos. (SF)
- Quadro A.5.10 – Despesas com Cartão de Créd. Corporativo por UG e por Portador
- Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Cota Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (série histórica)
- Quadro A.5.12 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)
- Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31.12.12
- Quadro A.6.2 – Situação que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31.12.12
- Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31.12.2012)
- Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31.12.2012
- Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31.12.2012
- Quadro A.6.6 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anos anteriores
- Quadro A.6.7 – Composição do quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31.12.12
- Quadro A.6.8 – Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31.12.
- Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN 55/2007)
- Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN 55/2007)
- Quadro A.6.11 – Regularidade do Cadastro dos atos no Sisac
- Quadro A.6.13 – Atuação da OCI sobre atos submetidos a registro

Quadro A.6.17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
Quadro A.6.18 – Contratos de prestação de serviços com mão de obra
Quadro A.6.19 – Composição do Quadro de Estagiários
Quadro 6.1.8.1 – Absenteísmo
Quadro 6.1.8.2 – Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais
Quadro 6.1.8.3 – Rotatividade de Pessoal (*turn over*) em 2012
Quadro 6.1.8.4 – Educação Continuada
Quadro 6.1.8.5 – Disciplina
Quadro 6.1.8.6 – Aposentadoria versus Reposição do Quadro
Quadro A.7.1.1 – Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informática da UJ
Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água
Quadro A.10.3 – Relatório de cumprimento das recomendações da OCI
Quadro A.10.4 – Situação das recomendações da OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR
Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV
Quadro A.11.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ

LISTAS DE SIGLAS

SFA-GO – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás
GAB – Gabinete da Superintendência
SePA – Seção de Planejamento e Acompanhamento
UTRA – RV – Unidade Técnica Regional de Agricultura Pecuária e Abastecimento – Rio Verde
SOAD – Seção de Apoio Operacional e Divulgação
DDA – Divisão de Defesa Agropecuária
DPDAG – Divisão de Políticas, Produção e Desenvolvimento Agropecuário
DAD – Divisão de Apoio Administrativo
SEFIA – Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas
SEFIP – Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários
SIPOA – Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SIPOV – Serviço de Inspeção de Origem Vegetal
SSA – Serviço de Saúde Animal
SSV – Serviço de Sanidade Vegetal
SGP – Serviço de Gestão de Pessoas
SEOF – Serviço de Execução Orçamentária e Financeira
SAG – Seção de Atividade Gerais
SCC – Setor de Compras e Contratos
STR – Setor de Transporte
UJ – Unidade Jurisdicionada
PCEVEGETAL – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
VIGIFITO1 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Produtos e Insumos
INSPANIMAL3 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
FISCALSEM – Fiscalização de Sementes e Mudanças
FISFECOI – Fiscalização de Fertilizante, Corretivos e Inoculantes
FISPROVET1 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
FISCINAN – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal
PCEANIMAL – Prevenção, Controle e Erradicação de doenças dos Animais
PADCLASSIF – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
IPVEGETAL2 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
RESÍDUOS – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal
FISCPLANTA2 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Produtos e Insumos
FEBREAFTOS – Erradicação da Febre Aftosa
RESTREAB1 – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar
FISCGENE – Fiscalização de Material Genético Animal
FISAGROTX – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
FISCONTRATO – Fiscalização de Contratos de Repasse
INDIGRAF – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários
CERTORGAN1 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
INOVAGRO – Fomento à Inovação no Agronegócio
APOIOPEC1 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias
ORGAMANEJO2 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC
FISCALPEC – Fiscalização de Serviços Pecuários
FISCAGRIG1 – Fiscalização de Serviços Agrícolas Nacional
CAPACITA1 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processos de Qualificação e Requalificação
MANUTSFAS – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

INATPENS1 – Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis
IG – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários
INFRALOG – Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção
PROMOAGRO – Promoção e Imagem dos Produtos Agropecuários Brasileiros no Exterior
MANUTSDC – Administração da Unidade
MANUTCGAP – Administração da Unidade
1K40 – Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do MAPA
MISSÕES2 – Missões para Negociações Agropecuárias Internacionais
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria Geral da União
OC I – Órgão de Controle Interno
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
LOA – Lei Orçamentária Anual
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
CNAE – Código Nacional de Atividade Econômica
UG – Unidade Gestora
PI – Plano Interno
PPA – Plano Plurianual
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
AGE – Assessoria de Gestão estratégica
D.O.U – Diário Oficial da União
DN – Decisão Normativa
IN – Instrução Normativa
POA – Plano Operativo Anual

1 - INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

PARTE A, ITEM 1 – CONTEÚDO GERAL do Anexo II DN TCU 119, de 18/1/2012

1.1 – Relatório de Gestão Individual

QUADRO A 1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM GOIÁS			
Denominação abreviada: S F A – G O			
Código SIORG: 2791	Código LOA: “não se aplica ”		Código SIAFI: 130080
Situação Operacional: Ativa			
Natureza jurídica: Órgão Público Federal da Administração Direta			CNPJ : 00396895 / 0032-21
Principal Atividade: Atividades de serviços relacionados com a Agricultura e Pecuária, exceto Atividades Veterinárias (clínica)			Código CNAE Agricultura: A .01.61-9 Pecuária: A.01.62-7
Telefones/Fax de contato:	(62) 3221-7204	(62) 3221-7205	(62) 3229-0400 – FAX
Endereço Eletrônico: E-Mail: gab-go@agricultura.gov.br			
Página da Internet: www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Praça Cívica nº 100, centro – Goiânia-Go. – CEP: 74.003-010			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
“Não se Aplica à UJ”			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
“ NÃO OCORREU NA UJ NO EXERCÍCIO DE 2012”.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
“Não se Aplica à UJ”	“Não se Aplica a UJ”		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
“Não se Aplica à UJ”	“Não se Aplica a UJ”		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
“Não se Aplica à UJ”	“Não se Aplica a UJ”		

1.2 – Finalidade e Competência Institucionais da Unidade

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás – SFA-GO, no cumprimento do Regimento Interno através da Portaria 428, de 09 de junho de 2010, no exercício de suas competências e atribuições legais e regimentais na Área Administrativa e Área Técnica, na perspectiva das realizações perante o cumprimento de suas ações, não somente atendendo às demandas de sua própria instituição em busca de novos objetivos, tem apoiado o setor agrícola, pecuário e industrial com políticas e serviços para a produção de alimentos, fibras e produtos agroenergéticos através de fiscalizações, supervisões na tentativa de realizar a Visão de Futuro e cumprir a Missão do MAPA em “Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira”.

1.3. Organograma Funcional

Ver item 13.1 – ANEXO do Relatório de Gestão.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SFA-GO

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA - GAB

- Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA;
- Seção de Apoio Operacional e Divulgação – SOAD;
- Unidade Técnica Regional de Agricultura Pecuária e Abastecimento – UTRA-RV.

A SFA-GO é uma unidade descentralizada executora, com estrutura organizacional integrada nas áreas Administrativa e Técnica.

A **Área Administrativa** processa todo o sistema administrativo e financeiro da Unidade em prol de seus servidores e de todo o trabalho executado pela Área Técnica através de programas e ações logísticas e finalísticas; elaborando relatórios referentes à programação e ao monitoramento da execução de planos, projetos e atividades, inclusive da programação físico-orçamentária e financeira da Administração e Área Técnica.

A **Área Administrativa** possui a seguinte estrutura organizacional:

DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO – DAD

- Seção de Atividades Gerais – SAG;
- Setor de Manutenção Predial – SMAP;
- Setor de Compras e Contratos – SCC;
- Setor de Material e Patrimônio – SMP;
- Setor de Protocolo – SPR;
- Setor de Transporte – STR;
- Serviço de Gestão de Pessoas – SGP;
- Serviço de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF;

A **Área Técnica** dentro do processo de coordenação, acompanhamento, orientação na execução das atividades, visando à interação de ações e o nivelamento das informações entre os diferentes serviços, planejamento, elaboração de programas de trabalho e o incentivo ao processo de tomada de decisões colegiais, assim como nas atividades físicas e financeiras dos planos Internos – PI, metas programadas pelos Serviços Técnicos.

A Área Técnica é composta pelos seguintes Serviços:

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA – DDA;

- Serviço de Saúde Animal – SSA;
- Serviço de Sanidade Vegetal – SSV;
- Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA;
- Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SIPOV;
- Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários – SEFIP;
- Serviço de fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA.

DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – DPDAG

- Serviço de Suporte Agropecuário – SESAG;
- Seção de Suporte Agropecuário - SEeSAG .

1.4 – Macroprocessos Finalísticos

De acordo com o Regimento Interno, a Área Finalística está dividida em 02 (duas) áreas:

Divisão de Defesa Agropecuária/DDA e Divisões de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG, coordenam, acompanham, implementam a operacionalização, orientam e avaliam a execução das atividades regimental e ações explícitas no PPA; com a existência de 150 (cento e cinquenta) Fiscais Federais Agropecuários e 105 (cento e cinco) Agentes de Inspeção distribuídos de acordo com suas qualificações nos serviços de fiscalização, inspeção, atividades de defesa agropecuária, entre outras atividades tais como: Indicação Geográfica de produtos de origem agropecuária; e marcas coletivas e marcas de certificação no agronegócio; novos produtos e estímulo aos processos de agregação de valor e de agro industrialização, Agro ecologia e sistemas orgânicos de produção agropecuária; credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade - OAC; cadastramento de Organismos de Controle Social - OCS, na venda direta de produtos orgânicos sem certificação; atividades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISORG; dados e estatísticas das atividades relacionadas aos sistemas de produção orgânica; Implementa e coordena a Comissão da Produção Orgânica na Unidade da Federação, buscando formas eficiente para atender, garantir a segurança alimentar, o fortalecimento do agronegócio assim bem como todo o benefício em prol da sociedade.

As Atividades pelas DDA e DPDAG são realizadas e/ou executadas com o total apoio da Área Administrativa que oferece todo o suporte às Divisões.

1.5 – Macroprocessos de Apoio

A Divisão de Apoio Administrativo coordena, acompanha, orienta e avalia a execução das atividades regimental de administração geral, principalmente dentro nas áreas de Execução Orçamentária e Financeira dos recursos alocados à SFA/MAPA, consoante orientações dos órgãos setoriais, no Serviço de Gestão de Pessoas, assim bem, todo o suporte necessário ao Gabinete do Superintendente, Áreas Finalísticas, entre outros procedimentos legais explícitos no Art. 35 da Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010.

1.6 – Principais Parceiros

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás tem como seu principal parceiro a AGRODEFESA – Agência Goiana de Defesa Agropecuária, através de celebração de convênios. Estes Convênios envolvem recursos financeiros que são disponibilizados pelo MAPA, para as execuções de Atividades das Ações dos Serviços de Saúde Animal e Sanidade Vegetal.

INTRODUÇÃO

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás- SFA-GO, vinculada ao **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA**, vem apresentar seu Relatório de Gestão do exercício de 2012, de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012 e Portaria TCU nº 150, de 03 de julho de 2012, expondo à sociedade as informações de suas atividades e ações executadas no ano de 2012, visando contribuir para o desenvolvimento do Agronegócio, onde:

“(...) corresponde à soma das atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, da produção agropecuária, do processamento, da armazenagem, da transformação e distribuição de produtos de origem agropecuários até o consumidor final. No segmento da produção, estão contemplados o pequeno, o médio e o grande produtor rural. (BRASIL, 2009, p.51)”.

Os Planos Internos – PI's/Ações – foram analisados com foco nas informações que possibilitaram demonstrar o desempenho e o alcance dos objetivos propostos nos Planos Internos e de acordo com as informações registradas no PPA.

Para as 06 (seis) principais Ações executadas da área finalística da SFA-GO em 2012 foram calculados e analisados os Indicadores de Desempenho de **Eficiência – Eficácia - Efetividade e Economicidade**, apresentados no Quadro 4.4.3-f (Ver item 13.7– ANEXO do Relatório).

ITENS DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 - “QUE NÃO SE APLICAM À NATUREZA DA UJ” OU “QUE NÃO OCORRERAM” NA UJ – SFA-GO NO EXERCÍCIO DE 2012.

O motivo da não aplicação dos itens relacionados abaixo é devido à própria natureza da SFA-GO. Já os itens “que não ocorreram” se aplicam a Unidade Jurisdicionada, porém, não houve conteúdos no decorrer do exercício de 2012.

ITENS “QUE NÃO SE APLICAM” À NATUREZA DA SFA-GO EM 2012.

“PARTE A” – CONTEÚDO GERAL”

3.3 – Remunerações Paga a Administradores

3.3.1 – Política dos Membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal

3.3.2 – Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A 3.2 – Remunerações Mensal de Membros de Conselhos e Fiscal

3.3.3 – Demonstrativo Sintético da Remuneração dos Administradores

Quadro A 3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores

3.3.4 – Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Quadro A 3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

3.4 – Sistemas de Correição

4.1.1 Informações Sobre os Programas Temáticos

- Quadro A 4.1 – Programa de Governo Constante do PPA – TEMÁTICO
Análise Crítica
- 4.1.2 – Informações Sobre os Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de responsabilidade da UJ
Quadro A 4.2 – Objetivos de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
Análise Crítica
- 4.1.3 – Informações sobre as Iniciativas Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
Quadro A 4.3 – Iniciativas de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
Análise Crítica
- 4.1.5 – Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de responsabilidade da UJ
Quadro A 4.5 – Programas de Governo Constante do PPA – De Gestão e Manutenção
Análise Crítica
- 4.2 .1 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ
Quadro A 4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ
- 4.2.2 – Programação de Despesas
 - 4.2.2.1 – Programação de Despesas Correntes
Quadro A 4.8 – Programação de Despesas Correntes
 - 4.2.2.2 – Programação de Despesas de Capital
Quadro A 4.9 – Programação de Despesas de Capital
 - 4.2.2.3 – Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
Quadro A 4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
- 4.2.3 – Movimentação de Créditos Internos e Externos
Quadro A 4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas
- 4.2.4.1 – Execução da Despesa com Créditos Originários
 - 4.2.4.1.1 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários
Quadro A 4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários
 - 4.2.4.1.2 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos Originários
Quadro A 4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos Originários
- 5.1 – Reconhecimento de Passivos
 - 5.1.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
Quadro A 5.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
 - 5.1.2 – Análise Crítica
- 5.4.1.2 – Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”
Quadro A 5.9 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (conta Tipo “B”)
- 5.5 – Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ
Quadro A 5.13 – Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ
- 5.5.2 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
Quadro A 5.14 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
- 5.5.3 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física
Quadro A 5.15 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas
Quadro A 5.16 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas
- 5.5.4 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Jurídicas e Físicas
Quadro A 5.17 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia - Pessoas Físicas
Quadro A 5.18 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia - Pessoas Jurídicas
- 5.5.5 – Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária
Quadro A 5.19 – Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita Pela Própria UJ
- 5.5.6 – Prestação de Contas de Renúncia de Receitas

- Quadro A 5.20 – Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
- 5.5.7 – Comunicações à RFB
 - Quadro A 5.2.1 – Comunicações à RFB
- 5.5.8 – Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
 - Quadro A 5.22 – Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
- 5.5.9 – Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal
- 5.5.10 – Fiscalizações Realizadas pela RFB
 - Quadro A 5.23 – Ações da RFB
- 5.6 – Gestão de Precatórios
 - 5.6.1 – Requisições e Precatórios Administração Direta
 - Quadro A 5.24 – Requisições e Precatórios – Administração Direta
 - 5.6.2 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta
 - Quadro A 5.25 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta
 - 5.6.3 – Análise Crítica
- 6.1.5 – Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
- 6.1.6 – Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
 - 6.1.7.2 – Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico
 - Quadro A.6.12 – Atos Sujeitos à remessa Física ao TCT (Art. 14 da IN TCU 55/2007)
- 6.2.1 – Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.
 - Quadro A 6.14 – Cargos e Atividades Inerentes a Categoria Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada
- 6.2.2 – Informações a Substituição de Terceirizados em decorrência da Realização de Concurso Público
 - Quadro A 6.15 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados.
- 6.2.3 – Autorização Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados
 - Quadro A 6.16 – Autorizações para a Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados
- 7.2.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros
 - Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos bens Imóveis de uso Especial locados de Terceiros
- 10.2 – Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna
- 11.1 – Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao setor Público
 - 11.1.1 – Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos
 - 11.2.2 – Declaração com Ressalva
 - Quadro A 11.2 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício NÃO Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada
- 11.3 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBCT
- 11.4 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas na Lei nº 6.404/19
- 11.5 – Composição Acionária das Empresas Estatais
 - 11.5.1 – Composição Acionária do Capital Social como Investida
 - Quadro A.11.3 – Composição Acionária do Capital Social
 - 11.5.2 – Composição Acionária da UJ como Investidora
 - Quadro A.11.4 – Investimentos Permanentes em Outras Sociedades
- 11.6 – Parecer da Auditoria Independente

ITENS QUE “QUE NÃO HOUE OCORRÊNCIA” NA SFA-GO EM 2012

10.1.1 – Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A 10.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

10.1.2 – Deliberações do TCU Pendentes de Atendidas ao Final do Exercício

Quadro A 10.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2 Declaração de Demonstrações Contábeis do Exercício NÃO refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da UJ

PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/01/2012.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.

2.1 – Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

A Portaria MAPA nº 428, de 09 de junho de 2010, instituiu o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFAs.

No **CAPÍTULO I – DA CATEGORIA E COMPETÊNCIA**, o Art. 1º estabelece que as **Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFAs** são unidades descentralizadas do MAPA, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, com a competência de executar atividades e ações de: VII – planejamento estratégico e planejamento operacional.

No **CAPÍTULO III – DAS COMPETÊNCIAS** específicas das SFAs, o Art. 13º prescreve, “Ao Serviço de Planejamento e Acompanhamento e à Seção de Planejamento e Acompanhamento compete”:

- I – promover o processo de gestão estratégica, alinhando à estratégia corporativa do MAPA;
- II – promover o processo de gestão operacional.

O Plano Estratégico do MAPA tem a abrangência no período de 2006-2015, cujas estratégias estão representadas por meio dos Objetivos Setoriais, Programas e Ações. Os Objetivos Setoriais do MAPA no PPA, coincidem com os objetivos estratégicos da Perspectiva da Sociedade do Mapa Estratégico, são:

- 1. Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio.**
- 2. Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários não-alimentares e não-energéticos.**
- 3. Garantir a Segurança Alimentar.**
- 4. Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz energética.**

A execução das estratégias do MAPA é realizada por meio das iniciativas estratégicas, representadas no planejamento operacional do MAPA, nas ações componentes do Plano Plurianual (PPA).

ELEMENTOS DO PLANO ESTRATÉGICO DO MAPA

O MAPA, buscando se alinhar às mais modernas técnicas de gestão, optou pela implantação de um modelo de gestão de, ao mesmo tempo, estabelecer uma estratégia de ação e traduzi-la em resultados mensuráveis, que possibilitem gerir a sua implementação.

Essa metodologia é o **Balanced Scorecard – BSC**, desenvolvida pelos professores Robert Kaplan e David Norton, da Harvard Business School, que pode ser resumida na seguinte equação:
Resultado = Descrição da Estratégia + Mensuração da Estratégia + Gestão de Estratégia.

A estratégia da organização MAPA foi desenhada a partir de sua Missão, foi também estabelecido um horizonte de tempo preestabelecido (2006-2015), onde a organização pretende chegar, isto é sua Visão de Futuro.

Foi estabelecido o Mapa Estratégico, composto de um conjunto de Objetivos Estratégicos que traduzem a estratégia do Ministério para atingir sua Visão de Futuro e de Indicadores de Desempenho e Metas associadas a estes objetivos.

- **MISSÃO: Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira.**
- **VISÃO: Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.**
- **MAPA ESTRATÉGICO: instrumento de gestão elaborado a partir das tendências globais e do agronegócio, da Missão e Visão de Futuro do MAPA e das necessidades dos interesses públicos.**

MAPA ESTRATÉGICO

O MAPA sintetizou sua estratégia em um **Mapa Estratégico**, em forma de representação **gráfica** do conjunto de desafios ou **Objetivos Estratégicos**. (Ver MAPA ESTRATÉGICO no item 13.2 – ANEXOS do Relatório).

A estratégia do MAPA foi sintetizada em um instrumento de gestão denominado Mapa Estratégico, que é uma representação gráfica do conjunto de desafios, ou Objetivos Estratégicos, relacionados de forma causal, que terão de ser alcançados para a consecução da Visão de Futuro e o cumprimento da Missão. Tais objetivos estratégicos foram distribuídos horizontalmente em perspectivas de análise, cada uma delas focando os desafios do Ministério a partir de determinado ângulo, embora sempre mantendo a relação de causalidade com as outras.

Consiste em um conjunto de desafios, denominados Objetivos Estratégicos, que traduzem a estratégia do Ministério para atingir a sua Missão e Visão de futuro, e pelos Indicadores de Desempenho e Metas associadas a estes objetivos.

O Mapa Estratégico é representado graficamente pelos objetivos estratégicos contidos em esferas organizadas em quatro diferentes perspectivas: **Sociedade; Agronegócio e Parceiros; Processos Internos; Pessoas, Aprendizado e Crescimento**.

***Perspectiva da Sociedade:** Contém os Objetivos Estratégicos, retratando o que o MAPA pretende atingir mediante o olhar do Poder Executivo e da sociedade como um todo.

* **Perspectiva do Agronegócio e Parceiros:** É o conjunto de Objetivos Estratégicos a serem atingidos pelo MAPA para ter o reconhecimento dos parceiros e do agronegócio brasileiro.

* **Perspectiva de Processos Internos:** Agrupa os Objetivos estratégicos que a instituição terá de alcançar para atender a cada um dos atributos de valor retratados nas perspectiva anterior. Foca os desafios relativos aos processos da organização em que terá de ter excelência para garantir a satisfação dos públicos de interesse e, conseqüentemente, seu reconhecimento.

* **Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento:** Congrega os objetivos Estratégicos focando o desenvolvimento das pessoas, a estruturação da instituição, assim como suas tecnologias que servem de base à execução dos processos organizacionais.

PLANO ESTRATÉGICO DO MAPA

O Plano Estratégico do MAPA é único, abrange também, as Superintendências Federais nos Estados. Visa apresentar de forma sintética, a **missão**, a **visão**, os valores organizacionais e

estratégias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA - no horizonte de 2006 a 2015 e seus principais componentes, atualizado com os dados no ano de 2011.

O Plano Estratégico do MAPA descreve como o Ministério irá responder, de forma estruturada, aos desafios que a ele se apresentem. Delineando suas ações de forma objetiva, vem preparando para dar respostas a possíveis indagações, tais como:

Quais políticas públicas o Brasil e, mais especificamente, o MAPA precisam desenvolver para alimentar o povo brasileiro e alcançar a posição líder no comércio de produtos do agronegócio mundial?

A nova forma gerencial foca a atuação estratégica, enfatizando, em vez de controle de processos, os resultados a serem obtidos e o comprometimento da organização como um todo, com as suas estratégias e a satisfação dos seus públicos de interesse.

A Consecução desses objetivos é realizada por meio de um conjunto de Iniciativas Estratégicas (Projetos Estruturantes), que não substituem as atividades rotineiras, mas que garantem ao MAPA avançar em qualidade e velocidade, no desenvolvimento de seus trabalhos e se transforme numa organização mais ágil e com melhor qualidade dos produtos e serviços providos à sociedade brasileira.

O sucesso desse Plano Estratégico está alicerçado no conjunto do trabalho estruturado nas Unidades Descentralizadas, SFAs, e o Ministério como um todo. A coordenação, acompanhamento e orientação desse trabalho solidário é desempenhado pelo Ministério sede, que recebe, consolida e divulga os resultados. Qualquer correção de rumo que se fizer necessária, em questões pontuais, as ações são rápidas, num processo contínuo em franco desenvolvimento.

Os Indicadores de Desempenho utilizados para o acompanhamento dos Resultados Estratégicos, no ano de 2012 estão agrupados na planilha seguinte, denominada PAINEL DE RESULTADOS. O conjunto desses Indicadores

PAINEL DE RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO –ANO 2012

Seguem no painel abaixo os resultados em percentuais dos Indicadores, coletados trimestralmente e do ano de 2012, que espelha a performance da SFA-GO, de sua participação na programação global do MAPA.

A tendência é de que no ano de 2013 ocorram avanços significativos, que possam mudar para melhor o desempenho em percentual desta Unidade Jurisdicionada.

PAINEL DE RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO ESTRATÉGICA - SFA-GO - 2012

UNIDADE OPERACIONAL	Nº	INDICADOR	NÚMEROS DOS INDICADORES								RESULTADOS SFA-GO			
			RESULTADO					META	RESULTADO SOBRE A META	2010	2011	2012		
			1º sem	2º sem	3º sem	4º sem	2012	2012						
GAB	1	NÚMERO DE RAEs EXECUTADAS	1	1	1	1	4	4	100%	3	80%	76%	83%	
	2	GRAU DE ENTENDIMENTO DOS GERENTES	-	-	-	3,4	3,4	3,8	89%	2				
DAD	SGP	3	ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO EM COMPETÊNCIAS	1,8	3,8	5,9	9,4	9,4	40	24%				1
DDA	SSA	4	% DE ÁREA TOTAL RECONHECIDA PELA OIE COMO LIVRE DE FEBRE AFTOSA	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%				3
		5	% DE SUSPEITAS ATENDIDAS NO PRAZO LEGAL	91%	84%	94%	88%	89%	100%	89,0%				2
	SSV	6	ÍNDICE DE FITOSSANIDADE	0	0	0	0	0	5	100%				3
	SIPOA	7	ÍNDICE DE CONFORMIDADE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	0,95	0,93	0,94	0,83	0,91	0,76	120%				3
		8	NÚMERO DE ATIVIDADES DE COMBATE À CLANDESTINIDADE	-	5	-	2	7	6	117%				3
	SIPOV	9	ÍNDICE DE CONFORMIDADE DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	0,58	0,65	0,78	0,75	0,69	0,78	88%				2
	SEFIP	10	ÍNDICE DE CONFORMIDADE DOS INSUMOS PECUÁRIOS	96%	95%	88%	89%	92%	90%	102%				2
	SEFIA	11	ÍNDICE DE CONFORMIDADE DOS INSUMOS AGRÍCOLAS	85%	96%	94%	83%	90%	90%	100%				2
DPDAG	12	IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS PARA INTENSIFICAR A ADOÇÃO DE SISTEMAS DE PLANTIO DIRETO NA PALHA		3,6		3,6	3,6	3,6	100%	3				
	13	PERCENTUAL DE PESSOAS CAPACITADAS	87	118	136	80	421	450	94%	3				
	14	Nº DE CADEIAS DE VALOR DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS P/ USO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E MARCA COLETIVA	0	2	4	1	7	6	117%	3				
TOTAL DA SFA-GO										35				

Acima de 90% da meta = 3 pontos	De 90% a 60% da meta = 2 pontos	Abaixo de 60% da meta = 1 ponto	Dado não disponível = 0 ponto
---------------------------------	---------------------------------	---------------------------------	-------------------------------

2.2 - Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

A SFA-GO realiza o acompanhamento dos Resultados Estratégicos através dos Indicadores de Desempenho da Gestão Estratégica. A avaliação desses Resultados Estratégicos é feita trimestralmente. Para cada Ponto de Atenção levantado no FORM 4, que são os pontos críticos, o responsável pelo levantamento das informações elabora o Plano de Ação, destacando as providências tomadas ou indicadas para a solução da dificuldade apontada.

O Plano de Ação elaborado é debatido com a alta e média gerência, na próxima Reunião de Análise Estratégica RAE. Seguem abaixo, os Planos de Ação elaborados pelos Serviços e Unidades Organizacionais da SFA-GO, para o ano de 2012.

b) Revisão de macroprocessos internos da unidade, caso tenha sido necessária.

Não houve necessidade de fazer a revisão de macroprocessos da SFA-GO. Os Resultados Estratégicos esperados, os Indicadores de Desempenho Estratégicos para o acompanhamento dos resultados e as metas são delineados pelo MAPA sede, e repassados para a Superintendência dar cumprimento do processo da Gestão Estratégica, a nível de Estado.

d) Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados.

A SFA-GO realiza regularmente as **Reuniões de Análises Estratégicas – RAEs**, no auditório da unidade, com a alta e média gerência e demais servidores, em data previamente agendada, onde são apresentados os Resultados Estratégicos esperados, em acompanhamento, e os Indicadores de desempenho estratégicos e respectivos resultados obtidos em cada trimestre.

Nas RAEs são apresentados os resultados dos Indicadores de Desempenho e debatidos entre os participantes. Todas as informações apresentadas nas Reuniões de Análises Estratégicas são disponibilizadas em rede eletrônica compartilhada, de tal forma que todos os servidores possam livremente acessar.

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA – GAB/SFA-GO

- **Indicador de Desempenho: AGE.R1.1- Número de RAEs Executadas**

- **Indicador de Desempenho: AGE.R1.2- Grau de Entendimento dos Gerentes sobre a Gestão Estratégica.**

PLANO DE AÇÃO

ATA da RAE – 1º/2º/3º/4º - Trimestres de 2012

Unidade Organizacional: **Gabinete da Superintendência- GAB**

Nº	INDICADOR	PONTO DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS TOMADAS	DATA FINAL
1	Número de RAEs Realizadas	1º/2º/3º/4º - Trimestres Realizar sistematicamente a coleta dos dados trimestralmente e a avaliação na Reunião de Análise Estratégica – RAE e dar cumprimento ao Plano de Ação definido.	Tânia	1º/2º/3º/4º - Trimestres Manter a coleta Trimestral dos dados do Indicador de Desempenho dos Resultados e a realização das Reuniões de Análise Estratégica – RAEs.	08/04/2013
2	Grau de Entendimento da Gerência sobre Gestão Estratégica	Grau de entendimento dos gerentes sobre Gestão Estratégica ainda esteve abaixo da meta prevista para o ano de 2012.	Tânia	1)-Divulgar o processo da Gestão Estratégica junto ao Corpo Gerencial, com mais informações.	30/04/2013

RESULTADOS EFETIVOS DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS

R A E do 1º/ 2º/3º/4º - Trimestres de 2012:

1 - Indicador: Número de RAEs Realizadas

Os dados do Indicador de desempenho do Resultado Estratégico foram coletados e acompanhados trimestralmente. A RAE do ano de 2012 foi realizada em 15/02/2013.

2 - Indicador: Grau de Entendimento da Gerência sobre Gestão Estratégica

A RAE do 1º semestre do ano de 2013 deverá refletir a nova média do grau de entendimento da Gestão Estratégica.

DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO - DAD/SFA-GO

- Indicador de Desempenho: R1.1- Índice de Capacitação em Competências

PLANO DE AÇÃO

ATA da RAE – 1º/2º/3º/4º - Trimestres de 2012

Unidade Organizacional: **Divisão de Apoio Administrativo - DAD**

Nº	INDICADOR	PONTO DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS TOMADAS	DATA FINAL
01	Índice de Capacitação em Competência	1º/2º/3º/4º - Trimestres de 2012 Demora no Levantamento de Necessidades de Capacitação para elaboração do PAEC e falta de recursos para aplicação.	Gilson – SGP/DAD	1º/2º/3º/4º - Trimestres de 2012 Aguardando orientações da CGAP quanto à aplicação para 2013.	15/04/2013

RESULTADOS EFETIVOS DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS

R A E do 1º/2º/3º/4º - Trimestres de 2012

01- Índice de Capacitação em Competência
Não houve resultados.

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA – DDA/SFA-GO

SERVIÇOS:

Unidade Organizacional: **Serviço de Saúde Animal – SSA**

- **Indicador de Desempenho: R1.2 – Porcentagem de Área Total e de Bovinos das Unidades da Federação Reconhecidas pela OIE como Livres de Febre Aftosa.**

- **Indicador de Desempenho: R1.1 - Porcentagem de Suspeitas Atendidas no Prazo Legal .**

PLANO DE AÇÃO

ATA da RAE - 1º/2º/3º/4º - Trimestres de 2012

Unidade Organizacional: **Serviço de Saúde Animal - SSA**

Nº	INDICADOR	PONTO DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS TOMADAS	DATA FINAL
		1º/2º/3º/4º Trimestre		1º/2º/3º/4º Trimestre	
01	SDA R1.2 Porcentagem de Área Total e de Bovinos das Unidades da Federação Reconhecidas pela OIE como livres de Febre Aftosa.	Manter as supervisões dos trabalhos dos programas sanitários na Agencia de Defesa Agropecuária do Estado. Verificar as condições das UVLs para atender as suspeitas de síndromes vesiculares, nervosas e hemorrágicas no menor tempo possível e com capacitação adequada.	Cléverson Santos Acypreste	Supervisão de rotina das ações da Agrodefesa nos diversos programas de saúde animal. Informar a Agrodefesa sobre a análise dos diversos trimestres, solicitando empenho na melhoria dos índices alcançados	02/04/2013
02	SDA R1.1 Porcentagem de Suspeitas Atendidas no Prazo Legal .	Manter as ações do PNEFA em todo Estado, não se acomodar com a condição de 100% do território como zona livre com vacinação.	Cecília Paula Dezan	Continuar com as supervisões do SSA nas ações executadas pela Agrodefesa voltadas ao PNEFA.	02/04/2013

RESULTADOS EFETIVOS DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS

R A E do 1º/2º/3º/4º Trimestres de 2012

1 – Indicador: SDA R1.2 – Porcentagem de Área Total e de Bovinos das Unidades da Federação Reconhecidas pela OIE como livres de Febre Aftosa.

Foram realizadas supervisões do PNEFA junto às unidades central, regionais e locais da Agrodefesa. Durante as campanhas de vacinação do programa em maio e novembro, foram supervisionados os trabalhos da Agrodefesa junto aos estabelecimentos que comercializam vacinas.

2 - Indicador: SDA R1.1 – Porcentagem de Suspeitas Atendidas no Prazo Legal .

Foi repassada a Agrodefesa, a análise da RAE de 2011 e posteriormente do 1º trimestre de 2012. Foram avaliados os pontos críticos observados. Foram realizadas supervisões dos programas juntos as Unidades Locais de Atenção veterinária e reuniões de trabalho com as coordenações dos programas para melhoria das ações.

Unidade Organizacional: **Serviço de Sanidade Vegetal - SSV**

- **Indicador de Desempenho: R 8.1- Índice de Fitossanidade**

PLANO DE AÇÃO

ATA da RAE - 1º/2º/3º/4º - Trimestres de 2012

Unidade Organizacional: **Serviço de Sanidade Vegetal - SSV**

Nº	INDICADOR	PONTO DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS TOMADAS	DATA FINAL
01	SDA R8.1 Índice de Fitossanidade	1º/2º/3º/4º Trimestres 1-A falta de atrativo para a continuidade do monitoramento da mosca da carambola, suspenso desde fevereiro de 2012. 2- Falta de capacitação de fiscais na detecção de pragas e procedimentos de controle.	Claudini	1º/ 2º/3º/4º Trimestres 1- Encaminhar ao DSV nova solicitação de iscas atrativas para a continuidade do monitoramento da Mosca da carambola em Goiás. 2 -Propor e realizar treinamentos em parceria com a Agrodefesa para a capacitação de fiscais.	Dez/ 2012

RESULTADOS EFETIVOS DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS

RAE do 1º/ 2º/3º/4º Trimestres de 2012:

1-Indicador: SDA R8.1 – Índice de Fitossanidade

- 1-Foram realizadas várias supervisões nas atividades da Agrodefesa relacionadas aos Programas de prevenção e controle de pragas.
- 2-Foi encaminhado ao DSV o Fax nº 2/2012, de 24/07/2012, onde informamos novamente que o monitoramento da mosca da carambola no Estado de Goiás estava paralisado desde fevereiro/2012 em razão do término das iscas atrativas. Reiteramos providências ao DSV/MAPA quanto as iscas atrativas na Nota Técnica nº01/2012/SSV/DDA/SFA-GO, em 8 de outubro de 2012, porém continuamos sem recebê-las até o final de 2012.
- 3-A preocupação permanente com a introdução do cancro cítrico em Goiás motivou a organização de uma visita técnica por fiscais do SSV/GO onde, acompanhados por fiscais da AGRODEFESA, visitaram pontos de focos desta praga em Planura e Frutal – MG, verificando *in loco* os procedimentos operacionais realizados pelo Instituto Mineiro de Agropecuária no controle da praga, além de aprimorar a capacidade dos fiscais de detecção dos sintomas da praga no campo.

Unidade Organizacional: **Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA**
- Indicador de Desempenho: R5.1 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal
- Indicador de Desempenho: R6.1 - Número de Atividades de Combate à Clandestinidade

PLANO DE AÇÃO

ATA da RAE - 1º/2º/3º/4º - Trimestres de 2012

Unidade Organizacional: **Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPOA**

Nº	INDICADOR	PONTO DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS TOMADAS	DATA FINAL
01	R5.1 - Índice de Conformidade de produtos de origem animal	<p>1º/2º/3º/4º - Trimestres</p> <p>1. Equacionar a capacidade de atendimento do MAPA com a demanda.</p> <p>2. Modernização dos sistemas de informações.</p> <p>3- Centralização da liberação das diárias aos servidores que atingiram 40 diárias dificultando o cumprimento dos cronogramas;</p> <p>4- Redução da capacidade de recebimento de amostras pelo Lanagro-GO;</p>	Alessandra	<p>1º/2º/3º/4º - Trimestres</p> <p>1. Solicitação a todas as assessorias do SIPOA para dimensionar previamente o nº de amostras e análises a serem encaminhadas ao laboratório e a partir deste solicitar cumprimento do cronograma das partes envolvidas;</p> <p>2. Adequação dos diversos sistemas utilizados para melhor entendimento dos mesmos e atualizações de acordo com a legislação.</p> <p>3. Estimar as diárias necessárias por servidor da área da carne para cumprimento dos cronogramas do SIPOA-GO e somente liberar o servidor para auxiliar a CGPE/DIPOA se não extrapolar o teto de 40 diárias.</p> <p>3.1- Estabelecer cronograma de fiscalização nas regionais do setor de leite incluindo o limite de 40 diárias do servidor responsável pela regional.</p> <p>3.2- Inclusão no POA 2013 da necessidade de aumento do quadro de servidores do SIPOA-GO</p> <p>4- Adequação do cronograma de coleta de água e produtos aos limites do Lanagro-GO. Realocando as indústrias de maior porte para enviar suas amostras a laboratórios credenciados.</p>	<p>1- 03/07/12</p> <p>2- 03/07/12</p> <p>3- 03/04/2013</p> <p>3.1 11/01/2013</p> <p>3.2 26/11/2012</p> <p>4- 18/01/2013</p>

02	R6.1 - Número de atividades de combate à clandestinidade.	<p>1-Determinar as ações efetivas de combate a clandestinidade, de acordo com avaliação das diversas atividades desenvolvidas que proporcionem um diagnóstico, e a partir destas, atuar de forma programada, além de atender demandas externas</p> <p>2. Mobilização do Estado e de municípios para aderir ao SISBI a partir do órgão central.</p>	Alessandra	<p>1-Encaminhar as diversas assessorias, solicitação de programação das ações de combate a clandestinidade, baseadas em diagnóstico prévio, denúncia ou demanda; Programação trimestral, de acordo com as metas, e se possível, extrapolar de acordo com a necessidade;</p> <p>2- Expedição de correspondências a Vigilância Sanitária Municipal e Estadual, Agrodefesa, SISBI, SUASA, SIPOA, DDA, solicitando reunião para definição de estratégias conjuntas de combate a clandestinidade.</p> <p>2.1-Reuniões técnicas com representantes do SIE, a cerca da situação atual do serviço de inspeção e a implantação do SISB.</p>	<p>1- 03/07/12</p> <p>2- 03/07/12</p> <p>3- 01/12/12</p>
----	---	--	------------	--	--

RESULTADOS EFETIVOS DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS

R A E do 1º/2º/3º/4º Trimestre de 2012:

- 1- Indicador: Índice de Conformidade de produtos de origem animal:** Os cronogramas de análises foram cumpridos com a readequação proposta, mesmo com o não atendimento da solicitação pelo Lanagro-GO. Demais ações só poderão ser avaliadas em 2013.
- 2- Indicador: Número de atividades de combate á clandestinidade:** Os resultados efetivos dos esforços para implantação do SISB só serão alcançados em longo prazo devido a amplitude do programa e o envolvimento das esferas estadual e municipal.

Unidade Organizacional: **Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SIPOV**
- Indicador de Desempenho: R4.1 - Índice Conformidade de Produtos de Origem Vegetal-v.II

PLANO DE AÇÃO

ATA da RAE do 1º - 2º - 3º e 4º Trimestres de 2012

Unidade Organizacional: **Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SIPOV**

Nº	INDICADOR	PONTO DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS TOMADAS	DATA FINAL
01	Índice de conformidade de produtos de origem vegetal	1. Número de Fiscais e outros servidores lotados no SIPOV	Zan	Gestões junto a quem de direito (SFA/GO e DIPOV), buscando a lotação de novos servidores no SIPOV.	15/04/2013
		2. Revisão do Indicador.	Zan	Sugerir ao DIPOV/SDA/MAPA a discussão do indicador; especialmente o da Qualidade vegetal.	
		3. Complementação da Regulamentação do Dec. nº 6.268/07–Qual. Vegetal	Zan	Solicitar ao DIPOV providências no sentido de complementar a regulamentação do Decreto nº 6.268/2007	
		4. Ações de Coordenação do DIPOV	Zan	Sugerir ao DIPOV/SDA/MAPA, a realização de reuniões regionais/nacionais periódicas;encontros técnicos; discussão dos indicadores; discussão das metas; implementação de Registro Eletrônico apropriado; etc,	
		5. Políticas de Gestão e procedimentos implementados pelo MAPA	Zan	Encaminhar documento aos Gestores da SFA/GO e ao Diretor do DIPOV, noticiando as dificuldades e limitações impostas pelas novas políticas e Sistemas de Gestão implementados pela SE/MAPA.	
		6. Internet, Sistemas e Equipamentos	Zan	Encaminhar documento aos Gestores da SFA/GO, informando sobre as dificuldades impostas pela Internet, Sistemas e Equipamentos (Informática).	
		7. Recursos financeiros e materiais;	Zan	1. Acompanhar sistematicamente a descentralização dos recursos necessários à execução das metas. 2. Gestões junto ao DIPOV em caso de atraso ou não descentralização dos recursos.	

RESULTADOS EFETIVOS DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS

RAE do ano de 2012:

- Os resultados efetivos com relação aos pontos de atenção listados e respectivas providencias solicitadas, serão verificados durante o exercício de 2013

Unidade Organizacional: **Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários – SEFIP**
- Indicador de Desempenho: R3.1 - Índice de Conformidade dos Insumos Pecuários

PLANO DE AÇÃO

ATA da RAE - 1º/2º/3º/4º - Trimestres de 2012

Unidade Organizacional: **Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuário – SEFIP**

Nº	INDICADOR	PONTO DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS TOMADAS	DATA FINAL
01	R3.1 - Índice de conformidade dos Insumos Pecuários - ICIP	<p>1º Trimestre</p> <p>1. Número de Fiscais (O pequeno número de servidores em relação ao número de estabelecimentos passíveis de fiscalização deverão comprometer as metas).</p> <p>2º/3º/4º - Trimestres</p> <p>1. Número de Fiscais (O pequeno número de servidores em relação ao número de estabelecimentos passíveis de fiscalização deverão comprometer as metas).</p>	<p>Rogério Lopes</p>	<p>1º Trimestre</p> <p>Em 27/06/2011 foi encaminhado memorando nº 026/2011-SEFIP/SFA-GO ao Sr. Superintendente Federal de Agricultura em Goiás alertando para presença de pontos de atenção.</p> <p>2º/3º/4º - Trimestres</p> <p>Em 27/06/2011 foi encaminhado memorando nº 026/2011-SEFIP/SFA-GO ao Sr. Superintendente Federal de Agricultura em Goiás alertando para presença de pontos de atenção.</p>	04/2013

RESULTADOS EFETIVOS DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS

RAE do 1º/2º/3º/4º - Trimestre de 2012:

1 – Indicador: R3.1 - Índice de conformidade dos Insumos Pecuários - ICIP

- Material Genético Animal – No ano de 2013 um FFA com atuação direta na área irá aposentar, o que pode comprometer os resultados, caso o número de FFA não seja mantido. Fomos informados pela Divisão de Material Genético, em Brasília, que a atualização da Lei nº 6446 de 05/10/1977 está em andamento no poder legislativo.
- Alimentação Animal- Até o momento não houve aumento na quantidade de FFA's para atuação na área.
- Produtos Veterinários- Desde o 3º trimestre de 2012 a área de produtos veterinários está trabalhando com apenas 2 FFA's, tendo em vista a remoção de um FFA em junho/2012. Em abril de 2013 entrará em vigor a Instrução Normativa Nº 25, de 8 de novembro de 2012. Esta IN estabelecerá um controle maior na comercialização de medicamentos veterinários sujeitos a controle especial, que ampliou o controle, já deficitário dos estabelecimentos comerciais de produtos veterinários, e incluiu neste controle a numeração, a impressão, a distribuição e a fiscalização sobre as receitas veterinárias que serão solicitadas por todos os médicos veterinários que receitam e administram os medicamentos que contenham os insumos farmacêuticos listados nos ANEXOS desta IN. Os médicos veterinários deverão ser cadastrados pelo setor de produtos veterinários da SFA-GO, e a cada necessidade de novos talões de receituários os Médicos Veterinários deverão se dirigir a SFA para oficializar a solicitação. Haverá um aumento de demanda de serviço na área, e caso não haja um aporte de servidores para atender esta nova demanda, haverá prejuízo para o serviço prestado.

Unidade Organizacional: **Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA**
- Indicador de Desempenho: R2.1 - Índice de Conformidade de Insumos Agrícolas

PLANO DE AÇÃO
ATA da RAE - 1º/2º/3º/4º - Trimestres de 2012

Unidade Organizacional: **Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA**

Nº	INDICADOR	PONTO DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS TOMADAS	DATA FINAL
01	SDA R2.1 Índice de conformidade de dos Insumos Agrícolas	1º/ 2º/3º/4º Trimestres Manter a fiscalização nos estabelecimentos seguindo o Plano Operativo Anual - POA, com pessoal e recursos suficientes e rede laboratorial de apoio.	Fortunato e José Antônio	1º/ 2º/3º/4º Trimestres Manter a fiscalização dos estabelecimentos com coleta de amostras fiscais, conforme previsto no POA 2012, bem como atender todas as demandas pontuais (denúncias e fiscalizações direcionadas a suspeitas).	01/04/2013

RESULTADOS EFETIVOS DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS

RAE do 1º/2º/3º/4º Trimestres de 2012:

1 - SDA R2.1 – Índice de conformidade de dos Insumos Agrícolas

Resultado a ser avaliado após a data prevista no campo DATA FINAL na Tabela anterior.

DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - DPDAG/SFA-GO

- Indicador de Desempenho: R1.2- Implementação de Projetos para Intensificar a Adoção de Sistemas de Plantio Direto na Palha (há)
- Indicador de Desempenho: R1.3- Percentual de Pessoas Capacitadas
- Indicador de Desempenho: R2.5- Número de Cadeias de Valor de Produtos Agropecuários para uso de Indicação Geográfica e Marca Coletiva.

PLANO DE AÇÃO

ATA da RAE - 1º/2º/3º/4º - Trimestres de 2012

Unidade Organizacional: **Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG**

Nº	INDICADOR	PONTO DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS TOMADAS	DATA FINAL
01	SDC R1.2 Implementação de Projetos para Intensificar a Adoção de sistemas de Plantio Direto na Palha (há)	<p style="text-align: center;">1º Trimestre</p> <p>Comunicação do Depros com as unidades avançadas sobre os programas e ações a serem executadas. Acredito que se deva eliminar esse indicador pois os treinamentos do Plano ABC já incluem divulgação do SPD e o índice em área (há) também é um número de difícil obtenção e precisão.</p> <p style="text-align: center;">2º/3º/4º Trimestres</p> <p>Comunicação do Depros com as unidades avançadas sobre os programas e ações a serem executadas. Acredito que se deva eliminar esse indicador pois os treinamentos do Plano ABC já incluem divulgação do SPD e o índice em área (há) também é um número de difícil obtenção e precisão.</p>	EQUIPE DA DPDAG	<p style="text-align: center;">1º Trimestre</p> <p>Aguardamos um posicionamento de nosso Departamento em Brasília, para estabelecer as reais prioridades na implementação destes projetos.</p> <p style="text-align: center;">2º/3º/4º Trimestres</p> <p>Este indicador foi supostamente englobado pelo Plano ABC e todos os treinamentos do mesmo continuam pelo menos uma palestra sobre Plantio Direto</p>	Abril (?)
02	SDC R1.3 Percentual de Pessoas Capacitadas	<p style="text-align: center;">1º Trimestre</p> <p>Meta de pessoal capacitado pelo Plano ABC está dentro do programado</p> <p style="text-align: center;">2º/3º/4º Trimestres</p> <p>Disponibilidade de recursos para contratação de palestrantes, especificamente no início do ano. Funcionalidade do sistema SCDP, uma vez que acesso ao sistema está muito comprometido na SFA, as razões disto são uma internet muito lenta e instabilidade do próprio sistema, o que acarreta</p>	EQUIPE DA DPDAG	<p style="text-align: center;">1º Trimestre</p> <p>Manter o planejamento.</p> <p style="text-align: center;">2º/3º/4º Trimestres</p> <p>Ampliamos parcerias com FAEG e SENAR de modo a encontrar outra fonte de financiamento para os cursos e tornar menos oneroso ao governo. Buscamos também parceiros na iniciativa privada por sua maior agilidade na gestão de seus recursos financeiros. Para o</p>	

RESULTADOS EFETIVOS DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS

R A E do 1º Trim. de 2012:

1 - Indicador: SDC R1.2 - Implementação de Projetos para Intensificar a Adoção de sistemas de Plantio Direto na Palha (há)

Após aprovação do POA ao final de março solicitaremos recursos para divulgação do programa de Plantio Direto desenvolvido pelo MAPA.

2 - Indicador: SDC R1.3 - Percentual de Pessoas Capacitadas

3 - Indicador: SDC R2.5 - Número de Cadeias de valor da produtos Agropecuários contempladas com ações de organização e estruturação para uso de Indicação Geográfica e Marca Coletiva

Os contatos foram realizados a contento com boa receptividade por parte das Instituições.

Quanto ao recurso financeiro será solicitado apenas para o segundo semestre, já que o orçamento da união foi aprovado apenas no mês de março. Seguindo o POA/DPDAG/2012.

R A E do 2º/3º/4º Trimestres de 2012:

1 - Indicador: SDC R1.2 - Implementação de Projetos para Intensificar a Adoção de sistemas de Plantio Direto na Palha (há)

2 - Indicador: SDC R1.3 - Percentual de Pessoas Capacitadas

3 - Indicador: SDC R2.5 - Número de Cadeias de valor da produtos Agropecuários contempladas com ações de organização e estruturação para uso de Indicação Geográfica e Marca Coletiva

Os contatos tiveram resultados satisfatórios com boa receptividade por parte das Instituições.

Quanto ao recurso financeiro houve a descentralização para os trabalhos de prospecção e sensibilização, porém não houve recursos suficientes para formalização de convênios visando o desenvolvimento das cadeias produtivas de produtos com potenciais IG e MC. Conforme novas orientações repassadas e atualizadas em treinamento realizado pela CIG/DEPTA/SDC/MAPA.

2.3 – Execução do Plano de Metas ou de Ações.

A estrutura de apresentação das informações deste subitem utilizada pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás – SFA/GO é com base no FORM 4 de cada indicador.

O FORM 4 é o modelo utilizado para acompanhamento do Resultado Estratégico, através do indicador de desempenho designado, em seu bojo, traz a programação dos resultados esperados, com as metas trimestrais e anual e também, os Resultados Alcançados em cada trimestre no exercício de acompanhamento.

Os resultados dos Indicadores de Desempenho estão tabulados no formulário Painel de Resultados, que apresenta a interpretação sintética dos resultados de todos os Indicadores e a média de participação da SFA/GO.

Os resultados obtidos no ano de 2012 sugerem uma tendência de melhoria já para o ano de 2013, com grande probabilidade de em 2014 atingir na totalidade a meta da SFA-GO, na participação do todo programado para o MAPA , até 2015. Seguem apensados os FORMS 4 com os respectivos resultados. (Ver item 13.3 do ANEXO do Relatório).

2.4 - Indicadores

O **Indicador de Desempenho** é um mecanismo utilizado para mensurar a consecução dos Objetivos Estratégicos componentes do Mapa Estratégico. O FORM 3 contém o detalhamento do Indicador de Desempenho, a descrição, a fórmula de cálculo e a meta prevista para acompanhamento. (Ver item 13.4 do ANEXO do Relatório).

PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

3 - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 - Estrutura de Governança.

Análise Crítica:

O sistema de controles internos desenvolvidos nesta UJ previne impropriedades ou falhas processuais.

O Código de Ética encontra-se disponibilizado na página inicial do Portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, no endereço: www.agricultura.gov.br. Encontram-se disponibilizados, nessa mesma página.

O Manual de Redação do MAPA, bem como no exercício de 2012 houve constante empenho dos gestores na implantação da padronização de procedimentos e documentos. Trabalhou-se focado na melhoria de processos adotando o uso de check-list de documentos e processos, criação de comitês de avaliação de contratos, capacitação de servidores para a otimização de sistemas, capacitação didática para facilitadores, entre outros. Todas as ações neste sentido visam a divulgação das instruções operacionais padronizadas em todas as UJs do MAPA.

As delegações de competência, excluindo-se às do cargo ou função, são feitas através de Portarias e devidamente publicadas.

O Ministério da Agricultura, sede, trabalha com programas de Valorização dos Servidores, e para tal, criou-se o Comitê de ADPs – Agentes de Desenvolvimento de Pessoas em ação conjunta com a Coordenação Geral de Administração de Pessoas – CGDP/CGAP. Cada UJ tem 2 ADPs.

As RAEs – Reuniões de Avaliação Estratégicas tem sido ferramenta utilizada para diagnosticar riscos e conseqüentemente mitigá-los.

A UJ adota como rotina de governança, reuniões semanais (segundas-feiras) pela manhã, coordenada pelo Gabinete da Superintendência, com a participação das Chefias das Divisões e Serviços, momento de interação geral de todos os gestores sobre o andamento de cada área finalística e administrativa, bem como, discutem os riscos operacionais, as informações, mudanças no perfil de riscos, mensuração de prioridades e tomada de decisões.

Não houve ocorrência de fraudes na área administrativa desta UJ.

Todo fato ocorrido, fragilidades denunciadas ou levadas ao conhecimento dos gestores são imediatamente apuradas através de Processos Administrativos de Sindicância ou Disciplinar.

Todas as normas de guarda, estoque, inventários de bens e valores são plenamente atendidas às normas por esta UJ.

Os procedimentos de controle, informação, comunicação e monitoramento têm contribuído significativamente para a melhoria de desempenho das ações a que se destina esta UJ.

3.2 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos da UJ

(Ver item 13.5 ANEXO do Relatório)

3.5 – Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

(Ver item 13.6 do ANEXO do Relatório).

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA TCU Nº 119, DE 18/1/2012

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1.4 - Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	4842 – Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS					
Função	20					
Subfunção	604					
Descrição	-					
Iniciativa	012I – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais					
Unidade Responsável	Departamento de Saúde Animal – DSA/SDA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		27.278,52	27.278,52	----	----	25.043,55
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação das doenças dos animais, inclusive trânsito, executadas pelas Unidades central, regionais, locais e postos fixos do órgão executor estadual	Supervisão realizada	47	36	*	*
2	Supervisionar as ações do órgão executor nas vendas de vacinas	Revenda supervisionada	25	41	*	*
3	Fiscalizar a execução de convênios	Fiscalização realizada	-	131	*	*
4	Atender as demandas da Ouvidoria / MAPA e outras denúncias	Denúncia atendida	indeterminado	1	*	*

* = 100% das despesas liquidadas foram gastas com as atividades citadas acima. Não há meios de distinguir os valores por ação porque, geralmente, é realizada mais de uma ação em um mesmo deslocamento geralmente para otimizar as despesas. A despesa prevista chega próxima aos 100% da realizada porque há descentralização por parte do MAPA, mensalmente, quando dos pedidos feitos pelo Serviço de Saúde Animal.

Análise Crítica: : Foram programadas 47 supervisões em escritórios da Agência Goiana de Defesa Agropecuária – Agrodefesa, no tocante às ações decorrentes do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. Estas supervisões são realizadas por dois fiscais. Entretanto, não houve alcance da meta programada em virtude de dois problemas: a restrição de 40 diárias por servidor, imposta pelo Decreto 7.689, de 02 de março de 2012 fez com que a partir deste quantitativo todas as demais terem sido solicitadas à Secretaria Executiva do MAPA, o que nem sempre foram atendidas. E o outro empecilho foi o pedido feito, pela Agrodefesa, de doação dos bens adquiridos pelo Convênio firmado com o MAPA, em 2010. Houve, então, necessidade de averiguação in loco, por fiscais deste Serviço, para checagem da existência desses bens e sua localização, para dar continuidade ao processo de doação o que os afastou do alcance da meta programada de supervisão de escritórios do órgão executor estadual.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX					
Função	20					
Subfunção	125					
Descrição	-					
Iniciativa	013E – Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Agrícolas					
Unidade Responsável	CGAA/SDA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Un.	25	44	R\$4.224,00	0,00

Análise Crítica: No ano de 2012 a meta estabelecida foi superada em 76%, ou seja, o número de fiscalizações realizadas foi muito superior ao estipulado, isto devido ao atendimento de denúncias que não podem ser previstas nas metas, pois não são de ocorrência normal no estado de Goiás. Quanto às metas financeiras, não foi gasto recurso deste PI, pois as fiscalizações foram realizadas durante a programação de fiscalizações de sementes e mudas, já que ambas pertencem ao Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	2179 – Fiscalização de Sementes e Mudras - FISCALSEMI					
Função	20					
Subfunção	125					
Descrição	-					
Iniciativa	013E – Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Agrícolas					
Unidade Responsável	DFIA/SDA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		93.525,89	93.415,89	--	110,00	---
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	FISCALIZAÇÃO	NÚMERO	1.653	1.368	100.954,00	73.709,00

Análise Crítica: As atividades desenvolvidas no decorrer de 2012 foram de suma importância e de certa maneira, satisfatória, apesar do não cumprimento das metas preconizadas, atingindo 82,76% do previsto, em virtude das dificuldades encontradas no período abaixo relacionadas:

1. Paralisação dos Fiscais Federais Agropecuários no mês de agosto de 2012, deixando de executar as atividades de fiscalização;
2. Não foram descentralizados recursos orçamentários e financeiros em alguns meses do ano oportunamente, para execução das metas prevista no POA - Plano Operativo Anual;
3. A publicação do Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012, limitando o número de quarenta (40) diárias para os servidores;
4. Dificuldade na liberação de diárias para os Fiscais que ultrapassaram o limite de 40 diárias por parte da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; e
5. Em 2012 tivemos muitas denúncias de comércio irregular de sementes pela ABRASEM – Associação Brasileira de Sementes e Mudas, o Serviço de Fiscalização priorizou apuração dessas denúncias com deslocamento de equipes de fiscais para os locais denunciados, é interessante lembrar que todas denúncias foram apuradas e tomadas as providencias previstas na legislação em vigor.

Estas dificuldades contribuíram sobremaneira para o não cumprimento das metas programadas no POA.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
SUBÍTEMOS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	2019 – Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE					
Função	20					
Subfunção	125					
Descrição	-					
Iniciativa	013F – Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários					
Unidade Responsável	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP/SDA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		7.138,68	7.138,68	0,00	0,00	7.138,68
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	Unidade	55	65	17.322,50	7.138,68

Análise Crítica:

Meta física:

Na programação prevista no POA – Plano de Operativo Anual de 2012 foram planejadas a realização de **55 fiscalizações, no entanto, foram realizadas 65** em decorrência do aparecimento de demandas não programadas, tais como: vistorias técnicas, averiguação de denúncias e realização de auditorias solicitadas pela Divisão de Material Genético em Brasília.

Meta financeira:

A meta financeira prevista foi de R\$ 17.322,50 (339014= R\$ 7.080,00, 339030= 2.392,5 e 7.850,00 investimento), mas a provisão recebida foi de R\$ 7.259,00, em virtude de que as solicitações de recurso foram realizadas mensalmente à Brasília para evitar o empenho de recurso acima do que seria utilizado. A meta financeira realizada foi de R\$ 7.138,68 (339014 = 5.266,18 e 339030 = 1.872,50). Consideramos que alguns fatores contribuíram para que a meta física financeira fosse menor que a prevista: 1- Ao lançarmos a programação no POA consideramos o valor das diárias sem o desconto do ticket alimentação; 2- A fiscalização nos estabelecimentos avícolas de reprodução e nos estabelecimentos de avestruz é realizada de forma conjunta com FFA do Serviço de Saúde Animal o que otimiza a utilização do recurso principalmente referente ao elemento de despesa 339030; 3- As fiscalizações que contribuíram para o aumento da meta física (de 55 para 65) foram em grande parte realizada dentro da região metropolitana sem a necessidade de utilização de recurso referente ao elemento de despesa 339014.

Resultados: Consideramos que foi possível o cumprimento das metas físicas previstas e até acima do número inicial previsto em decorrência planejamento das ações que levou em conta o número de FFA com atuação na área e o número de estabelecimentos registrados. A disponibilização dos recursos quando solicitados foi também fator importante para não interrupção do trabalho.

Quanto aos recursos para investimento, a não disponibilização destes poderá num futuro breve, prejudicar as ações por falta de condições de material/equipamento adequado à realização das fiscalizações.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	2124 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal - FISCINAN					
Função	20					
Subfunção	125					
Descrição	-					
Iniciativa	013F – Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários					
Unidade Responsável	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP/SDA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		26.358,64	25.457,98	655,84	882,66	24.784,57
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	Unidade	85	64	52.390,00	25.475,98

Análise Crítica:

Quanto a meta física, observa-se que a previsão não foi atingida. Este fato se deve principalmente a quantidade insuficiente de fiscais para a realização das ações. O estado de Goiás possui uma das piores relações fiscal/estabelecimento registrado, o que ficou evidente nos resultados físicos.

Em relação à meta financeira prevista (52.390,00), o valor de 15.650,00 era para investimento, valor este não disponibilizado. Desta forma, gastou-se 25.475,98 dos 36.740,00 destinados ao custeio das fiscalizações, ou seja, a dificuldade de pessoal para as fiscalizações determinou queda no número de fiscalizações e, conseqüentemente nos gastos previstos.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos - FISCPLANTA2					
Função	20					
Subfunção	603					
Descrição	-					
Iniciativa	012J – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Vegetais seus Produtos e Insumos					
Unidade Responsável	Coordenação Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO/SDA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		15.295,99	15.092,83		203,16	15.092,83
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada	unidade	4.836	4.019	15.650,00	15.092,83

Análise Crítica:

O cumprimento de 83,11% da meta física prevista se deve principalmente ao fato da redução de importação de peças e partes de peças de automóveis por uma montadora de veículos instalada em Anápolis-GO, em comparação ao ano de 2011, face à política de importação do governo federal. Estas mercadorias são acondicionadas em suportes e embalagens de madeiras oriundas do continente asiático. Atingimos 96,43% da meta financeira. Os recursos foram aplicados todos em custeio. Diárias e passagens para participação em cursos e reuniões técnicas e com combustível em veículo oficial em serviço de fiscalização.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI					
Função	20					
Subfunção	125					
Descrição	-					
Iniciativa	013E – Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Agrícolas					
Unidade Responsável	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA/SDA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		26.700,62	25.611,51		1,089,00	25.611,51
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	Unidade	405	384	57.049,50	25.611,51

Análise Crítica:

Foi cumprido o equivalente a 94,8% da meta física estabelecida, referente ao número de fiscalizações. Apesar do relativo sucesso no alcance da meta, houve dificuldades na execução física, devido à carência de fiscais e de auxiliares e à limitação da concessão de diárias por servidor (40 diárias por exercício).

Em relação à meta financeira, foram realizados aproximadamente 53,3% do total previsto para as despesas com diárias e material de consumo, refletindo dificuldades em relação à alocação de pessoal para a fiscalização. Parte das ações fiscais previstas foi realizada por apenas um fiscal, sem auxílio de outros servidores, o que contribuiu para redução das despesas com diárias. Ressalta-se que não houve disponibilização do valor de R\$ 9.000,00 previsto para investimento.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTEMOS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - FISPROVET1					
Função	20					
Subfunção	125					
Descrição	-					
Iniciativa	013F – Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários					
Unidade Responsável	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP/SDA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		18.074,56	18.074,56	-	-	18.074,56
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	Unidade	204	112	156.892,70	18.074,56

Análise Crítica:

Quanto à meta física, observa-se que foi realizada um pouco mais da metade da quantidade prevista para o ano corrente. Este desempenho foi devido, principalmente, a saída de um fiscal (Responsável Técnico) no final do segundo trimestre, para assumir um cargo de confiança em Brasília. Este FFA tinha como principal atividade a fiscalização do comércio de produtos veterinários, que representou 85% de todas as fiscalizações programadas.

Quanto a meta financeira, do valor (156.892,70) previsto para 2012, 103.500,00 era para investimento. Cabe destacar que não foi disponibilizado recursos para investimento neste ano. Já os gastos com custeio não chegaram a cinquenta por cento do programado, em razão da saída de um FFA do setor, levando a uma readequação do número de fiscalizações de estabelecimentos comerciantes de produtos de uso veterinário.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

**ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2**

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal - INSPANIMAL3					
Função	20					
Subfunção	125					
Descrição	-					
Iniciativa	0278 – Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal					
Unidade Responsável	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA/SDA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidadada	Processados	Não Processados	
Esta (UJ) não é uma	(UO)	243.378,56	239.455,79	1352,71	3922,77	238.103,08
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Supervisões/fiscalizações/Reinspeção de consumo/apoio técnico/combate a clandestinidade.		1208	1116	297591,19	239455,00

Análise Crítica:

Na meta prevista de 1208 ações foram consideradas todas as ações exigidas pelas legislações vigentes, bem como ações de apoio técnico, acompanhamento de SIF's, combate a clandestinidade e implantação do SISBI. A meta prevista não foi atingida em decorrência da não autorização de ampliação aos servidores do SIPOA-GO das 40 diárias impostas pelo secretário executivo. Ficou prejudicado o cumprimento do cronograma de supervisões em estabelecimentos exportadores visto que os servidores aptos a realizá-las atingiram as 40 diárias em sua maioria prestando serviços ao DIPOA. E mesmo com essa condição o secretário executivo não liberou nenhum deles a receber mais de 40 diárias impossibilitando o cumprimento das metas do SIPOA-GO.

i. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - IPVEGETAL2					
Função	20					
Subfunção	125					
Descrição	-					
Iniciativa	0279 – Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Vegetal					
Unidade Responsável	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV/SDA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		20.376,29	20.136,29	240,00	-	20.376,29
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Inspeção de Indústria (com LV)	Estabelecimento	80	60		
02	Vistoria Oficial	Laudo Lavrado	10	15		
03	Inspeção e Fiscalização do Comércio	Estabelecimento	24	25		
04	Coleta de Amostras de Bebidas	Amostra	110	233	59.795,50	20.376,29

Análise Crítica:

• Cumprimento das metas – A meta que não foi integralmente cumprida foi:

I) INSPEÇÃO DE INDÚSTRIA (COM LV) - o resultado se deve principalmente, aos seguintes fatores, dentre outros:

- Número reduzido de pessoal, agravado pela saída de mais um FFA durante o ano;
- Descentralização de recursos, em determinados momentos do ano, em quantidade insuficiente e de forma intempestiva;
- Realização de ações de fiscalização em que não são utilizadas LV's, embora demandem procedimentos similares, tais como vistorias e atendimento de denúncias, além da aplicação de questionários do Programa Nacional de Monitoramento da Cachaça, durante os meses de junho, julho e setembro;
- Grande número de denúncias encaminhadas, sobretudo, via Ouvidoria;
- Parcela de tempo considerável gasta na análise de documentação para registro de produtos, estabelecimentos e demais atividades inerentes (alteração e renovação), além do grande volume de serviço gerado em decorrência das fiscalizações realizadas.

Ademais, há que se considerar que, pelo fato de grande parte das ações terem se desenvolvido na região metropolitana de Goiânia, algumas empresas localizadas em regiões mais afastadas não foram fiscalizadas, o que pode representar risco à segurança das bebidas ali desenvolvidas.

Para Registro, listamos alguns fatores de ordem geral que vem comprometendo a execução das atividades técnicas como um todo, e que ano a ano vem se agravando; e, se não forem saneados podem comprometer a SEGURANÇA DOS ALIMENTOS CONSUMIDOS EM GOIÁS: 1 – Carência de pessoal técnico (FFA); 2 – Carência de Pessoal para auxiliar a fiscalização (Tec. Agropecuário); 3 – Carência de Pessoal Administrativo; 4 – Políticas implementadas pelo Órgão Central (especialmente a Secretaria Executiva/MAPA), sem o correspondente incremento de recursos (pessoal, equipamentos, material de consumo, apoio Laboratorial, etc), nas Superintendências Federais em cada UF; 4 – Internet lenta e sem condições de absorver e “rodar” novos programas implementados pelo Órgão Central/MAPA. Taís fatores, estão diminuindo ano a ano o TEMPO/FFA dedicado a área fim, e sobrecarregando os Fiscais com a execução direta de atividades administrativas.

ii. **Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ**

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	4746 - Padronização, Classificação, fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - PADCLASSIF					
Função	20					
Subfunção	125					
Descrição	-					
Iniciativa	027A – padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal					
Unidade Responsável	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV/SDA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial		Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		39.697,37 43.496,47	38.445,37 36.966,25 Realizado	1.054,95	1.252,00	37.390,42 36.966,25
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física			
			Prevista	Realizada	Prevista	
01	Programa Estadual de Qualidade Vegetal-PEQV	Município Fiscalizado	8	8		
02	Programa Nacional de Qualidade Vegetal-PNQV	Município Fiscalizado	2	2		
03	Programa de Gerenciamento do PEQV/PNQV	Estabelecim. Fiscalizado	10	10		
04	Prog. de Monitor. do Controle da Presença de Resíduos e Contaminantes em Produtos Vegetais-PNCRC	Produto Amostrado	11	11		
05	Prog. de Investigação de Violação de Resíduos e Contaminantes em Produtos Vegetais-PNCRC Investigação	Produto Fiscalizado	12	10		
06	Prog. de Fiscalização dos Serviços Prestados pelas Credenciadas	Credenciadas Fiscalizadas (nº)	4	3		
07	Capacitação de Técnicos	Nº de Técnicos	7	7		
08	Pesquisa, Monitoramento e Revisão dos Padrões	Produto	10	8		
99.041,60						

Análise Crítica

- Cumprimento das metas – As metas que não foram integralmente cumpridas são:

- I) PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS VEGETAIS – 83%, devido ao fato de que alguns produtos que foram monitorados e que apresentaram problemas eram originários de outros Estados da Federação e assim a investigação não foi realizada pelo SIPOV/GO.
- II) Programa de Fiscalização dos Serviços prestados pelas credenciadas - 75%, porque uma das empresas credenciadas solicitou suspensão do credenciamento e assim não foi fiscalizada no exercício de 2012.
- III) Pesquisa, Monitoramento e Revisão dos Padrões – 80%. Ação realizada em colaboração com a CGQV que demanda ajuda de FFA deste SIPOV. A programação foi executada em função de produtos cujo POC estava em fase de validação (manga), revisão (amendoim, batata, alho, cebola, tomate e uva) ou implementação (milho, milho pipoca e azeite de oliva). Desses produtos não foram trabalhados no ano de 2012, o amendoim e a uva.

Obs.: a) O não cumprimento integral das metas “1” e “2” acima citadas, não traz impacto na consecução dos objetivos de médio e longo prazo, visto que no primeiro caso, a investigação da responsabilidade sobre a violação ocorrida quando se monitorou a presença de resíduos e contaminantes nos produtos vegetais, foi realizada pelo SIPOV do Estado de origem do produto; e, no segundo caso, como a empresa credenciada não executou serviço de classificação, não há risco de que o serviço tenha sido realizado de forma inadequada, o que poderia comprometer a segurança alimentar.

b) Para Registro, listamos alguns fatores de ordem geral que vem comprometendo a execução das atividades técnicas como um todo, e que ano a ano vem se agravando; e, se não forem saneados podem comprometer a SEGURANÇA DOS ALIMENTOS CONSUMIDOS EM GOIÁS: 1 – Carência de pessoal técnico (FFA); 2 – Carência de Pessoal para auxiliar a fiscalização (Tec. Agropecuário); 3 – Carência de Pessoal Administrativo; 4 – Políticas implementadas pelo Órgão Central (especialmente a Secretaria Executiva/MAPA), sem o correspondente incremento de recursos (pessoal, equipamentos, material de consumo, apoio Laboratorial, etc), nas Superintendências Federais em cada UF; 4 – Internet lenta e sem condições de absorver e “rodar” novos programas implementados pelo Órgão Central/MAPA. Tais fatores, estão diminuindo ano a ano o TEMPO/FFA dedicado a área fim, e sobrecarregando os Fiscais com a execução direta de atividades administrativas.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - PCEANIMAL					
Função	20					
Subfunção	604					
Descrição	-					
Iniciativa	012I – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais					
Unidade Responsável	Departamento de Saúde Animal – DSA/DAS					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta (UJ) não é uma (UO)		104.918,58	99.166,88	5.752,00	--	99.045,78
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação das doenças dos animais, inclusive trânsito, executadas pelas Unidades central, regionais, locais e postos fixos do órgão executor estadual	Supervisão realizada	47	36	*	*
2	Supervisionar as ações do órgão executor nas vendas de vacinas	Revenda supervisionada	15	23	*	*
3	Fiscalizar a execução de convênios	Fiscalização realizada	-	131	*	*
4	Fiscalizar alimentos para ruminantes na fiscalização ativa e passiva para prevenção da EEB	Propriedade fiscalizada	45	81	*	*
5	Colher e processar amostras de alimentos para ruminantes em propriedades rurais (colheita do material para envio ou realização de feed-test)	Animal avaliado	indeterminado	78	*	*
6	Sacrificar ou acompanhar o sacrifício de animais	Sacrifício ou acomp. realizado	indeterminado	63	*	*
7	Fiscalizar estabelecimentos avícolas de reprodução	Fiscalização realizada	22	13	*	*
8	Fiscalizar granjas GRSC	Fiscalização realizada	10	10	*	*

9	Coletar amostras de urina em bovinos vivos	Propriedade trabalhada	indeterminada	79	*	*
10	Supervisionar médicos veterinários habilitados / credenciados	Supervisão realizada	85	60	*	*
11	Participar de treinamentos	Treinamento realizado	indeterminado	3	**	**
12	Atender as convocações do DSA	Convocação atendida	indeterminado	5	**	**
13	Atender as demandas da Ouvidoria / MAPA e outras denúncias	Denúncia atendida	indeterminado	13	*	*

Análise Crítica:

Foram programadas 47 supervisões em escritórios da Agência Goiana de Defesa Agropecuária – Agrodefesa, no tocante às ações decorrentes dos Programas Nacionais de Brucelose e Tuberculose, Raiva dos Herbívoros, Anemia Infecciosa Equina, Sanidade dos Suídeos e das Aves. Estas supervisões são realizadas por dois fiscais, que no mesmo deslocamento realizam as supervisões relativas a esses Programas e também ao Programa de Erradicação da Febre Aftosa. Entretanto, não houve alcance da meta programada em virtude de dois problemas: a restrição de 40 diárias por servidor, imposta pelo Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012 fez com que a partir deste quantitativo todas as demais terem sido solicitadas à Secretaria Executiva do MAPA, o que nem sempre foram atendidas. O outro empecilho foi o pedido feito, pela Agrodefesa, de doação dos bens adquiridos pelo Convênio firmado com o MAPA, em 2010. Houve, então, necessidade de averiguação in loco, por fiscais deste Serviço, para checagem da existência desses bens e sua localização, para dar continuidade ao processo de doação o que os desviaram das ações programadas de supervisões a escritórios do órgão executor.

Observa-se ainda que houve fiscalizações de alimentos para ruminantes na fiscalização ativa e passiva para prevenção da EEB, muito além do programado. Ocorre que a atividade de campo deveria ter sido realizada por fiscais deste SSA, dividindo-se com fiscais da Agrodefesa, o que não ocorreu por essa Agência.

A atividade descrita no item 9 depende de programação realizada pelo Departamento de Saúde Animal em Brasília e só a obtivemos no decorrer de 2012. Entretanto toda a programação foi cumprida.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL					
Função	20					
Subfunção	603					
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.					
Iniciativa	012H – Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais					
Unidade Responsável	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/SDA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta (UJ) não é uma (UO)		46.522,64	46.522,64	-	-	46.522,64
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento e manutenção de sistema de manejo de risco de pragas.	Inspeção e supervisão	119	106	95.934,80	46.522,64

Análise Crítica:

Foi cumprido o equivalente a 89,08% da meta física programada. Após a programação das atividades para o ano de 2012, a capacidade de execução das atividades sofreu alterações que interferiram diretamente no quantitativo realizado. São essas alterações: a) demanda inferior ao programado, b) limitação de no máximo 40 diárias para cada servidor, decorrente do decreto 7.689/2012 e c) redução de propriedades inscritas sob Sistema de Mitigação de Risco para exportação de frutos de cucurbitáceas.

Algumas variações na execução física foram em decorrência da flutuação da demanda que, por tratar-se de sanidade vegetal, não se pode calcular com precisão o quantitativo de metas a serem cumpridas e assim o planejamento fica prejudicado.

A limitação de no máximo 40 diárias para cada servidor constituiu um entrave real para a execução das atividades, haja vista que a força de fiscalização do SSV-GO ser a mesma para exercer atividades em diversos Planos Internos e alguns dos fiscais já se encontrava com teto de 40 diárias ainda no primeiro semestre.

A supervisão do monitoramento da mosca da fruta *Anastrepha grandis* em propriedades sob o Sistema de Mitigação de Risco, é atribuição deste serviço. Em 2012 houve apenas a inscrição de 7 propriedade enquanto, em 2011, 21 foram inscritas. Desta forma as ações de supervisão foram reduzidas em função da diminuição da área a ser monitorada.

A disparidade em relação à Meta Financeira de R\$ 95.934,80 para R\$ 46.522,64 ocorreu em função de programações financeiras para realização de atividades de supervisões do monitoramento da praga *Anastrepha grandis* em propriedades sob o Sistema de Mitigação de Risco, conforme descrito anteriormente, pela não execução de 10,92% da meta física e também porque prevíamos gastos com eventos e capacitações técnicas que em função de diversos fatores estes não ocorreram ou o número de participantes foi menor do que tínhamos planejado.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTEMOS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	8592 – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar - RASTREAB1					
Função	20					
Subfunção	125					
Descrição	-					
Iniciativa	012I – Prevenção, controle e Erradicação de doenças dos Animais					
Unidade Responsável	Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade – CSR/SDA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta (UJ) não é uma (UO)		26.983,27	26.883,27	_____	100,00	26.883,27
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Reauditorias em estabelec. rurais incluídos na lista Traces	unidade	60	60	R\$ 42.800,76	R\$ 26.883,27

Análise Crítica:

A meta de reauditorias em estabelecimentos rurais foi definida pela Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade-CSR/MAPA, correspondendo a 10% dos estabelecimentos rurais incluídos na lista Traces. Os critérios de seleção destes estabelecimentos rurais, para realização das reauditorias, seguiram as diretrizes emanadas do Ofício Circular nº 06/2012/CSR/SDA. A meta definida com base no percentual de estabelecimentos incluídos na lista Traces, referente ao estado de Goiás, foram 60 estabelecimentos rurais. Destacamos o cumprimento da meta estabelecida, sendo que deste total de reauditorias, oito estabelecimentos rurais apresentaram-se com resultado “Não Conforme” para fins de rastreabilidade, o que correspondeu a 13% dos estabelecimentos reauditados. Observamos que a limitação de 40 diárias para cada servidor ao longo do ano, e os tramites para liberação de diárias acima deste total estabelecido, gerou o cancelamento de reauditorias e posterior remarcação, bem como dificultou atingir a meta estabelecida. É importante frisarmos que as reauditorias foram realizadas por fiscais da SFA/GO e da Agrodefesa, e também por equipes mistas compostas por fiscais destes dois órgãos.

Destacamos, ainda a realização de 126 auditorias em estabelecimentos rurais, sendo estas realizadas pela Agrodefesa, através de demanda, e os resultados destas auditorias apresentaram 12 estabelecimentos rurais com resultado “ Não Conforme” para fins de rastreabilidade e o restante das auditorias com resultado “ Conforme”. Os relatórios gerados nas auditorias e reauditorias, passam pela análise do Comitê de Assessoramento do SISBOV-CEAS, sendo este composto por representantes da SFA/GO e Agrodefesa.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	4723 – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal - RESÍDUOS					
Função	20					
Subfunção	665					
Descrição	-					
Iniciativa	0277 – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal					
Unidade Responsável	Coordenação de Resíduos e Contaminantes – CRC/SDA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		204,31	204,31	-	-	204,31
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

Os recursos descentralizados neste PI foram encaminhados pelo Departamento de Sanidade Animal DAS/SDA/MAPA, em Brasília, para o pagamento das despesas de deslocamento de um palestrante em um evento de rastreabilidade em Goiás, sem ser programado pela SFA-GO. Os recursos foram descentralizados neste PI de acordo com a disponibilidade de recursos da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA, em Brasília – DF.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA SUBÍTEMS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA					
Identificação da Ação:							
Código	2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos - VIGIFITO1						
Função	20						
Subfunção	603						
Iniciativa	012H – Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais						
Unidade Responsável	Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA						
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Esta (UJ) não é uma (UO)		26.733,18	26.733,18	-	-	26.733,18	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Supervisões na instância estadual no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; acompanhamento de convênio, quarentena vegetal.	Fiscalização/supervisão	199	174	93.538,55	26.733,18	
<p>Análise Crítica: Foi cumprido o equivalente a 87,44% da meta física programada. Após a programação das atividades para o ano de 2012, a capacidade de execução das atividades sofreu alterações que interferiram diretamente no quantitativo realizado. São essas alterações: a) demanda inferior ao programado, b) limitação de no máximo 40 diárias para cada servidor, decorrente do decreto 7.689/2012 e c) redução de deslocamento para emissão de Certificado Fitossanitário para exportação de frutos de cucurbitáceas oriundos de propriedades sob Sistema de mitigação de Risco para exportação de frutos de cucurbitáceas. Algumas variações na execução física foram em decorrência da flutuação da demanda que, por tratar-se de sanidade vegetal, não se pode calcular com precisão o quantitativo de metas a serem cumpridas e assim o planejamento fica prejudicado. Houve redução nas fiscalizações em Estações Quarentenárias em virtude da redução de materiais importados enviados para Estações Quarentenárias no Estado de Goiás.</p> <p>A limitação de no máximo 40 diárias para cada servidor constituiu entrave real para a execução das atividades, haja vista que a força de fiscalização do SSV-GO ser a mesma para exercer atividades em diversos Planos Internos além do fato de que mesmos que solicitássemos as programações após o excedente das 40 diárias para realizações das atividades, o processo não era de imediato, bem como o roteiro tinha de ser pré-estabelecido não podendo ser alterado, tornando o processo burocrático e com certa demora para resposta em alguns casos.</p> <p>Houve redução de produtores cadastrados no Sistema de Mitigação de Risco e emissão de Certificado Fitossanitário para exportação de cucurbitáceas gerada por dificuldades de comercialização dos frutos para outros países, o que reduziu a demanda de deslocamentos para esta fiscalização. A meta física foi programada em 188 certificados sendo que somente foram emitidos 5 certificados, portanto praticamente não utilizamos recursos para este fim como planejado inicialmente.</p> <p>A diferença em relação à Meta Financeira de R\$ 93.538,55 para R\$ 26.733,18 ocorreu em função de programações financeiras para realização de atividades de certificação de cargas para exportação, conforme descrito anteriormente, pela não execução de 12,56% da meta física e também porque prevíamos gastos com eventos que em função de diversos fatores estes não ocorreram ou o número de participantes foi menor do que tínhamos planejado.</p>							

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
SUBÍTEMOS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2014		NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO				
Identificação da Ação:						
Código	8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias – APOIOPEC1					
Função	20					
Subfunção	602					
Descrição	-					
Iniciativa	02X9 - Promoção da Sustentabilidade das Cadeias Produtivas Agropecuárias					
Unidade Responsável	SDC/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta (UJ) não é uma (UO)		R\$ 1302,71	R\$ 1302,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1302,71
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Participar de eventos ou reuniões externas (inclui eventos de capacitação)	Participação	1	0	R\$ 978,43	R\$ 0,00
2	Acompanhar "in loco" convênios, contratos de repasse e termos de cooperação	Acompanha-mento	3	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Análise Crítica:

Com relação à meta “Participar de eventos ou reuniões externas (inclui eventos de capacitação)”, a mesma não foi realizada decorrente do FFA que iria participar do evento estar em “afastamento para acompanhamento médico de parente”, impedindo sua participação. Porém, o MAPA participou do evento realizado em Brasília com FFA’s da própria sede não interrompendo o processo de colaboração que o Brasil vem efetuando junto a FAO para disseminar os conceitos de uma Pecuária Sustentável. Ressaltamos ainda, que pelo motivo apresentado, não houve a utilização dos recursos financeiros previstos.

Com relação à meta “Acompanhar "in loco" convênios, contratos de repasse e termos de cooperação”, a mesma não foi realizada, pois funciona sob demanda e estar centralizada no MAPA (sede). Como não houve demanda por parte do MAPA (sede), não ocorreu execução da mesma nem física, nem financeiramente. A falta de realização desta meta em nada prejudicou a ação, visto que na verdade não houve convênios com entidades goianas atendidas com recursos desta.

Ressaltamos, porém, a existência de recursos utilizados por esta ação para manutenção dos automóveis do DPDAG/SFA-GO.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTEMOS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2014		NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO				
Identificação da Ação:						
Código		4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1				
Função		20				
Subfunção		125				
Descrição		-				
Iniciativa		02X3 - Fiscalização e Aplicação de Outros Mecanismos de Controle para a Garantia da Qualidade orgânica, entregando à Sociedade produtos Orgânicos com Qualidade Oficialmente Controlada				
Unidade Responsável		SDC/MAPA				
Unidade Orçamentária		22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Reunião CPOrg/GO	ud	11	11		
02	Fiscalizações, inspeções e palestras	ud	09	09		

Análise Crítica:

As ações programadas dispensaram uso de recursos financeiros exceto a participação em Nov/2012 em treinamento em BSB sem programação financeira prévia.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2014		NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO				
Identificação da Ação:						
Código	2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISCAGRIC1					
Função	20					
Subfunção	125					
Descrição	-					
Iniciativa	02XL - Coordenação e Fiscalização da atividade agrícola.					
Unidade Responsável	SDC/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
A SFA-GO não é uma (UO)		R\$ 6.200,44	R\$ 6.200,44	R\$ 157,84	-	R\$ 6.042,60
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização de empresas com atividades aero-agrícolas	Empresa fiscalizada	45	39	R\$ 17.937,00	R\$ 6.200,44
02	Treinem. de fiscal p/ coordenador em aviação agrícola	Fiscal treinado	02	00	R\$ 9.923,60	R\$ 0,00
03	Compra de 01 veículo	Veículo	01	00	R\$ 60.000,00	R\$ 0,00

Análise Crítica:

Devido a DPDAG não ter no quadro fiscal com treinamento em coordenação de aviação agrícola, a divisão solicitou ao SEFIA/SFA-GO a colaboração do fiscal Paulo de Aguiar Pinto, o qual é habilitado para realização de fiscalização em aviação agrícola. O mesmo se disponibilizou a apoiar os trabalhos solicitados, sendo realizadas 04 viagens sempre com técnicos da DPDAG, porém chegando no mês de setembro de 2012 ele alcançou 40 diárias, precisando de autorização do Secretário Executivo para realizar as viagens programadas para os meses de setembro, novembro e dezembro. No entanto, quando a DPDAG solicitou a autorização do Secretário Executivo para as referidas viagens, a mesma não foi atendida. Por isso o motivo da não realização das metas programadas no POA 2012 para os meses citados acima para fiscalização de empresas com atividades aero-agrícolas.

Em relação ao treinamento de fiscal para coordenador em aviação agrícola e a compra de 01 veículo, ambos não foram atendidos por falta de recursos financeiros.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2014	NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO					
Identificação da Ação:						
Código	4747 – Fiscalização de Serviços Pecuários - FISCALPEC					
Função	20					
Subfunção	125					
Descrição	-					
Iniciativa	02X2 - Fiscalização dos Serviços Agropecuários Regulamentados					
Unidade Responsável	SDC/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta (UJ) não é uma (UO)		R\$ 4861,18	R\$ 4861,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4861,18
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Participar de eventos ou reuniões internas do MAPA (inclui eventos de capacitação)	Participação	2	2	R\$ 2377,62	R\$ 1157,41
2	Fiscalizar	Fiscalização	4	4	R\$ 3368,01	R\$ 3200,85

Análise Crítica:

Com relação à meta “Participar de eventos ou reuniões internas do MAPA (inclui eventos de capacitação)”, a mesma foi realizada com sucesso. Os eventos ocorridos irão aprimorar as atividades de fiscalização dos serviços pecuários realizados por entidades autorizadas pelo MAPA a executá-los; além de, harmonizar procedimentos de fiscalização entre os estados da federação. Ressaltamos que os recursos financeiros ficaram abaixo do previsto em decorrência de uma das participações realizadas ter sido programada pelo órgão central do MAPA responsável pelo tema e não por este DPDAG/SFA-GO.

Com relação à meta “Fiscalizar”, a mesma também foi realizada com sucesso. Todas as fiscalizações realizadas garantiram que as entidades executoras de serviços pecuários autorizadas pelo MAPA encontram-se em conformidade com a legislação vigente. Isto demonstra que o cidadão-cliente destas entidades está recebendo um serviço de qualidade. Nesta meta também se observou que os recursos financeiros utilizados foram menores que os previstos. Isto se deve ao fato de uma fiscalização programada inicialmente para o interior do estado de Goiás, ter ocorrido na capital (sem gasto financeiro) e outra fiscalização programada ter seus custos reduzidos pela redução na distância e período da fiscalização.

Ressaltamos ainda a existência de recursos utilizados por esta ação para manutenção dos automóveis do DPDAG/SFA-GO.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2014		NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO				
Identificação da Ação:						
Código	2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO					
Função	20					
Subfunção	125					
Descrição	-					
Iniciativa	02XH - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário					
Unidade Responsável	SDC/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		2.668,93	2.668,93			2.668,93
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização	Contrato	84	9	18.049,91	2.668,93
02	Análise	Análises Realizadas	150		-	-

Análise Crítica:

Há uma defasagem muito grande entre o previsto e o realizado (meta física e meta financeira) devido a programação feita pela SDC/MAPA, adotando o sistema de sorteio com um número bastante reduzido de municípios a serem fiscalizados, com uma representatividade baixa muitos municípios no estado nunca foram fiscalizados.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2042		NOME: INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	2B47 – Fomento á Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG					
Função	20					
Subfunção	665					
Descrição	-					
Iniciativa	044P – Organização de Cadeias Produtivas para Uso das Indicações Geográficas e Marcas Coletivas - INDGRAF					
Unidade Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		R\$ 8.270,53	R\$ 7.900,53	-	R\$ 370,00	R\$ 7.900,53
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realizar/coordenar estudos, pesquisas, diagnósticos, prospecções e levantamentos	Evento coordenado	06	07	R\$ 7.306,00	R\$ 4.551,83
2	Treinamento em IG	Treinamento	00	01	R\$ 0,00	R\$ 3.718,70

Análise Crítica:

As metas foram alteradas no decorrer do ano de implantação de projetos para realização de prospecção/sensibilização/diagnóstico/fortalecimento de cadeias de produtos com potencial Indicação Geográfica e Marca Coletiva, as quais previstas para trabalhar com 06 municípios sendo cada um com seu produto agrícola com potencial IG ou Marca Coletiva, no entanto as realizamos em 07 municípios.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2014		NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO				
Identificação da Ação:						
Código	20SR – Estudos de Infraestrutura e logística da Produção - INFRALOG					
Função	20					
Subfunção	605					
Descrição	-					
Iniciativa	02XO – Elaboração de Estudos que Visem a Redução do Custo Logístico da Movimentação de produtos Agropecuários Destinados ao Abastecimento e à Exportação					
Unidade Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		3.378,54	3.378,54			3.378,54
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Treinamento	Curso	01	01	3.378,54	3.378,54

Análise Crítica:

Curso realizado com grande êxito, e esperando regularização da legislação vigente para um treinamento “in loco” propriamente dito e posterior realização dos trabalhos no estado.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2042		NOME: INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA				
Identificação da Ação:						
Código	8560 – Fomento à Inovação no Agronegócio - INOVAGRO					
Função	20					
Subfunção	572					
Descrição	-					
Iniciativa	044N – Fomento à inovação no Agronegócio - INOVAGRO					
Unidade Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidadada	Processados	Não Processados	
A SFA-GO não é uma Unidade Orçamentária (UO)		3.139,86	3.139,86	192,54	-	2.884,16
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realizar/coordenar estudos, pesquisas, diagnósticos, prospecções e levantamentos		2	2	5897,50	2884,16
3	Participar de eventos ou reuniões externas (inclui eventos de capacitação)		2	2	5476,00	0 Obs.: As despesas das duas atividades foram pagas diretamente pela Sede-Brasília

Análise Crítica:

Campo do Inovagro tem potencial de crescimento no estado, especialmente o relativo à agricultura de precisão. Trabalhos realizados nesta área certamente obterão sucesso e repercussão no estado e no crescimento da utilização das tecnologias.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTEMOS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2014		NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO					
Identificação da Ação:							
Código	8593 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC ORGAMANEJO						
Função	20						
Subfunção	541						
Descrição	-						
Iniciativa	02WU - Realização de Campanhas Publicitárias para mostrar os benefícios econômicos, sociais e ambientais das ações que compõem o plano ABC.						
Unidade Responsável	SDC/MAPA						
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Esta (UJ) não é uma	(UO)	18.523,78	16.497,78	0	2.026,00	16.497,78	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Proferir palestras, cursos, oficinas, etc		10	8	9865,00	14500	
2	Participar de eventos ou reuniões internas do MAPA (inclui eventos de capacitação)		2	1	1741,00	600	
3	Participar de eventos ou reuniões externas (inclui eventos de capacitação)		10	9	17279,80	600	
4	Planejar eventos ou reuniões internas do MAPA (inclui eventos de capacitação)		4	0	9138,80	0	
5	Planejar eventos ou reuniões externas (inclui eventos de capacitação)		10	8	6655,00	797,78	
6	Planejar programas ou projetos		3	0	2176,50	0	
7	Apoiar/Implantar programas ou projetos		3	0	14882,50	0	

Análise Crítica:

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2014		NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO				
Identificação da Ação:						
Código	8548 – Promoção e Imagem dos Produtos Agropecuários Brasileiros no exterior - PROMOAGRO					
Função	20					
Subfunção	691					
Descrição	-					
Iniciativa	02LW - Promoção e Imagem do Setor Agropecuário Brasileiro no Exterior					
Unidade Responsável	SRI/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		340,45	340,45			340,45
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Reunião	01	-	01	-	340,45

Análise Crítica:

Na época não existia o Plano Operativo Anual correspondente a atividade, feito por convocação do órgão central (SDC/MAPA). A reunião transcorreu com a presença de lideranças da agropecuária de Rio Verde e região no planejamento do AgroEx a ser realizado nesta cidade.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2105		NOME: GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MAPA				
Identificação da Ação:						
Código	2000 – Administração da Unidade - MANUTSDC					
Função	20					
Subfunção	122					
Descrição	-					
Iniciativa	Não Existe					
Unidade Responsável	Secretaria Executiva – SE/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
A SFA-GO não é uma Unidade Orçamentária (UO)		346,56	196,56		150,00	196,56
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

Despesa realizada para atender convocação da SDC/MAP. O recurso orçamentário foi descentralizado no PI MANUTSDC em função de restrição orçamentária em outros PIs. A reunião foi realizada para a apresentação e discussão dos resultados estratégicos que não são acompanhados pelas SFAs, no que se refere às demandas da SDC/MAPA.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2014		NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO				
Identificação da Ação:						
Código		8533 – Missões para Negociações Agropecuárias Internacionais – MISSÕES2				
Função		20				
Subfunção		691				
Descrição		-				
Iniciativa		02LV - Missões para Negociações Agropecuárias Internacionais				
Unidade Responsável		SRI/MAPA				
Unidade Orçamentária		22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
A SFA-GO não é uma Unidade Orçamentária (UO)		1.162,15	1.162,15	-	-	1.162,15
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

Na rotina, normalmente não ocorre descentralização de crédito orçamentário da Secretaria de Relações Internacionais – SRI/MAPA – para as SFAs. Neste caso específico houve uma demanda da SRI para a realização do AGROEX em Rio Verde – GO, onde foi solicitado apoio da SFA-GO para o fornecimento do veículo e do motorista para atendimento da divulgação e mobilização das entidades e parceiros de Rio Verde – GO, bem como do transporte dos membros da MISSÃO da SRI/MAPA, que participaram do evento.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTENS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2014		NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO				
Identificação da Ação:						
Código	1K40 – Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Função	20					
Subfunção	121					
Descrição	-					
Iniciativa	045X – Desenvolvimento e Fortalecimento da Gestão Institucional do MAPA, Aperfeiçoando os Mecanismos de Comunicação Social Integrada, Interna e Externa, consolidando a Gestão Estratégica, Implementando o Modelo de Gestão Institucional, a Gestão de Pessoas por Competência, a Avaliação de Desempenho e o Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos					
Unidade Responsável	Assessoria de Gestão Estratégica – AGE/SE/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
A SFA-GO (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		3.378,41	3.378,41	-	-	3.378,41
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Reunião de Análise Estratégica	Unid.	4	4	0,00	3.378,41

Análise Crítica:

4.1.5 Informações Sobre Ações vinculadas a Programas de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação:						
Código	4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – CAPACITA1					
Função	20					
Subfunção	128					
Descrição	-					
Iniciativa	Não Existe					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas – SGDP/SPOA/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
A SFA-GO não é Unidade (UO)		40.710,15	40.319,21	0	0	40.319,21
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Fonte: SIAFI/GERENCIAL/SEOF/DAD/SFA-GO

Crítica:

A programação da capacitação e dos treinamentos para os servidores do MAPA são de competência da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas e da Coordenação Geral de Administração de Pessoas – CGDP e GCAP/MAPA. As metas físicas são determinadas pelas respectivas Coordenações, bem como é feita a descentralização financeira que dá suporte aos gastos em referência. Esta UJ apenas executa as ações determinadas. Toda a delegação de realização de capacitação e treinamento foi realizada dentro da normalidade, não restando nada de relevância a ser informado por esta UJ. Não houve restos a pagar.

4.1.6 Informações Sobre Ações vinculadas a Programas de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SUBÍTEMOS 4.4.1 E 4.4.2

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 0089		NOME: PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO				
Identificação da Ação:						
Código	0181 – Pagamento de Aposentados e Pensões – Servidores Civis – INATPENS1					
Função	09					
Subfunção	272					
Descrição	-					
Iniciativa	Não Existe					
Unidade Responsável	MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		70.824,53	70.824,53	0	0	70.824,53
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Fonte: SIAFI/GERENCIAL/SEOF/DAD/SFA-GO

Análise Crítica:

Trata-se de despesa de Auxílio Funeral custeada com recursos descentralizados do Órgão Central, conforme solicitação desta UJ visando atender a demanda, via processo administrativo, observando sempre o prazo legal determinado. Não ficou recurso para esse fim em restos a pagar. Nada de relevância a ser registrado. Execução orçamentária e financeira dentro da normalidade.

4.16- Informações Sobre Ações vinculadas a Programas de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DDE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2105		NOME: GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MAPA				
Identificação da Ação:						
Código	2000 – Administração da Unidade - MANUTCGAP					
Função	20					
Subfunção	122					
Descrição	-					
Iniciativa	Não Existe					
Unidade Responsável	Secretaria Executiva – SE/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		1.907,26	1.907,26	0	0	1.907,26
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Fonte: SIAFI/GERENCIAL/SEOF/DAD/SFA-GO

Análise Crítica:

Recursos descentralizados pela Coordenação Geral de Administração de Pessoas – CGAP para o pagamento de diárias referentes ao deslocamento de servidores para prestação de serviços na referida Coordenação, na sede do MAPA.

4.1.6 - Informações Sobre Ações vinculadas a Programas de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2105		NOME: GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MAPA				
Identificação da Ação:						
Código	4716 – Operações dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas - MANUTSFAS					
Função	20					
Subfunção	122					
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.					
Iniciativa	Não Existe					
Unidade Responsável	SECRETARIA EXECUTIVA – SE/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
A SFA-GO não é Unidade Orçamentária (UO)		1.050.594,15	791.521,74	39.369,37	259.072,41	752.152,37
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operações de Apoio Administrativo da SFA-GO	-	1	1	843.343,06	1.050.594,15

Fonte: SIAFI/GERENCIAL/SEOF/DAD/SFA-GO

Análise Crítica:

O valor de R\$ 843.343,06 refere-se ao orçamento liberado para as despesas de custeio e funcionamento no PI MANUTSFAS para esta UJ. Este valor foi distribuído em 12 parcelas mensais conforme a demanda da unidade e em concordância com a Planilha de Contratos.

Existe uma determinação por parte do Ministério Público Federal (inquérito civil público) cujo objeto é a adequação dos sanitários dos andares do Edifício sede da SFA-GO para cumprimento das normas de acessibilidade. Apesar desta UJ já disponibilizar de 02 sanitários perfeitamente adequados aos portadores de deficiências e necessidades especiais, mesmo assim prevaleceu a determinação do MPF. Para execução da adequação dos sanitários, aquisição e instalação de um elevador externo com abertura de porta de no mínimo 80 cm e instalação de escadas de saída de emergência, também determinação do MPF, foram autuados dois processos administrativos na modalidade de pregão eletrônico para os quais houve a previsão orçamentária de R\$600.000,00. O processo cujo objeto foi a adequação dos sanitários finalizou com a contratação da empresa vencedora pelo valor de R\$174.217,92. O outro processo de aquisição e instalação de 01 elevador e escadas de emergência foi fracassado por duas vezes, razão da devolução tempestiva dos recursos não utilizados.

Em conclusão: o valor previsto no ano de 2012 por esta UJ, foi R\$843.343,06 (custeio e funcionamento); a despesa total realizada R\$ 1.050.594,15 que representa a soma do valor de custeio (R\$ 791.521,74) + o valor contratado para a adequação dos sanitários (R\$ 174.217,92) + Restos a Pagar (R\$ 259.072,41) referentes aos contratos em vigência, para pagamentos referentes ao mês de dezembro de 2012.

4.16- Informações Sobre Ações vinculadas a Programas de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

PROGRAMA: 2105		NOME: GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MAPA				
Identificação da Ação:						
Código	2000 – Administração da Unidade – MINISTÉRIO DA PESCA					
Função	20					
Subfunção	122					
Descrição						
Iniciativa	Não Existe					
Unidade Responsável	Secretaria Executiva SE/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta (UJ) não é uma (UO)		23.367,71	23.367,71	0	0	23.367,71
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Fonte: SIAFI/GERENCIAL/SEOF/DAD/SFA-GO

Análise Crítica: Recursos orçamentários e financeiros repassados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura referentes ao ressarcimento das despesas da Superintendência de Pesca e Aquicultura durante o período que ocuparam parte do espaço físico que esta UJ disponibilizou para propiciar o funcionamento desse órgão. Registramos a mudança da SPA/MPA para sua sede própria ocorrida em dezembro/12.

A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

4.2 – Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.

INDICADORES INSTITUCIONAIS (Ver item 13.7 do ANEXO do Relatório)

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	1.139.315	822.220	821.251	737.239
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	1.139.315	822.220	821.251	737.239
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (g+h)	224.261	287.902	224.261	229.126
g) Dispensa	145.280	172.199	145.280	132.665
h) Inexigibilidade	78.980	115.703	78.980	96.461
3. Regime de Execução Especial	4.815	8.603	4.815	8.603
i) Suprimento de Fundos	4.815	8.603	4.815	8.603
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	626.248	691.714	626.248	691.714
j) Pagamento em Folha (Auxílio Funeral)	70.824	43.762	70.824	43.762
k) Diárias	555.423	647.951	555.423	647.951
5. Outros	10.980.252	7.257	10.976.969	7.257
6. Total (1+2+3+4+5)	12.974.893	1.817.698	12.653.545	1.673.941

Fonte: SIAFI GERENCIAL SEOF/DAD/SFA-GO.

ANÁLISE CRÍTICA:

No quadro acima se verifica a prioridade pela transparência e lisura nas contratações na adoção da modalidade licitatória PREGÃO ELETRÔNICO. As contratações diretas foram adotadas para: fornecimento de energia elétrica; serviços de água esgoto e correios. No item a SUPRIMENTO DE FUNDOS houve uma redução nos gastos de aproximadamente de 50% devido à estrita observância das normas pertinentes. Em PAGAMENTO DE PESSOAL registramos os valores pagos em AUXÍLIO FUNERAL. O item 5-OUTROS se refere a valores de repasse financeiro (CONVÊNIOS), ressarcimentos e Imprensa Nacional.

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
Auxílio Funeral	70.824	43.762	70.824	43.762	0	0	70.824	43.762
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas Correntes	2.437.704	1.754.081	2.437.704	1.754.081	219.089	113.541	2.173.376	1.630.179
39-Outros Serviços de Terceiros-P.Jurídica	606.297	430.491	606.297	430.491	190.422	54.580	403.252	375.910
41-Contribuições – Fundo a Fundo	554.846	0	554.846	0	0	0	554.846	0
14-Diárias	520.652	624.767	520.652	624.767	0	0	520.652	624.767
Demais elementos do grupo	755.909	698.82	755.909	698.823	28.667	58.960	694.626	629.501
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
42 – Auxílio – Fundo a Fundo	10.409.34	0	10.409.344	0	0	0	10.409.344	0
52-Equip.e Mat.Permanente-Op.Intra-Orç.	57.019	19.855	57.019	19.855	57.019	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.2.4.2.3 - ANÁLISE CRÍTICA

Alterações ocorridas na programação orçamentária desta UJ, referente ao exercício de 2012 ocorreram em razão do inquérito civil público do Ministério Público Federal que determinou a adequação de todos os sanitários dos andares da sede desta SFA-GO. Também houve a demanda da instalação de escadas para a saída de emergência e aquisição com instalação de um elevador com medidas que atendam as normas de acessibilidade para essas ações. Foram solicitados recursos orçamentários para a abertura dos respectivos processos na modalidade de pregão eletrônico. A contratação referente a adequação dos sanitários foi concluída. O outro pregão eletrônico foi por duas vezes publicado e uma vez deserto e outra fracassado, motivo pelo qual houve o recolhimento do crédito orçamentário.

Nas despesas correntes referentes a diárias houve recolhimento de crédito orçamentário pelo rigoroso controle por parte desta UJ quanto ao cumprimento do decreto presidencial que limita a quarenta diárias por servidor. Todas as exceções de extrapolação foi motivada e fundamentada em razões e tiveram autorização expressa da Secretaria Executiva do MAPA.

Os valores que ficaram em resto a pagar são pertinentes aos contratos em vigência nesta UJ referentes aos serviços prestados ou materiais fornecidos no mês de dezembro de 2012, cujas faturas tiveram vencimento em janeiro de 2013.

Os valores registrados em investimento referem-se á aquisição de estações de trabalho e armários para substituírem móveis em estado ruim de conservação ou inservíveis. Houve também a aquisição de cadeiras para a substituição na sala de reuniões localizada no terceiro andar – Gabinete do Superintendente.

As registradas no Grupo de Investimentos – FUNDO A FUNDO são pertinentes ao repasse financeiro dos convênios MAPA e AGRODEFESA (saúde animal e sanidade vegetal).

FONTE: SEOF/DAD/SFA-GO

PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.**5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.****5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.****5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .****QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	10.360	0	10.360	0
2010	7.724.771	0	7.724.771	0
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	719.753	10.694	709.059	0
2010	2.367.513	0	2.367.513	0

Fonte: SEOF/DAD/SFA-GO

5.2.2. Análise Crítica

Nos exercícios de 2010 e 2011 não houve saldo para pagamento em 31/12/2012.

5.3 Transferência de Recursos.**5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.****QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento									
CNPJ: 00.396.895/0001-25					UG/GESTÃO: 22000/00001				
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás – SFA/GO									
CNPJ: 00.396.895/0032-21					UG/GESTÃO: 130080/00001				
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	771397	Agro-defesa	23.217.733,60	1.271.375,00	10.605,610,00	11.193.860,00	06.07.12	31.12.15	1
1	772055	Agro-defesa	11.250.723,77	571.105,77	358.580,00	378.020,00	06.07.12	31.12.15	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SEOF/DAD/SFA-GO

OBSERVAÇÃO:

1 – Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA) – CNPJ 06.064.227/0001-87
Convênio 771397/2012-SANIDADE ANIMAL, valor R\$ 23.217.733,60 (vinte e três milhões, duzentos e dezessete mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos); publicado D.O.U. 25.07.2012

Convênio 772055/2012-SANIDADE VEGETAL, valor R\$11.250.723,77 (onze milhões, duzentos e cinquenta mil, setecentos e vinte e três reais e setenta e sete centavos); publicado D.O.U. 25.07.2012

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
CNPJ:	00.396.985/0001-25					
UG/GESTÃO:	22000/00001					
Nome:	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás					
CNPJ:	00.396.985/0032-21					
UG;GESTÃO:	130080/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	2	0	2	10.964.190,00	7.571.336,00	0,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	2	0	2	10.964.190,00	7.571.336,00	0,00

Fonte: SEOF/DAD/SFA-GO

OBSERVAÇÕES:

1 – Órgão concedente dos referidos convênios é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás – SFA/GO é somente instrumento de repasse financeiro da concedente.

2 – Convênios do Exercício de 2010:

Convênio 742384/2010-SANIDADE VEGETAL, valor total R\$2.795.300,00 (dois milhões, setecentos e noventa e cinco mil e trezentos reais), conforme ordens bancárias: 2011OB800646 no valor de R\$13.800,00; 2011OB800647 no valor de R\$397.480,00; 2011OB800648 no valor de R\$23.685,00; 2011OB800649 no valor de R\$870.495,00 e 2011OB800650 no valor de R\$1.489.840,00.

Convênio 742386/2010-SANIDADE ANIMAL, no valor de R\$4.776.036,00 (quatro milhões, setecentos e setenta e seis mil e trinta e seis reais), conforme ordens bancárias: 22011OB800633 no valor de R\$1.258.090,00; 2011OB800634 no valor de R\$1.240.596,00; 2011OB800635 no valor de R\$84.880,00 e 2011OB800636 no valor de R\$2.192.470,00.

P.S.: Os convênios tiveram seus recursos financeiros liberados em 13/05/2011.

3 – Convênios do exercício de 2012/2015:

Convênio 771397/2012-SANIDADE ANIMAL, valor R\$ 23.217.733,60 (vinte e três milhões, duzentos e dezessete mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos); assim distribuídos:

Parcela 2012 - R\$10.605.610,00.

R\$ 196.266,00 – Projeto/Atividade 20.604.2028.8658 – Elemento de Despesas 3.3.30.41
R\$ 10.409.344,00 - Projeto/Atividade 20.604.2028.8658 – Elemento de Despesas 4.4.30.42
Contrapartida – R\$ 588.250,00

Parcela liberada pela Concedente em 09/10/2012, conforme ordem bancária nº 2012/OB801662 no valor de R\$10.605.610,00.

Parcela 2013 - R\$ 3.418.004,00

R\$ 553.604,00 – Projeto/Atividade 20.604.2028.8658 – Elemento de Despesas 3.3.30.41
R\$ 2.864.400,00 - Projeto/Atividade 20.604.2028.8658 – Elemento de Despesas 4.4.30.42
Contrapartida – R\$ 212.395,00

Parcela 2014 – R\$ 4.014.203,60

R\$ 847.643,60 – Projeto/Atividade 20.604.2028.8658 – Elemento de Despesas 3.3.30.41
R\$ 3.166.560,00 - Projeto/Atividade 20.604.2028.8658 – Elemento de Despesas 4.4.30.42
Contrapartida – R\$ 249.940,00

Parcela 2015 – R\$ 3.908.541,00

R\$ 563.051,00 – Projeto/Atividade 20.604.2028.8658 – Elemento de Despesas 3.3.30.41
R\$ 3.345.490,00 - Projeto/Atividade 20.604.2028.8658 – Elemento de Despesas 4.4.30.42
Contrapartida – R\$ 220.790,00

Convênio 772055/2012-SANIDADE VEGETAL, valor R\$11.250.723,77 (onze milhões, duzentos e cinquenta mil, setecentos e vinte e três reais e setenta e sete centavos); assim distribuídos:

Parcela 2012 - R\$358.800,00

R\$ 200.800,00 – Projeto/Atividade 20.603.0357.2134 – Elemento de Despesas 3.3.30.41
R\$ 157.780,00 - Projeto/Atividade 20.603.0357.8572 – Elemento de Despesas 3.3.30.41
Contrapartida – R\$ 19.440,00

Parcela liberada pela Concedente em 09/10/2012, conforme ordem bancária nº 2012OB801663 no valor de R\$358.580,00.

Parcela 2013 - R\$ 3.010.285,00

R\$ 964.630,00 – Projeto/Atividade 20.603.0357.2134 – Elemento de Despesas 3.3.30.41
R\$ 2.045.655,00 - Projeto/Atividade 20.603.0357.8572 – Elemento de Despesas 4.4.30.42
Contrapartida – R\$ 165.045,00

Parcela 2014 – R\$ 2.384.467,00

R\$ 1.324.122,00 - Projeto/Atividade 20.603.0357.2134 – Elemento de Despesas 3.3.30.41
R\$ 1.060.345,00 - Projeto/Atividade 20.603.0357.8572 – Elemento de Despesas 4.4.30.42
Contrapartida – R\$ 126.490,00

Parcela 2014 – R\$ 2.384.467,00

R\$ 1.324.536,00 – Projeto/Atividade 20.603.0357.2134 – Elemento de Despesas 3.3.30.41
R\$3.601.750,00 - Projeto/Atividade 20.603.0357.8572 – Elemento de Despesas 4.4.30.42
Contrapartida – R\$ 260.130,77

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferência que Permaneceram vigentes no Exercício de 2013 e seguintes..

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
CNPJ: 00.396.895/0001-25			UG/GESTÃO: 22000/00001		
Nome: Superintendência Federal de Agricultura em Goiás					
CNPJ: 00.396.895/0032-21			UG/GESTÃO: 130080/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	2	34.468.457,37	10.964.190,00	6.428.289,00	100 %
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0 %
Termo de Cooperação	0	0,00	0,00	0,00	0 %
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0 %
Totais	2	34.468.457,37	10.964.190,00	0,00	100 %

Fonte: SEOF/DAD/SFA-GO

OBSERVAÇÃO:

Convênio nº 771397/2012 - Sanidade Animal

Parcela 2012 - R\$10.605.610,00.

Parcela 2013 - R\$ 3.418.004,00

Parcela 2014 – R\$ 4.014.203,60

Parcela 2015 – R\$ 3.908.541,00

Convênio nº 772055/2012 – Sanidade Vegetal

Parcela 2012 - R\$ 358.800,00

Parcela 2013 - R\$ 3.010.285,00

Parcela 2014 – R\$ 2.384.467,00

Parcela 2014 – R\$ 2.384.467,00

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.

QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS
CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE
CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
CNPJ: 00.396.895/0001-25		UG/GESTÃO: 22000/00001			
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás					
CNPJ: 00.396.895/0032-21		UG/GESTÃO: 130080/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2012	Contas Prestadas	Quantidade	2	0	0
		Montante Repassado	7.571.336,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
2011	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
2010	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00

Fonte: SEOF/DAD/SFA-GO

OBSERVAÇÃO:

Convênio 742384/2010-SANIDADE VEGETAL, valor total R\$2.795.300,00

Convênio 742386/2010-SANIDADE ANIMAL, no valor de R\$4.776.036,00

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
CNPJ: 00.396.895/00001-25		UG/GESTÃO: 22000/00001			
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás					
CNPJ: 00.396.895/0032-21		UG/GESTÃO: 130080/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			2	0
	Montante Repassado			7.571.336,00	0,00
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	0	0
			Contas Não Analisadas	0	0
	Montante Repassado (R\$)			0,00	0,00
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Montante Repassado		0,00	0,00
Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0		
	Montante Repassado (R\$)	0,00	0,00		
2011	Quantidade de contas prestadas			0	0
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0	
		Quantidade Reprovada	0	0	
		Quantidade de TCE	0	0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0	
Montante repassado (R\$)		0,00	0,00		
2010	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	0	
		Quantidade Reprovada	0	0	
		Quantidade de TCE	0	0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0	
Montante Repassado		0,00	0,00		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado	0,00	0,00	

Fonte: SEOF/DAD/SFA-GO

OBSERVAÇÃO:

1. As Prestações de Contas dos Convênios nº 742384/2010 – Sanidade Vegetal e nº 742386/2010 Sanidade Animal foram encaminhadas à Superintendência Federal de Agricultura em 29.06.2012.
2. As Prestações de Contas dos referidos Convênios no exercício de 2012 continuam em análise.

5.3.6 - Análise Crítica

Os convênios nº 742384/2010 – sanidade vegetal e 742386/2010 – saúde animal cujos recursos financeiros foram liberados somente no exercício de 2011 e termos aditivos prorrogando os prazos de vigência para 31/12/1012. Não foi possível aprovar as Prestações de Contas dos referidos Convênios no exercício de 2012 devido ao encaminhamento do Ofício nº 434/2012/GAB-SFA/GO de 09.10.2012 à CONJUR/MAPA para esclarecimentos de dúvidas relacionadas junto à Prestação

de Contas e, que a SFA-GO, somente recebeu o retorno do Parecer Jurídico em 19.02.2013, esclarecendo as notificações solicitadas.

No exercício de 2012 foram celebrados os Convênios entre o MAPA e a AGRODEFESA objetivando a saúde animal (convênio nº 771397) e a sanidade vegetal (convênio 772055), publicados no DOU em 25/07/2012. Os recursos financeiros foram liberados através da SFA-GO em 09/10/2012 devido ao período de transição eleitoral, os quais encontram-se em execução e acompanhados pelas gerências técnica e administrativa da SFA-GO.

5.4 Suprimentos de Fundos.

5.4.1 Despesas Realizadas por Meio de Suprimentos de Fundos.

5.4.1.1 Suprimentos de Fundos – Visão Geral.

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
130080	Superintendência Fed.Agric.Pec.Abast/GO	0	340,00	4.475,10	4.815,10
UG 2					
UG 3					
UG n...					
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		0	340,00	4.475,10	4.815,10

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SEOF/DAD/SFA-GO

ANALISE CRÍTICA:

No quadro acima se encontram registrados os valores referentes às despesas realizadas por meio de SUPRIMENTO DE FUNDOS – CPGF, no exercício de 2012, suprido CPF: 137.140.581-68 – MARTINHO TAVARES DE SOUSA. Dados extraídos do SIAFI GERENCIAL/SEOF/DAD/SFA-GO.

No Portal da Transparência do Governo Federal aparece um saque no valor de R\$360,00 realizado e já prestado contas pelo suprido CPF: 467.894.211-49 - MARIA CARMEM LEAL DE OLIVEIRA, referente ao exercício de 2011 cuja fatura do Banco do Brasil teve vencimento de pagamento em 10 de janeiro de 2012.

5.4.1.3 Suprimentos de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	130080	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Martinho Tavares de Sousa	13714058168		340,00	4.475,10	4.815,10
Total Utilizado pela UG			340,00	4.475,10	4.815,10
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SEOF/DAD/SFA-GO.

ANÁLISE CRÍTICA:

Observa-se a redução de gastos por meio do uso do Cartão de Crédito Corporativo utilizado por esta UJ, resposta a uma gestão planejada. Os saques ocorreram em função da indisponibilidade de maquinas e sistemas de CPGF por parte de alguns prestadores/fornecedores.

5.4.1.4– UTILIZAÇÃO DA CONTA TIPO “B” E DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO DA UJ

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Suprimento de Fundos						
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	0	0	04	340,00	32	4.475,10	4.815,10
2011	0	0	08	1.035,00	08	7.590,62	8.625,62
2010	0	0	21	3.133,00	13	6.770,56	9.903,56

Fonte: SEOF/DAD/SFA-GO

ANÁLISE CRÍTICA:

No quadro acima se encontram registrados os valores referentes às despesas realizadas por meio de SUPRIMENTO DE FUNDOS – CPGF, no exercício de 2012, suprido CPF: 137.140.581-68 – MARTINHO TAVARES DE SOUSA. Dados extraídos do SIAFI GERENCIAL/SEOF/DAD/SFA-GO.

No Portal da Transparência do Governo Federal aparece um saque no valor de R\$360,00 realizado e já prestado contas pelo suprido CPF: 467.894.211-49 - MARIA CARMEM LEAL DE OLIVEIRA, referente ao exercício de 2011 cuja fatura do Banco do Brasil teve vencimento de pagamento em 10 de janeiro de 2012.

5.4.1.5 – PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	0	0	0	0	0	0	03	4.815,10	05	8.625,62	15	9.903,56

Fonte: SEOF/DAD/SFA-GO

5.4.1.6 – ANÁLISE CRÍTICA:

Os gastos através de suprimento de fundos CPGF são criteriosamente observados e cumpridos os prazos legais de uso. Da mesma forma, adotam-se critérios formais de prestação de contas, materializado fisicamente em processo administrativo, como também, lançados no sistema COMPRASNET. Tudo dentro da normalidade. Não restaram pendências.

PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.**6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.****6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.****6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.**

RELATÓRIO DE GESTÃO – SERVIÇO DE GESTÃO DE PESSOAS
PARTE A - ITEM 6 DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	318	318	09	09
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	318	318	09	09
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	318	318	09	08
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	01
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	319	319	09	09

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.**QUADRO A 6.2. – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12****Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31/12
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	8
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)*	8
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	7
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	1
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	6
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração, para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)**	7
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	23

Fonte: * Servidores cedidos para o Tribunal Regional Eleitoral em Goiás

** Empregados anistiados em exercício em outros órgãos

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	18	17	3	5
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	18	17	3	5
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	17	16	3	5
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	16	16	9	7
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	16	16	9	7
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	34	33	12	12

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	32	62	38	101	54
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	32	62	38	101	54
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	2	5	9	14	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	4	6	5	1
2.3. Funções Gratificadas	1	1	3	9	1
3. Totais (1+2)	34	67	47	115	56

6.1.2.2 Qualificação do quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade.

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	7	-	18	66	196	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	7	-	18	66	196	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	8	24	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	16	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	7	8	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	7	-	18	74	220	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:

6.1.3.Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada..

Quadro A.6.6 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2012	18.854.167,50	26,60	21.328.939,64	3.764.390,61	1.169.461,28	321.440,00	248.537,37	8.131,43	370.449,37	46.065.543,80
	2011	18.081.429,21	-	20.986.307,78	4.072.369,91	1.190.789,75	296.610,00	220.921,28	14.529,51	404.486,34	45.267.443,78
	2010	16.565.818,53	-	19.157.620,98	3.546.431,96	1.213.940,03	174.326,00	176.544,29	39.764,64	193.219,80	41.067.666,23
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	45.752,97	-	-	690,42	2.229,40	1.504,00	-	-	1.911,28	52.088,07
	2011	143.359,94	-	13.529,25	4.597,14	6.377,59	1.846,47	-	-	1.501,98	171.212,37
	2010	104.704,88	-	9.585,06	3.941,09	4.914,03	354,02	-	-	-	123.499,08
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	1.372.803,83	286.614,44	1.427.786,15	232.149,88	72.176,00	32.641,19	7.521,54	-	-	3.431.693,03
	2011	1.361.353,52	303.426,68	1.339.350,42	228.763,34	73.112,24	31.249,45	11.366,68	-	-	3.348.622,33
	2010	1.251.885,35	273.917,67	1.204.978,39	166.188,80	64.646,42	10.772,16	10.849,77	-	7.713,96	2.990.952,52
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2012	1.057.154,85	102.737,96	720.835,26	141.773,20	83.693,98	27.475,04	4.022,96	-	896,88	2.138.590,13
	2011	786.999,26	99.225,78	537.306,96	96.825,74	84.126,97	16.970,45	3.245,83	7.178,02	3.587,52	1.635.466,53
	2010	915.384,55	97.578,44	649.148,95	132.722,71	82.556,70	27.792,39	1.591,36	-	3.587,52	1.910.362,62

Fonte:

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	117	3
1.1 Voluntária	79	3
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	68	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	65	1
2.1 Voluntária	62	1
2.2 Compulsória	1	-
2.3 Invalidez Permanente	2	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	182	4

6.1.4.2 – DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA.

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	104	8
1.1. Integral	61	2
1.2. Proporcional	43	6
2. Em Atividade	178	-
3. Total (1+2)	282	8

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	1	5	-	5
Concessão de aposentadoria	4	8	4	8
Concessão de pensão civil	8	4	8	4
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	13	17	12	17

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento de servidor	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	1
Concessão de aposentadoria	-	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Total	-	-	-	1
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

6.1.7.3 – INFORMAÇÕES DA ATUAÇÃO DO ORGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI) SOBRE OS ATOS

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	20	04	-	-
Concessão de pensão civil	31	10	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	02	-	-	-
Totais	53	14	-	-

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

QUADRO 6.1.8.1 - ABSENTEÍSMO			
VARIÁVEIS	Quantidade	Absenteísmo por faltas justificadas	Absenteísmo por faltas injustificadas
Nº de dias de faltas justificadas ao trabalho	0	0,00%	0,00%
Nº de dias de faltas injustificadas ao trabalho	3		
Nº de servidores efetivos	319		
Força de trabalho (nº de servidores efetivos) X (nº de dias úteis do ano)	84.216		
Indicador de Absenteísmo (faltas ao trabalho)		0,00%	

Fonte: SGP/DAD/SFA-GO

COMENTÁRIOS (explicações e/ou justificativas)
CONCEITO
<p>O absenteísmo genericamente se refere à falta do trabalhador no local de trabalho. Dentre os fatores humanos no processo de trabalho, o absenteísmo situa-se entre os efeitos mais danosos ao suporte social do trabalhador. Neste caso, o absenteísmo se caracteriza como tendo um duplo sentido: do ponto de vista do trabalhador, a possibilidade de desconto salarial, de demissão ou de outros problemas correlatos; do ponto de vista da instituição, a possibilidade de não realização do trabalho previsto e os prejuízos por ventura decorrentes. O indicador de absenteísmo é importante porque informa o percentual de ausências, que também quer dizer redução na carga-diária de trabalho.</p> <p>OBSERVAÇÃO: PARA ALGUNS ESPECIALISTAS O PERCENTUAL TOLERÁVEL É DE 2,7%.</p>
OBJETIVO
Fornecer aos gestores de recursos humanos os quantitativos em dias e em percentuais das faltas ao trabalho, possibilitando análises específicas dessas faltas, que, certamente, redundam-se em grande perda de produtividade.
FÓRMULA
O absenteísmo é definido pela proporção do número de dias de faltas ao trabalho justificadas e injustificadas, em razão do número total de dias da força de trabalho no período em análise. Adota-se como método de levantamento a análise da folha de ponto para composição dos dados e aplicação da seguinte fórmula: TOTAL DE FALTAS JUSTIFICADAS OU INJUSTIFICADAS / TOTAL DE SERVIDORES ATIVOS X TOTAL DE DIAS ÚTEIS DO ANO (Veja a opção automática na tabela acima).

6.1.8 - INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

QUADRO 6.1.8.2 - ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS				
VARIÁVEIS	Qtde.	Nº de acidentes de trabalho por servidor	Nº de doenças ocupacionais por servidor	% de servidores sinistrados em relação ao total de servidores
Nº de acidentes de trabalho ocorridos	0	0,00	0,00	0,0
Nº de doenças ocupacionais ocorridas	0			
Nº de servidores acometidos de acidente de trab. ou doenças ocupac.	0			
Nº de servidores efetivos	319			
Indicador de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais por servidor		0,00		

Fonte: SGP/DAD/SFA-GO

COMENTÁRIOS (explicações e/ou justificativas)
CONCEITO
<p>A ocorrência de um acidente de trabalho envolve mais prejuízos do que aqueles que devem ser revertidos em custos para a instituição. Esses prejuízos incluem danos aos trabalhadores e as suas famílias na forma de redução de renda, interrupção de emprego de familiares, gastos com acomodação no domicílio, além da dor física e psicológica e do estímo do acidentado ou doente. Além disso, os acidentes e doenças profissionais geram custos para o Estado não só em termos de pagamento de benefícios às vítimas, mas também em termos do pagamento das despesas de recuperação da saúde e reintegração delas no mercado de trabalho e na sociedade em geral.</p> <p>OBSERVAÇÃO: De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social do Brasil de 2005, o percentual do nº de acidentes de trabalho (típico, trajeto e doenças) com relação ao total de trabalhadores no Estado do Paraná entre os anos de 1970 e 2005 foi de aproximadamente 2,5%.</p>
OBJETIVO
<p>Fornecer aos gestores de recursos humanos informações quantitativas sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, contribuindo, assim, para a adoção de políticas, procedimentos operacionais e comportamentais que venham a diminuir os danos causados à saúde do servidor, ao servidor e à instituição.</p>
FÓRMULA
<p>INDICADOR DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS = (Nº DE ACIDENTES DE TRABALHO + Nº DE DOENÇAS OCUPACIONAIS) / Nº DE SERVIDORES EFETIVOS.</p>

6.1.8 - INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

QUADRO 6.1.8.3- ROTATIVIDADE DE PESSOAL (*TURN OVER*) EM 2012

VARIÁVEIS	Quantidade	% de entradas de pessoal	% de saídas de pessoal
Nº de admissões (entradas)	9	2,82%	2,82%
Nº de demissões ou desligamentos (saídas)	9		
Nº médio de servidores efetivos	319		
indicador de rotatividade de pessoal (<i>tur nover</i>)		2,82%	

Fonte: SGP/DAD/SFA-GO

COMENTÁRIOS (explicações e/ou justificativas)

Foram registrados 8 ingressos, dos quais 5 foram admissões e 3 remoções. Com relação aos egressos, ocorreram 8 aposentadorias, 3 remoções, e 2 cessões.

CONCEITO

É a relação entre as admissões e os desligamentos de profissionais ocorridos de forma voluntária ou involuntária, em um determinado período. A rotatividade de pessoal (*turn over*) exerce muita influência nas instituições. Ela é expressa por um índice usado para gerar dados de acompanhamento e comparações, destinadas a desenvolver diagnósticos, seja para promover providências, seja em caráter preventivo. A critério da instituição os índices de rotatividade podem ter a sua periodicidade definida por mês, período ano, etc. O índice de rotatividade de pessoal exprime um valor percentual de servidores que circulam na organização em relação ao número do efetivo médio do período. assim, se o índice for de, por exemplo 5%, isto significa que a instituição pode contar com apenas 95% de sua força de trabalho naquele período. Para poder contar com 100%, a instituição precisaria planejar um excedente de 5% de pessoal para compensar esse fluxo de pessoal.

OBSERVAÇÃO: de acordo com publicação do Ministério do Trabalho e Emprego, o indicador de rotatividade da administração pública do Estado de Pernambuco em 2011 foi de **0,08%**

OBJETIVO

Possibilitar à área de recursos humanos o adequado gerenciamento da rotatividade de pessoal, evitando-se assim custos diretos com admissões e demissões e perda de produtividade e de capital intelectual; excesso de horas extras; sobrecarga aos pares; aumento de acidentes de trabalho; processos trabalhistas; impacto negativo na motivação das pessoas; impacto negativo no comprometimento e na imagem da instituição.

FÓRMULA

Quando se trata de medir o índice de rotatividade de pessoal para efeito de planejamento e acompanhamento de recursos humanos, utiliza-se a seguinte fórmula: **ÍNDICE DE ROTATIVIDADE GERAL** = $(A + D)/2/ EM$. Onde: A = admissões de pessoal dentro do período considerado (entradas); D = desligamentos de pessoal (saídas); e EM = efetivo médio dentro do período, que pode ser obtido pela soma dos efetivos existentes no início e no final do período, dividida por dois, ou pela média mensal de servidores efetivos no ano.

6.1.8 - INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

QUADRO 6.1.8.4 - EDUCAÇÃO CONTINUADA				
VARIÁVEIS	Quantidade	Média de horas por servidor em cursos de curta duração	média de horas por servidor em cursos de longa duração	% de servidores treinados em relação ao total de servidores
Nº de horas de treinamento em cursos de curta duração	3.000	9,4	0,0	26%
Nº de horas de treinamento em cursos de longa duração	0			
Nº de servidores treinados no período	82			
Nº de servidores efetivos	319			
Indicador de educação continuada em cursos de competências, curta duração e longa duração por servidor	9,4			

Fonte: SGP/DAD/SFA-GO

COMENTÁRIOS (explicações e/ou justificativas)

O número de servidores efetivos para este quadro alterou em razão da inclusão do empregado anistiados do BNCC.

CONCEITO

As instituições que oportunizam treinamentos a seus servidores necessitam de formas para avaliar se os mesmos estão sendo treinados e se estão sendo treinados adequadamente, quando, neste último caso, os treinamentos forem custeados com recursos próprios da instituição. Uma forma de fazer esta avaliação é por meio da medição dos indicadores de treinamento. Os índices e o indicador apresentados nesta planilha se propõem a analisar o tempo de treinamento e o quantitativo de treinados em 2011, gerando resultados que possam auxiliar os gestores de recursos humanos a melhor direcionarem seus recursos com treinamentos. **OBSERVAÇÃO:** A meta estabelecida no Planejamento Estratégico de 2011 para a SFA-GO foi de **40 horas** por servidor

OBJETIVO

Oferecer aos gestores de recursos humanos um indicador de educação continuada para poder compará-lo com: a meta estabelecida pela instituição para 2011, valores históricos; e conhecer o empenho e esforço dos trabalhadores em adquirirem conhecimentos por meio de treinamento.

FÓRMULA

O indicador de Educação Continuada é a relação matemática do nº de horas em cursos de competências, de curta duração e de longa duração, com o nº de servidores efetivos do período.

6.1.8 - INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

QUADRO 6.1.8.5 - DISCIPLINA

VARIÁVEIS	Quantidade	% de PAD encerrados em 2011	% de PAD encerrados com imputação de responsabilidade
Nº de Processos Administrativos Disciplinares em análise em 2012	1	0,0%	0%
Nº de Processos Administrativos Disciplinares encerrados em 2012	0		
Nº de Processos Administrativos Disciplinares encerrados em 2012 com imputação de responsabilidade	0		
Nº de servidores efetivos em 2011	319		
INDICADOR DE DISCIPLINA (% DE SERVIDORES PUNIDOS)		0,0%	

Fonte: SGP/DAD/SFA-GO

COMENTÁRIOS (comentar os PADs encerrados com imputação de responsabilidade)

--

6.1.8 - INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

QUADRO 6.1.8.6 - APOSENTADORIA *VERSUS* REPOSIÇÃO DO QUADRO

VARIÁVEIS	Quantidade	% de aposentadorias em relação ao quadro efetivo	% de reposições em relação ao quadro efetivo
Nº de servidores aposentados no período	4	1,25%	2,82%
Nº de servidores repostos no período	9		
Nº de servidores efetivos	319		
Indicador de aposentadorias versus reposição do quadro		44,44%	

Fonte: SGP/DAD/SFA-GO

COMENTÁRIOS (explicações e/ou justificativas)

Ocorreram 8 ingressos, dos quais 5 foram admissões e três remoções.

CONCEITO

Servidores repostos correspondem à entrada de servidores no quadro da instituição procedentes de contratações, transferências ou por outro meio qualquer de efetivação no quadro.

OBJETIVO

Fornecer aos gestores de recursos humanos informações sobre a movimentação de servidores aposentados e servidores efetivados.

FÓRMULA

O indicador de aposentadorias *versus* reposição do quadro = nº de aposentados dividido pelo nº de efetivados. No mínimo essa relação deve ser de 1 para 1, para que o quadro de servidores se mantenha estável. Se ela for maior do que 1, significa que para cada servidor repostado, mais de um servidor está sendo aposentado.

6.2 – Terceirização de Mão Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.4 Informação sobre a Contratação de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela UJ

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/GO														
UG/Gestão: 130080							CNPJ: 00.396.895/0032-21							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	12/2010	07.548.828/0001-28	18/10/2010	18/10/2013	7	7						P
2011	V	O	08/2011	00.914.803/0001-51	01/01/2012	31/12/2013	5	5						P
<p>Observações:</p> <p>a. ACÓRDÃO TCU: As contratações realizadas por esta UJ, no que diz respeito à atividade-meio, cumpre em inteiro teor as orientações decorrentes do Acórdão TCU nº 1.520/2006-P, bem como ao que regulamenta o Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, Art. 1º em seu § 1º;</p> <p>b. LIMPEZA E HIGIENE: - CONTRATO 12/2010 = Os serviços de limpeza e conservação do prédio sede da SFA/GO abrangidos pelo contrato 12/2010, firmado em 18/10/2010, que foram objeto de processo licitatório (21020.001801/2010-12 – Pregão Eletrônico nº 007/2010), continuam em vigência e foram sucessivamente prorrogados (Aditivos nº 02, de 14/10/2011; e nº 03, de 08/10/2012);</p> <p>c. VIGILÂNCIA OSTENSIVA: - CONTRATO 08/2011 = Com a proximidade do vencimento do Contrato 03/2007 (31/12/2011) e ante a impossibilidade de sua prorrogação, a Administração, tempestivamente, promoveu a licitação dos serviços (Pregão Eletrônico nº 007/2011 – Processo 21020.002484/2011-24), com vistas a continuar provendo o Órgão desses serviços essenciais, cujo desfecho culminou na celebração do Contrato 08/2011, na data de 26/12/2011. Ante a necessidade da manutenção desses serviços essenciais, promoveu-se, observando-se a legislação vigente e condições contratuais, a 1ª (primeira) prorrogação do contrato “em ser”, através de Termo Aditivo firmado em 20/12/2012.</p>														
<p>LEGENDA</p> <p>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>														

6.2.5 – INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/GO													
UG/Gestão: 130080							CNPJ: 00.396.895/0032-21						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	13/2010	07.951.388/0001-55	01/11/2010	31/10/2012			1	1			E
2012	5	O	02/2012	09.041.485/0001-36	18/12/2012	18/12/2013			1	1			A
2012	6	O	01/2012	03.793.622/0001-02	03/09/2012	03/09/2013	1	1					A
<p>Observações: As contratações realizadas por esta UJ, no que diz respeito à atividade-meio, cumpre em inteiro teor as orientações decorrentes do Acórdão TCU nº 1.520/2006-P, bem como ao que regulamenta o Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, Art. 1º em seu § 1º.</p> <p>a) Posto de Recepcionista: Inicialmente a contratação fora efetivada por um período de 12 (doze) meses (Processo nº 21020.001801/2010-12 – Pregão Eletrônico nº 007/2010 – Contrato nº 13/2010). Considerando a necessidade da Administração em continuar usufruindo desses serviços, foi prorrogada a vigência do contrato por mais um período de 12 (doze) meses, através do aditivo nº 01, firmado em 28/10/2011. Entretanto, em 04/07/2012 a Contratada manifesta formalmente seu <u>não interesse</u> na renovação do contrato, vincendo em 31/10/2012. Ante a necessidade da Administração em continuar usufruindo desses serviços, promoveu-se novo processo licitatório (21020.001616/2012-81 – Pregão Eletrônico nº 004/2012) que resultou na contratação de nova empresa (Contrato nº 02/2012), conforme exposto no quadro acima;</p> <p>b) Reprografia: Ante a necessidade em reduzir os custos com equipamentos, manutenção, materiais e suprimentos que envolvem os trabalhos desta SFA-GO, em especial os de reprografia de documentos e correlatos e, visando melhor atender às demandas desses serviços em âmbito interno, a Administração optou pela contratação desses serviços, de forma continuada, englobando além dos equipamentos, suprimentos, manutenção, 01 (um) operador com dedicação exclusiva, através de regular processo licitatório (Processo nº 21020.001158/2012-81 – Pregão Eletrônico nº 001/2012), em que culminou na realização do Contrato nº 01/2012, conforme exposto no quadro acima.</p>													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 							<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>						

- 10. Brigadistas
- 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
- 12. Outras

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários.

QUADRO A 6.19 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	18	16	12	8	100.466,75
1.1 Área Fim	14	11	8	6	-
1.2 Área Meio	4	5	4	2	-
2. Nível Médio	11	10	9	5	45.284,77
2.1 Área Fim	5	4	3	2	-
2.2 Área Meio	6	6	6	3	-
3. Total (1+2)	29	26	21	13	145.751,52

PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiro

QUADRO A.7.1-1 – FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

- a) **Legislação:** Instrução Normativa Nº 3, de 15 de Maio de 2008, Resolução nº 04, de 12 de junho de 2012, Resolução nº 362/2012 e SCVA/MAPA – Sistema de Controle de Veículos Automotivos do MAPA.
- b) **Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:** As ações finalísticas desta UJ, tem como sua execução a inspeção e a fiscalização que é feita nos laticínios, frigoríficos, casas comerciais de produtos veterinários e agropecuários, fazendas, divisas interestaduais, dentre outros. Impossível a realização das ações técnicas sem uma frota com prontidão de utilização, manutenção preventiva e corretiva e higienização. É ferramenta indispensável a execução das ações a que se propõe a existência das Unidades Descentralizadas do MAPA.
- c) **Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:** 71. Destes **49** estão **ativos**, disponíveis ao uso. 1 esta sendo transferidos para a SEAPA. 2 estão sendo doados e transferidos seu patrimônio para a SFA/PA, 8 para UFG-GO e 7 para Secretaria Executiva-MAPA/BSB, 3 são veículos batidos/sucata que podem ser doados, sendo um ainda com restrição no DETRAN-GO, devido ao processo do acidente e 1 veiculo furtado. (Ver item 13.8 do ANEXO do Relatório)

7.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário.

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.

Quadro A 7.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1		
	município 1 – Goiânia GO	2	2
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”		
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		2	2

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A 7.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob a Responsabilidade da UJ.

REL GESTÃO 2012 – DAD/SAG -
 QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA
 UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130080	937300313500-8	13	3	1.294.311,25	02/02/11	3.586.573,88	174.217,92	46.029,09
130080	937300219500-7	13	3	194.590,40	05/01/10	261.867,50		
Total							174.217,92	46.029,09

Fonte: SPU; SIAFI GERENCIAL; SMP/SAG; SEOF/DAD/SFA-GO

ANÁLISE CRÍTICA:

RIP 937300313500-8 - Refere-se ao imóvel situado na Praça Cívica nº 100 – Setor Central, equivalente a área 753,52m². Edifício com 8 pavimentos servido por 02 elevadores e escadaria.

. O valor indicado de R\$ 174.217,92 (Cento setenta e quatro mil, duzentos e dezessete reais, noventa e dois centavos), com reformas, é pertinente à contratação com a empresa BARCELOS REFORMADORA LTDA. – ME - CNPJ 04.913.696/0001-06, através do Contrato nº 003/2012, oriundo do Pregão Eletrônico nº 007/2012 (Processo nº 21020.002012/2012-52, com a finalidade de adaptação de sanitários do prédio sede da SFA-GO aos portadores de necessidades especiais, em cumprimento a determinação do MPF;

. O valor indicado de R\$ 46.029,09 (Quarenta e seis mil, vinte e nove reais, nove centavos), como manifestado no quadro acima, refere-se a gastos com a manutenção dos imóveis/instalações desta SFA-GO no exercício de 2012, sendo: R\$ 19.279,92 com serviços e R\$ 26.749,17 com materiais.

RIP 937300219500-7 – Refere-se ao imóvel situado à rua 69-A Qd. 140^a, Lts. 43, 45, 47, 49, 51 e 53 – Setor Norte Ferroviário (Galpão) nesta capital.

. Obs: Em 24/04/2012, através do Ofício nº 207/2012/GAB/SFA-GO foi solicitada a SPU/GO, visita para a reavaliação do imóvel. Em 14/06/2012, Ofício nº 257/2012/GAB/SPU-GO responde sobre a impossibilidade de atendimento, até o momento em razão do acúmulo de atividades e carência de pessoal. Em 08/01/2013, através do Ofício nº 004/2013/GAB/SFA-GO foi reiterada a solicitação de reavaliação do i

PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).

Quadro A 8.1 Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.

(Ver item 13.9 do ANEXO do Relatório)

PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

9. GESTÃO DO USO DOS REC. RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis. (Ver item 13.10 – ANEXO do relatório)

9.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	1.080	912	962	10.206,00	8.987,52	8.783,06
Água (m3)	1.120	1.812	1.980	12.043,60	17.048,71	18.851,32
Energia Elétrica (Kwa)	232.699	203.328	207.360	109.780,65	96.905,73	99.502,76
Total				132.030,25	122.941,76	127.137,14

Fonte: SMP e SCC/SAG/DAD/SFA-GO

PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

(Ver item 13.11 ANEXO do Relatório)

10.1.4 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.

**QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM
PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás – SFA/GO			130080
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não restaram pendências. As recomendações feitas pelo OCI passaram a integrar as ações administrativas rotineiras desta UJ.			

10.3 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.

10.3.1 – SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	34	34	34
	Entregaram a DBR	34	34	34
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SIAPE

Observações: Os 34 servidores ocupantes de Cargo em Comissão, Função Gratificada e Função Comissionada Técnica desta Superintendência, bem como do LANAGRO/GO autorizaram o acesso às suas declarações de ajuste anual do imposto de renda pessoa física, por meio de formulário específico, os quais encontram-se arquivados em seus assentamento funcionais, na forma estabelecida pelos art. 2º e 3º da Instrução Normativa – TCU nº 65, de 20.04.2011.

1.1.1.1- Análise Crítica

Anualmente, em decorrência da entrega da Declaração de Imposto de Renda à Receita Federal, os servidores são orientados a encaminharem uma cópia da Declaração ao Serviço de Gestão de Pessoas, em até quinze dias após à emissão à Receita, para ser arquivada em seus assentamentos funcionais. Especificamente, a partir de 2011, os servidores, para fins de cumprimento da exigência contida no artigo 13 da Lei nº 8.429, de 1992, e no artigo 1º da Lei nº 8.730, de 1993, autorizaram em formulário específico, a Unidade de pessoal desta Superintendência, o controle interno respectivo e o Tribunal de Contas da União – TCU a terem acesso às suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, bem como às respectivas retificações. Com relação à admissões, no ato da posse, o empossado é orientado a apresentar a sua Declaração de Bens, condição necessária à posse. No caso de egressos, se este se referir à destituição de Cargo em Comissão de servidor que já tenha apresentado, no mesmo exercício, a Declaração, normalmente não é solicitado que a apresente novamente. Se o egresso se referir à exoneração de cargo efetivo ou aposentadoria, para formalização do Processo, exige-se a apresentação da DBR. Esclareça-se que não há nesta Superintendência sistema de autorização eletrônica para recepção das DBR e não tem sido feito acompanhamento no sentido de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida pelo servidor.

10.4 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

10.4.1 - Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.

Quadro A 10.6 Mod. de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV.

(Ver item 13.12 do ANEXO do Relatório)

PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 – Declaração Plena

Quadro A 11.1 Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da UJ

(Ver item 13.13 do ANEXO do Relatório)

PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

12 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 - Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás - SFA-GO foi auditada pelo Órgão de Controle Interno relativamente à Prestação de Contas referente ao ano de 2011, durante o exercício de 2012. Dos fatos apontados, foram geradas Solicitações de Auditorias - SA, as quais foram todas tempestivamente respondidas. As fragilidades apontadas geraram apresentação de justificativas e esclarecimentos que tiveram como resultado o crescimento profissional dos servidores envolvidos nas ações questionadas. Inovou-se com a criação de um Núcleo de Contratos que tem como funções principais: o acompanhamento minucioso de todos os contratos firmados e relatórios de fiscalização; verificação da documentação mensal necessária aos pagamentos efetuados; orientação aos fiscais responsáveis pelos contratos e outras providências adotadas pela Superintendência de Goiás.

Da auditoria, surgiu a necessidade de atuação do controle interno do Órgão, para evitar, de forma antecipada, o cometimento de possível falha, impropriedade ou fragilidade documental. Foi criado um *check list* para cada processo, visando à verificação da conformidade documental. A Administração elaborou um Plano de Providências Permanente para a UJ, que passou a integrar a rotina administrativa desta SFA-GO. Desenvolveu-se, junto aos servidores, providências motivadoras visando a economicidade de energia elétrica. Solicitou-se o uso consciente de lâmpadas, computadores e aparelhos de ar condicionado. Foram iniciadas tratativas junto a empresa de eletricidade do Estado com o objetivo de aderir ao Plano Verde, cujo benefício é o subsídio de redução de tarifa, impactando favoravelmente na conta mensal. Quanto à economia de água, foram adotados torneiras econômicas (temporais) e constante monitoramento do sistema hidráulico. Ao mesmo tempo, é feito acompanhamento dos gastos com papel para impressão, cartuchos e *tonner*, inclusive da destinação final ambientalmente correta para esses materiais.

Os veículos são utilizados sob a gestão do Setor de Transportes, estritamente em observância às normas legais pertinentes, sendo todas as ações registradas no Sistema de Controle de Veículos Automotores - SCVA. As ações finalísticas cumprem o Plano de Ação conforme programa referente a cada Departamento e respectivo Plano Interno - PI, buscando alcançar os objetivos propostos no Plano Estratégico do MAPA.

Em consonância ao trabalho desenvolvido pelo Mapa Sede, a SFA-GO tem como norte a conciliação das contas públicas com as demandas do agronegócio, para melhorar a competitividade do setor. As ações da área finalística são pautadas pelas exigências dos mercados interno e externo brasileiros e, sobretudo, pela segurança alimentar da população. Os reflexos das atividades movimentam um mercado estável, competitivo e bem organizado.

As atividades vão além da essencial fiscalização da produção agropecuária. A SFA-GO se desenvolve, também, devido à participação dos servidores em ciclos de palestras, eventos e aproveita oportunidades como essas para divulgar o material informativo publicado pelo MAPA à

sociedade. Costuma-se, ademais, buscar pelas informações advindas de outras entidades, como as cooperativas e sindicatos. Com essa troca, a Superintendência tem mais subsídio para prestar atendimento ao público. Além disso, a área técnica acompanha as eventuais missões internacionais que passam pelo estado, procedimento fundamental para as relações internacionais do país. Em suma, a SFA-GO conecta a visão institucional do Ministério - que almeja o reconhecimento pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços que desenvolvam o agronegócio, à missão, cujo foco está na sustentabilidade e no benefício proporcionados à sociedade brasileira.

PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

12.2 – ROL DOS RESPONSÁVEIS

O Rol de Responsáveis mesmo sendo exigido apenas no processo de contas, a SFA-GO considerou relevante e necessária prestar esta informação atualizada por tratar-se de substancial mudança na gestão da Unidade Jurisdicionada e por entender que há responsabilidades desses gestores no exercício de 2012.

ROL DOS RESPONSÁVEIS – NO EXERCÍCIO 2012

SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO NO PERÍODO DE: 01/12/2012 à 01/11/2012

Unidade Jurisdicionada:	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA-GO		
Agente Responsável:	Helvécio Magalhães Ribeiro	CPF :	002.905.641-15
Cargo/Função:	Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás		
Período de Gestão :	Data início: 12 / 06 /2003	À data fim:	01/11/2012
Documento :	Portaria Ministerial nº 614 de 11/06/2003		
Designação :	Data: 12/06/2003	Exoneração : Data :	01/11/2012 D.O.U 27/11/2012
Endereço Residencial :	Av. República do Líbano nº apto 101 Bairro: Setor Oeste		
Município:	Goiânia	UF :	GO CEP : 74.000-000
Telefone:	(62) 3221-7204 e 3221-7205		Fax : (62) 3229-0400
Endereço de correio eletrônico :	gag-go@agricultura.gov.br		

SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO NO PERÍODO DE: 19/12/2012 à 31/12/2012

Unidade Jurisdicionada:	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA-GO		
Agente Responsável:	Francisco Carlos de Assis	CPF :	166.557.961-72
Cargo ou Função :	Fiscal Federal de Agricultura Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás		
Período de Gestão :	Data início: 19/12/2012	À data fim:	
Documento :	Portaria Ministerial nº 1.152 de 18/12/2012		D.O.U. 19/12/2012
Designação :	Data de Nomeação : 1/12/2012	Dispensado : Data :	Em exercício
Endereço Residencial :	Av. “C” qd A-18 Lt 11 Sobrado 01 Bairro : Jardim Goiás		
Município:	Goiânia	UF :	GO CEP : 74.805-070
Telefone:	(62) 3221-7204 3221-7205		Fax : (62) 3229-0400
Endereço de correio eletrônico :	carlos.assis@agricultura.gov.br		

SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA NO PERÍODO DE 01/01/2012 à 31/12/2012

Unidade Jurisdicionada:	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA-GO		
Agente Responsável: Tânia Suely Mendes Dias	CPF : 130.013.471-34		
Cargo/Função :	Fiscal Federal de Agropecuário Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás – Substituta -		
Período de Gestão : Data início:	20/10/2011	Á data fim:	
Documento :	Portaria Ministerial nº 865 de 19/10/2011		
Designação : Data:	20/10/2011	Exoneração :	Em exercício
Endereço Residencial:	Rua A-30, Qd 16, Lt 9 Jardins Atenas		
Município:	Goiânia	UF :	GO CEP : 74.885-578
Telefone:	(62) 3221-7204 e 3221-7205 Fax : (62) 3229-0400		
Endereço de correio eletrônico :	tania.dias@agricultura.gov.br		

UNIDADES CENTRAIS DE EXECUÇÃO FINALÍSTICA

Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

Unidade Jurisdicionada:	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA-GO		
Agente Responsável: Antônio Albino da Silva	CPF : 196.454.221-91		
Cargo/Função :	Fiscal Federal de Agropecuário Divisão de Defesa Agropecuária / DDA/SFA-GO - Chefia -		
Período de Gestão : Data início:	24/08/2007	Á data fim:	15/08/2012
Documento :	Portaria Ministerial nº 385 de 23/08/2007		
Designação : Data:	24/08/2007	Exoneração :	17/07/2012 Data D.O.U. = 15.08.2012
Endereço Residencial :	Rua 25-A nº 253 apto 601 Bairro: Setor Aeroporto		
Município:	Goiânia	UF :	GO CEP : 74.070-150
Telefone:	(62) 3221-7210 Fax : (62) 3224-4464		
Endereço de correio eletrônico :	antonio.albino@agricultura.gov.br		

Unidade Jurisdicionada:	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA-GO		
Agente Responsável: Ricardo Augusto de Faria e Silva	CPF : 883.480.751-00		
Cargo/Função :	Fiscal Federal de Agropecuário Divisão de Defesa Agropecuária / DDA –SFA-GO – Chefia –		
Período de Gestão : Data início:	16/08/2012	Á data fim:	----
Documento :	Portaria nº 750/2012 de 16/08/2012		
Designação : Data:	16/08/2012	Exoneração : Data :	Em exercício
Endereço Residencial :	Rua T 27 nº 133 apto 1104 Bairro: Setor Bueno		
Município:	Goiânia	UF :	GO CEP : 74.210-030
Telefone:	(62) 3221-7210 Fax : (62) 3224-4464		
Endereço de correio eletrônico :	ricardo.silva@ agricultura.gov.br		

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário /DPDAG

Unidade Jurisdicionada:	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA-GO		
Agente Responsável: Roberto Barbosa Afonso	CPF : 155.572.351-91		
Cargo/Função:	Fiscal Federal de Agricultura Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário /DPDAG - Chefia-		
Período de Gestão : Data início:	01/04/2005	Á data fim:	
Documento :	Portaria Ministerial nº 403 de 06/08/2010 (Apostilada)		
Designação : Data:	01/04/2005	Exoneração : Data :	Em exercício
Endereço Residencial :	Rua Sabiá S/N Qd 36 Lt 10 Bairro : Parque das Laranjeiras		
Município:	Goiânia	UF :	GO CEP : 74.855-650
Telefone:	(62) 3221-7211 Fax : (62) 3229-0400		
Endereço de correio eletrônico:	roberto.afonso@agricultura.gov.br		

UNIDADES DE APOIO OPERACIONAL

DAD - Divisão de Apoio a Superintendência

Unidade Jurisdicionada: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA-GO	
Agente Responsável: Maria Carmen Leal de Oliveira	CPF : 467.894.211-49
Cargo/Função : Especialista em Nível Médio Divisão de Apoio Administrativo / DAD - Chefia-	
Período de Gestão : Data início:08/03/2010	À data fim
Documento : Portaria Ministerial nº 209 de 05/03/2010	
Designação : Data: 08/03/2010	Exoneração : Data : Em exercício
Endereço Residencial : Rua C 263 Ed. Terra Nobre nº 160 Apto 903 Bairro: St Nova Suíça	
Município: Goiânia	UF : GO CEP : 74.280-260
Telefone: (62) 3221-7200 e 3221.7202	Fax : (62) 3221.7287
Endereço de correio eletrônico : maria.leal@agricultura.gov.br	

PARTE A, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

13- ANEXOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2012

MAPA ESTRATÉGICO

Missão

Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira

Visão

2006 – 2015

Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Perspectiva da Sociedade



Perspectiva do Agronegócio e Parceiros



Perspectiva de Processos Internos



Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento



13.3 - Formulário 4 – Acompanhamento do resultado estratégico (ANEXO do item 2.3).

FORM#4 - ACOMPANHAMENTO DO RESULTADO ESTRATÉGICO

Unidade Organizacional: GABINETE da SFA/GO

Resultado: AGE.R1 - Processo de Gestão Estratégica Consolidado

1º/2º/3º/4º TRIMESTRES 2012

1) Tendo em vista o estágio que se encontra o resultado, solicitamos que seja realizada uma análise (não é comentário) com base nos seguintes pontos:

a) Síntese do resultado atual: 1) Os resultados obtidos estão de acordo com a previsão? 2) Qual a perspectiva com relação aos próximos períodos de avaliação? 3) Quais elementos contribuíram para o desempenho apurado?

1) Sim, os dados do indicador de desempenho do Resultado Estratégico FORM. 4 foram coletados e acompanhados trimestralmente. A Reunião de Análise Estratégica - RAE do ao de 2012 foi realizada em 15/02/2013, com alta e média gerência, todos os gestores e os responsáveis pela obtenção das informações.

b) Pontos de atenção:

1) Realizar sistematicamente a coleta dos dados trimestrais, a avaliação na Reunião de Análise Estratégica - RAE e dar cumprimento ao Plano de Ação definido.

c) Consequências: Considerando os pontos de atenção citados acima, quais são as consequências previstas se não forem tomadas medidas?

A avaliação e o acompanhamento dos resultados dos indicadores de desempenho da Gestão Estratégica poderão ser prejudicados.

d) Recomendações sobre o processo: Considerando o estágio de avaliação do resultado, quais são as medidas que devem ser tomadas para corrigir ou evitar problemas ou situações que possam afetar seu nível de desempenho?

Realizar a coleta dos dados do Indicador de Desempenho trimestralmente e a avaliação nas Reuniões de Análise Estratégica - RAEs.

2.1 - Indicador: AGE.R1.1 - Número de RAEs executadas

b) Quais os valores trimestrais esperados e alcançados para o desempenho do indicador no ano de 2012 ?

a) Com relação ao indicador

		Resultados Esperados		Resultados Alcançados	
X	Os dados referem-se a mensurações efetivas	Meta Anual:	4	Valor Anual:	4
	Os dados são estimativas (explicitar a razão):	1º Trimestre:	1	1º Trimestre:	1
	Os dados não foram medidos (explicitar a razão):	2º Trimestre:	1	2º Trimestre:	1
Explicitar a razão:		3º Trimestre:	1	3º Trimestre:	1
		4º Trimestre:	1	4º Trimestre:	1

FORM#4 - ACOMPANHAMENTO DO RESULTADO ESTRATÉGICO

Unidade Organizacional: GABINETE de SFA/GO

Resultado: AGE.R1 - Processo de Gestão Estratégica Consolidado

1º/2º/3º/4º TRIMESTRES 2012

1) Tendo em vista o estágio que se encontra o resultado, solicitamos que seja realizada uma análise (não é comentário) com base nos seguintes pontos:

a) Síntese do resultado atual: 1) Os resultados obtidos estão de acordo com a previsão? 2) Qual a perspectiva com relação aos próximos períodos de avaliação? 3) Quais elementos contribuíram para o desempenho apurado?

1) Não, na avaliação realizada pela Assessoria de Gestão Estratégica - AGE a SFA-GO obteve a média de 3,4 do Grau de Entendimento de Gestão Estratégica do Corpo Gerencial. A média nacional foi de 3.1. Atingimos 89% da meta prevista para a SFA-GO, que era de 3.8.

2) A Perspectiva é atingir as metas estabelecidas.

3) A realização de oficina com os gerentes sobre o Mapa Estratégico, pela interlocutora de Gestão Estratégica - GE.

b) Pontos de atenção:

O Grau de entendimento dos gerentes sobre Gestão Estratégica ainda esteve abaixo da meta prevista para o ano de 2012.

c) Consequências: Considerando os pontos de atenção citados acima, quais são as consequências que poderão ocorrer se não forem tomadas medidas?

O grau de entendimento dos Gerentes Sobre Gestão Estratégica continuar abaixo da meta.

d) Recomendações sobre o processo: Considerando o estágio de avaliação do resultado, quais são as medidas que devem ser tomadas para corrigir ou evitar problemas ou situações que possam afetar seu nível de desempenho?

Para o ano de 2013 deverá ser implementadas ações para elevação da média de entendimento dos gerentes sobre Gestão Estratégica na SFA-GO.

2.2 - Indicador: AGE.R1.2 - Grau de entendimento dos gerentes sobre a Gestão Estratégica

b) Quais os valores trimestrais esperados e alcançados para o desempenho do indicador no ano de 2012 ?

a) Com relação ao indicador

		Resultados Esperados		Resultados Alcançados	
		Meta Anual:		Valor Anual:	
X	Os dados referem-se a mensurações efetivas	Meta Anual:	3,8	Valor Anual:	mensuração anual (3,4)
	Os dados são estimativas (explicitar a razão):	1º Trimestre:	-	1º Trimestre:	-
	Os dados não foram medidos (explicitar a razão):	2º Trimestre:	-	2º Trimestre:	-
Explicitar a razão:		3º Trimestre:	-	3º Trimestre:	-
		4º Trimestre:	-	4º Trimestre:	-

FORM#4 - ACOMPANHAMENTO DO RESULTADO ESTRATÉGICO

Unidade Organizacional: Divisão de Apoio Administrativo - DAD

Resultado: SE.R1.T2 - Implantação da Gestão por Competências no MAPA

1º/2º/3º/4º TRIMESTRES 2012

1) Tendo em vista o estágio que se encontra o resultado, solicitamos que seja realizada uma análise (não é comentário) com base nos seguintes pontos:

a) a Síntese do resultado atual: Os resultados obtidos estão de acordo com a previsão? Qual a perspectiva com relação aos próximos períodos de avaliação? Quais elementos contribuíram para o desempenho apurado? Não. A perspectiva é de que somente no exercício de 2013 serão aplicados os cursos inseridos no PAEC 2012. Falta de recursos.

b) Pontos de atenção: A demora no Levantamento de Necessidades de Capacitação para elaboração do PAEC, sob responsabilidade da CGDP, e a não disponibilidade de recursos impossibilitaram a realização dos cursos previamente programados para o exercício de 2012.

c) Consequências: o não alcance das metas para o exercício de 2012.

d) Recomendações sobre o processo: Vialibizar a implantação do PAEC para 2013.

2) Análise dos Indicadores de Resultado Estratégico

2.1 - Indicador: Índice de Capacitação em Competências

b) Quais os valores trimestrais esperados e alcançados para o desempenho do indicador no ano de 2012 ?

a) Com relação ao indicador

		Resultados Esperados		Resultados Alcançados	
		Meta Anual:		Valor Anual:	
x	Os dados referem-se a mensurações efetivas	Meta Anual:	40	Valor Anual:	9,4
	Os dados são estimativas (explicitar a razão):	1º Trimestre:	10	1º Trimestre:	1,8
	Os dados não foram medidos (explicitar a razão):	2º Trimestre:	20	2º Trimestre:	3,8
Explicitar a razão:		3º Trimestre:	30	3º Trimestre:	5,9
		4º Trimestre:	40	4º Trimestre:	9,4

FORM#4 - ACOMPANHAMENTO DO RESULTADO ESTRATÉGICO

Unidade Organizacional: Serviço de Saúde Animal - SSA

Resultado: SDA R1a - Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional

1º/2º/3º/4º TRIM. 2012

1) Tendo em vista o estágio que se encontra o resultado, solicitamos que seja realizada uma análise (não é comentário) com base nos seguintes pontos:

a) **Síntese do resultado atual:** Os resultados obtidos estão de acordo com a previsão? Qual a perspectiva com relação aos próximos períodos de avaliação? Quais elementos contribuíram para o desempenho apurado? Sim. O Estado de Goiás com uma área total de 340.080 km² é parte integrante do circuito pecuário livre de Febre Aftosa com vacinação. O Serviço de Defesa Sanitária Animal deverá manter toda a integralidade do trabalho, sempre se aprimorando para estar apto a próxima evolução do programa como área livre sem vacinação

b) **Pontos de atenção:** O Estado de Goiás não deve se acomodar com a condição de 100% do território como zona livre com vacinação, a manutenção do status é tão difícil quanto foi para alcançá-lo.

c) **Consequências:** Considerando os pontos de atenção citados acima, quais são as consequências previstas se não forem tomadas medidas? Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa com vacinação e estar pronto para a futura retirada da vacinação, objetivando melhoria da saúde animal e favorecendo o acesso dos produtos nacionais ao mercado interno e ampliar as exportações do agronegócio brasileiro

d) **Recomendações sobre o processo:** Considerando o estágio de avaliação do resultado, quais são as medidas que devem ser tomadas para corrigir ou evitar problemas ou situações de risco que possam afetar seu nível de desempenho? O Serviço de defesa deve estar atento a rigorosa execução das normas do PNEFA, ter pessoal em quantidade e treinado para atuar com vistas a manutenção do status de livre de febre Aftosa

2.3 - **Indicador: DAS R1.2 - Porcentagem de área total e de bovinos das Unidades da Federação reconhecidas pela OIE como livre de Febre Aftosa.**

b) **Quais os valores trimestrais esperados e alcançados para o desempenho do indicador no ano de 2012?**

a) **Com relação ao indicador**

		Resultados Esperados		Resultados Alcançados	
	Os dados referem-se a mensurações efetivas	Meta Anual:	100%	Valor Anual:	100%
	Os dados são estimativas (explicitar a razão):	1º Trimestre:	100%	1º Trimestre:	100%
	Os dados não foram medidos (explicitar a razão):	2º Trimestre:	100%	2º Trimestre:	100%
Explicitar a razão:		3º Trimestre:	100%	3º Trimestre:	100%
		4º Trimestre:	100%	4º Trimestre:	100%

FORM#4 - ACOMPANHAMENTO DO RESULTADO ESTRATÉGICO

Unidade Organizacional: Serviço de Saúde Animal - SSA

Resultado: SDA R1a - Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional

1º/2º/3º/4º TRIMESTRES 2012

a) **Síntese do resultado atual:** Os resultados obtidos estão de acordo com a previsão? Qual a perspectiva com relação aos próximos períodos de avaliação? Quais elementos contribuíram para o desempenho apurado? Não. Para o funcionamento ideal do sistema de atenção veterinária, as notificações de suspeitas de enfermidades devem ser atendidas o mais breve possível (24 horas), O Estado de Goiás já está consolidado como área livre com vacinação para Febre Aftosa, Livre de Doença de Newcastle em plantéis industriais e livre de Peste Suína Clássica, e deverá atingir e manter a meta de 100% das notificações atendidas em 24 horas.

b) **Pontos de atenção:** Manter as Unidades Operacionais Locais (atenção veterinária) preparadas para os atendimentos primários das síndromes vesiculares, nervosas, Respiratórias e hemorrágicas, no menor tempo possível, tanto por treinamentos dos médicos veterinários como a disponibilidade do material para atendimento a emergência.

c) **Consequências:** Considerando os pontos de atenção citados acima, quais são as consequências previstas se não forem tomadas medidas? O não atendimento em tempo adequado ou um atendimento com profissional não capacitado poderá resultar em ineficiência no processo de vigilância.

d) **Recomendações sobre o processo:** Considerando o estágio de avaliação do resultado, quais são as medidas que devem ser tomadas para corrigir ou evitar problemas ou situações de risco que possam afetar seu nível de desempenho? Manter pessoal em quantidade e capacitado para atendimento a notificações de enfermidades de notificação obrigatória.

2.2 - Indicador: DAS R1.1 - Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo legal (Síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves)

b) Quais os valores trimestrais esperados e alcançados para o desempenho do indicador no ano de 2012?

a) Com relação ao indicador

		Resultados Esperados		Resultados Alcançados	
		Meta Anual:		Valor Anual:	
	Os dados referem-se a mensurações efetivas	100%		89%	
	Os dados são estimativas (explicitar a razão):	100%		91%	
	Os dados não foram medidos (explicitar a razão):	100%		84%	
Explicitar a razão:		100%		94%	
		100%		88%	

FORM#4 - ACOMPANHAMENTO DO RESULTADO ESTRATÉGICO

Unidade Organizacional: Serviço de Sanidade Vegetal - SSV

Resultado: SDA.R8 - Defesa Fitossanitária Fortalecida

1º/2º/3º/4º TRIM. 2012

1) Tendo em vista o estágio que se encontra o resultado, solicitamos que seja realizada uma análise (não é comentário) com base nos seguintes pontos:

a) **Síntese do resultado atual:** Os resultados obtidos estão de acordo com a previsão? Qual a perspectiva com relação aos próximos períodos de avaliação? Quais elementos contribuíram para o desempenho apurado? Os resultados alcançados estão de acordo com a previsão, visto que, em levantamentos fitossanitários realizados, pela Agrodefesa, em todo o estado não foi detectada a ocorrência dessas pragas, permanecendo o índice de fitossanidade como 0. O índice de fitossanidade avalia, de forma ponderada, a ocorrência de 4 pragas: Mosca Carambola, Cydia Pomonella, Cancro Cítrico e Greening no Brasil. A meta do Departamento de Sanidade Vegetal/MAPA para este indicador é 5 para o ano de 2012. Como o Estado de Goiás é Estado livre de Mosca da Carambola, Cydia Pomonella, Cancro Cítrico e Greening, portanto, a meta prevista para o Estado de Goiás para o ano de 2012 para o índice de fitossanidade é 0. A perspectiva é que nenhuma dessas 4 pragas sejam introduzidas no Estado do Goiás permanecendo o mesmo índice, 0. Os elementos principais para a manutenção do desempenho foi a celebração de convênio que possibilitou a realização, por parte da Agrodefesa, sob supervisão do SSV/SFA-GO, de levantamentos fitossanitários e cadastramentos de propriedades e das supervisões realizadas pelo SSV/SFA/GO nas ações executadas pela Agrodefesa.

b) **Pontos de atenção:** 1- Falta de atrativo para a continuidade do monitoramento da mosca da carambola. 2- Capacitação de fiscais na detecção dessas pragas e procedimentos de controle.

c) **Consequências:** Considerando os pontos de atenção citados acima, quais são as consequências previstas se não forem tomadas medidas? O monitoramento da mosca da carambola está paralisado em todo o Estado desde fevereiro de 2012 por falta de atrativo usado nas armadilhas para o monitoramento. A falta de inspeção/monitoramento de pragas ou inspeções realizadas por um profissional não capacitado poderá resultar em ineficiência no processo de detecção, controle/erradicação da praga.

d) **Recomendações sobre o processo:** Considerando o estágio de avaliação do resultado, quais são as medidas que devem ser tomadas para corrigir ou evitar problemas ou situações de risco que possam afetar seu nível de desempenho? Para o funcionamento ideal do sistema de prevenção de pragas, as inspeções devem ser realizadas com frequência regular para que se possa detectar o mais rápido possível o foco de uma praga, e os relatórios das atividades de inspeções de campo realizadas devem ser detalhados. No convênio Plurianual 2012/2015 as metas do Plano de Trabalho de 2013, contemplam ações para dar continuidade ao processo de inspeções urbanas e rurais e de capacitação de fiscais. Observação: Com a preocupação do greening e no intuito de iniciar ações para prevenir a entrada e nortear os levantamento fitossanitário em pomares de citros foi feita uma reunião em fevereiro com a Agrodefesa sobre o projeto de monitoramento do vetor transmissor do greening e em alguns municípios o monitoramento foi iniciado.

2) Análise dos Indicadores de Resultado Estratégico

2.1 - Indicador: DAS R8.1 - Índice de Fitossanidade

b) Quais os valores trimestrais esperados e alcançados para o desempenho do indicador no ano de 2012 ?

a) Com relação ao indicador

		Resultados Esperados		Resultados Alcançados	
X	Os dados referem-se a mensurações efetivas	Meta Anual:	<5	Valor Anual:	0
	Os dados são estimativas (explicitar a razão):	1º Trimestre:	-	1º Trimestre:	-
	Os dados não foram medidos (explicitar a razão):	2º Trimestre:	-	2º Trimestre:	-
Explicitar a razão:		3º Trimestre:	-	3º Trimestre:	-
		4º Trimestre:	-	4º Trimestre:	-

FORM#4 - ACOMPANHAMENTO DO RESULTADO ESTRATÉGICO

Unidade Organizacional: Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPOA

Resultado: SDA.R5a - Sistema de inspeção animal revisado e implantado

1º/2º/3º/4º TRIM 2012

1) Tendo em vista o estágio que se encontra o resultado, solicitamos que seja realizada uma análise (não é comentário) com base nos seguintes pontos:

a) Síntese do resultado atual: Os resultados obtidos estão de acordo com a previsão? Qual a perspectiva com relação aos próximos períodos de avaliação? Quais elementos contribuíram para o desempenho apurado? Sim; As ações executadas pelo SIPOA tendem a manter o índice alcançado, uma vez que este já se encontra acima da meta prevista; Característica do modelo de serviço prestado, permanente ou periódica, revelando a importância da atuação do MAPA, na inocuidade dos alimentos produzidos.

b) Pontos de atenção: Equacionar a capacidade de atendimento atual do MAPA com a demanda; Modernização dos sistemas de informações; Centralização da liberação das diárias dificultando o cumprimento dos cronogramas; Redução da capacidade de recebimento de amostras pelo Lanagro-GO;

c) Consequências: Considerando os pontos de atenção citados acima, quais são as consequências previstas se não forem tomadas medidas? Diminuição da capacidade de fiscalização das empresas e produtos de origem animal e consequente aumento de casos de doenças transmitidas por alimentos

d) Recomendações sobre o processo: Considerando o estágio de avaliação do resultado, quais são as medidas que devem ser tomadas para corrigir ou evitar problemas ou situações de risco que possam afetar seu nível de desempenho? Manutenção e melhorias dos recursos para que as metas programadas sejam executadas, atendendo a legislação vigente e proporcionando as garantias necessárias;

2) Análise dos Indicadores de Resultado Estratégico

2.1 - Indicador: SDA.R5.1 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal

b) Quais os valores trimestrais esperados e alcançados para o desempenho do indicador no ano de 2012 ?

a) Com relação ao indicador

		Resultados Esperados		Resultados Alcançados	
x	Os dados referem-se a mensurações efetivas	Meta Anual:	0,76	Valor Anual:	0,91
	Os dados são estimativas (explicitar a razão):	1º Trimestre:	0,76	1º Trimestre:	0,95
	Os dados não foram medidos (explicitar a razão):	2º Trimestre:	0,76	2º Trimestre:	0,93
	Explicitar a razão:	3º Trimestre:	0,76	3º Trimestre:	0,94
		4º Trimestre:	0,76	4º Trimestre:	0,83

FORM#4 - ACOMPANHAMENTO DO RESULTADO ESTRATÉGICO

Unidade Organizacional: Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPOA

Resultado: SDA.R6a - Redução da produção e comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial

1º/2º/3º/4º TRIM. 2012

1) Tendo em vista o estágio que se encontra o resultado, solicitamos que seja realizada uma análise (não é comentário) com base nos seguintes pontos:

a) Síntese do resultado atual: Os resultados obtidos estão de acordo com a previsão? Qual a perspectiva com relação aos próximos períodos de avaliação? Quais elementos contribuíram para o desempenho apurado? Sim. Para os próximos períodos de avaliação, pretende-se continuar no mesmo ritmo de execução das ações. A meta anual de 6 ações foi estabelecida devido a complexidade de que se trata a implantação de um programa como o SISBI no estado de Goiás.

b) Pontos de atenção: - Definição do SIPOA das metas mínimas de cada assessoria para atendimento da meta anual, de forma a distribuir as ações nos diversos setores do serviço (leite, mel, carne, ovos, pescados e reinspeção); Mobilização do Estado e de municípios para aderir ao SISBI a partir do órgão central.

c) Consequências: Considerando os pontos de atenção citados acima, quais são as consequências previstas se não forem tomadas medidas? -Permanência da clandestinidade; Desmotivação do estado de Goiás em aderir ao SISBI.

d) Recomendações sobre o processo: Considerando o estágio de avaliação do resultado, quais são as medidas que devem ser tomadas para corrigir ou evitar problemas ou situações de risco que possam afetar seu nível de desempenho? -Atuação a partir do órgão central no intuito de sensibilizar para priorizar o trabalho de combate a clandestinidade; - programar reuniões periódicas com responsáveis para avaliar o cumprimento das ações/reprogramações; - Um trabalho de maior divulgação na mídia, instituições de ensino, estabelecimentos comerciais, para conscientização dos consumidores dos riscos à saúde em consumir produtos sem fiscalização.

2) Análise dos Indicadores de Resultado Estratégico

2.1 - Indicador: SDA R6.1 - Número de atividades de combate à clandestinidade executadas pelo DIPOA e pelos SIPAG.

b) Quais os valores semestrais esperados e alcançados para o desempenho do indicador no ano de 2012 ?

a) Com relação ao indicador

		Resultados Esperados		Resultados Alcançados	
		Meta Anual:		Valor Anual:	
x	Os dados referem-se a mensurações efetivas	Meta Anual:	6	Valor Anual:	7
	Os dados são estimativas (explicitar a razão):	1º Semestre	3	1º Semestre	5
	Os dados não foram medidos (explicitar a razão):	2º Semestre:	3	2º Semestre:	2
Explicitar a razão:					

FORM#4 - ACOMPANHAMENTO DO RESULTADO ESTRATEGICO

Unidade Organizacional: Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SIPOV

Resultado: SDA R4a - Qualidade dos produtos de origem vegetal assegurada conformes e seguros) -

1°-2°-3°-4° TRIMESTRES 2012

1) Tendo em vista o estágio que se encontra o resultado, solicitamos que seja realizada uma análise (não é comentário) com base nos seguintes pontos:

a) Síntese do resultado atual: Os resultados obtidos estão de acordo com a previsão? 1- Os resultados não estão de acordo com a previsão. Qual a perspectiva com relação aos próximos períodos de avaliação? 2 - A perspectiva é de melhoria nos indicadores dos próximos trimestres, considerando que as ações realizadas no exercício de 2012, podem resultar em menores índices de não conformidades. Porém, a tendência da Inspeção Vegetal para 2013, é ainda de dificuldades para o atingimento da meta anual esperada. Quais elementos contribuíram para o desempenho apurado? 3 - Carência acentuada de FFAs e de Servidores de nível médio (técnico e administrativo); sistemática operacional definida pelo DIPOV para a fiscalização e inspeção da Bebidas e da Qualidade; falta de sistema Informatizado e equipamentos específicos para a Fiscalização/Inspeção no campo; sistemática definida pela SE/MAPA para autorização de viagem além de 40 diárias, e o próprio limite estabelecido; e, falta de regulamentação complementar do Decreto 6.268/2007.

b) Pontos de atenção: 1) Número de Fiscais e outros servidores lotados no SIPOV; 2) O próprio indicador de desempenho; 3) Complementação da Regulamentação do Decreto nº 6.268/2007 - Qualidade Vegetal; 4) Ações de Coordenação do DIPOV 5) Políticas de Gestão e procedimentos implementados pelo MAPA; 6) Internet, Sistemas e Equipamentos; 7) Recursos financeiros e materiais.

c) Consequências: Considerando os pontos de atenção citados acima, quais são as consequências previstas se não forem tomadas medidas? 1) Diminuição progressiva da eficácia da Inspeção Vegetal em Goiás, e consequentemente, risco de queda na qualidade dos produtos de origem vegetal produzidos ou consumidos em Goiás; 2) O indicador não reflete o real nível da qualidade dos alimentos e bebidas produzidos/consumidos em Goiás; 3) A falta da regulamentação complementar do Decreto nº 6.268/2007, limita as ações da Qualidade Vegetal no que diz respeito a garantia da qualidade dos alimentos; 4) A não implementação de ferramentas de gestão por parte do DIPOV (auditorias nas SFAs, reuniões periódicas e anuais; etc), podem gerar procedimentos diferenciados em detrimento da eficácia nas ações de fiscalização e de inspeção; 5) As novas políticas de gestão implementadas pelo MAPA, especialmente da Secretaria Executiva, têm aumentado significativamente o trabalho administrativo/burocrático em detrimento da atividade fim, o que agrava e compromete ainda mais, o desempenho da Fiscalização e Inspeção; a carência de treinamentos também se constitui em ponto de estrangulamento; 6) A velocidade da Internet utilizada na SFA/GO, também é um componente que está comprometendo o desempenho da fiscalização/inspeção, pois obriga os próprios FFAs a utilizarem Sistemas, que "rodam" com lentidão nas máquinas utilizadas. A reposição de equipamentos, dificultada também pelas políticas de gestão implementadas pelo MAPA (SE), é outro fator de risco para a eficácia das ações fiscais e de inspeção; 7) A carência e dificuldades operacionais para a descentralização e utilização dos recursos, o limite de 40 diárias por servidor, bem como a sistemática definida para autorização de deslocamentos de servidores além das 40, combinado com os recursos humanos insuficientes, são fatores que contribuem para a queda no desempenho das atividades.

d) Recomendações sobre o processo: Considerando o estágio de avaliação do resultado, quais são as medidas que devem ser tomadas para corrigir ou evitar problemas ou situações de risco que possam afetar seu nível de desempenho? 1) Lotação de pelo menos mais 3 FFAs no SIPOV/DDA/SFA-GO. 2) Discutir e revisar o indicador. 3) Promover a regulamentação complementar das atividades. 4) DIPOV deve promover reuniões periódicas e anuais com os que atuam nas atividades afetas ao Departamento; auditoria nas SFAs; diretrizes mais objetivas para definição e execução das metas anuais; e, treinamentos. 5) Desburocratização dos processos administrativos que dificultam a execução da missão da Inspeção/Fiscalização. 6) Aumentar a velocidade da Internet da SFA/GO; fazer adequações na forma de utilização do SCDP, SCVA e do SIGED; facilitar a reposição de equipamentos. 7) Descentralização de recursos orçamentários e financeiros de acordo com o programado; e, 8) adoção de Registro eletrônico que resulte em redução do serviço cartorial.

2) Análise dos Indicadores de Resultado Estratégico

2.1 - Indicador: SDA R4.1 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal - b) Quais os valores trimestrais esperados e alcançados para o desempenho do indicador no ano de 2012 ?

a) Com relação ao indicador

		Resultados Esperados		Resultados Alcançados	
x	Os dados referem-se a mensurações efetivas	Meta Anual:	0,78	Valor Anual:	0,69
	Os dados são estimativas (explicitar a razão):	1º Trimestre:	0,78	1º Trimestre:	0,58
	Os dados não foram medidos (explicitar a razão):	2º Trimestre:	0,78	2º Trimestre:	0,65
Explicitar a razão:		3º Trimestre:	0,78	3º Trimestre:	0,78
		4º Trimestre:	0,78	4º Trimestre:	0,75

FORM#4 - ACOMPANHAMENTO DO RESULTADO ESTRATÉGICO

Unidade Organizacional: Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuário SEFIP

Resultado: SDA R3a - Conformidade dos insumos pecuários assegurada

1º/2º/3º/4º TRIM. 2012

1) Tendo em vista o estágio que se encontra o resultado, solicitamos que seja realizada uma análise (não é comentário) com base nos seguintes pontos:

a) Síntese do resultado atual: Os resultados obtidos estão de acordo com a previsão? Qual a perspectiva com relação aos próximos períodos de avaliação?
R: 1 e 2 trimestre- Sim, apesar de um dos índices (ICMG) não ter conseguido o resultado esperado, ou seja, maior que 90%. A perspectiva é que os resultados sejam alcançados, isto porque, os estabelecimentos avícolas de reprodução não conformes, foram notificados para providenciarem as correções necessárias e os demais estabelecimentos estão sendo acompanhados, por meio da fiscalização, de uma forma a procurar coibir o aparecimento de não conformidades. Da mesma forma para os outros índices ((ICPAA e ICPUV), a fiscalização constante e eficiente nos estabelecimentos permitirá a manutenção dos resultados esperados.
3 e 4º trimestre - Não, em decorrência do cálculo do índice (ICPUV). No 3º trimestre, houve 4 fiscalizações e a lavratura de 1 auto de infração (ICPUV), situação que se repetiu no 4º trimestre o que repercutiu na obtenção abaixo do esperado no resultado obtido. Além disso, o pequeno número de servidores, o que atinge rapidamente o número limite de 40 diárias/servidor/ano, comprometendo o cumprimento das metas.

b) Pontos de atenção:
R: Os Índices que formam este acompanhamento (SEFIP) são unânimes em afirmar que o principal ponto de atenção é o número reduzido de fiscais para a realização das atividades afins. Além disso, o ICMGA levanta a necessidade de atualização da Lei 6.446 de 05/10/1977 e da IN 56 de 04/12/2007, em decorrência da evolução das biotecnologias.

c) Consequências: Considerando os pontos de atenção citados acima, quais são as consequências previstas se não forem tomadas medidas?
R: O número de fiscalizações deverá diminuir, refletindo diretamente no aparecimento de estabelecimentos e produtos não conformes. Além disso, a impossibilidade da aplicação de penalidades, no caso dos estabelecimentos avícolas de reprodução, dificulta a cobrança no atendimento da solicitação de correções.

d) Recomendações sobre o processo: Considerando o estágio de avaliação do resultado, quais são as medidas que devem ser tomadas para corrigir ou evitar problemas ou situações de risco que possam afetar seu nível de desempenho?
R: Contratação de servidores para as atividades desenvolvidas no Serviço, além disso, dar continuidade no planejamento das ações e revisão das legislações (ICMGA). Já para o ICPUV, o indicador deverá ser alterado, com a inclusão de estabelecimentos importadores, distribuidores e comerciantes conformes no Índice de Conformidade de Produtos de Uso Veterinário, para que as ações de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinários possam ser corretamente avaliadas.

2) Análise dos Indicadores de Resultado Estratégico

2.1 - Indicador: SDC R3.1 - Índice de Conformidade dos Insumos Pecuários

b) Quais os valores trimestrais esperados e alcançados para o desempenho do indicador no ano de 2012?

a) Com relação ao indicador

		Resultados Esperados		Resultados Alcançados	
		Meta Anual:	>90%	Valor Anual:	92%
X	Os dados referem-se a mensurações efetivas	1º Trimestre:	>90%	1º Trimestre:	96%
	Os dados são estimativas (explicitar a razão):	2º Trimestre:	>90%	2º Trimestre:	95%
	Os dados não foram medidos (explicitar a razão):	3º Trimestre:	>90%	3º Trimestre:	88%
Explicitar a razão:		4º Trimestre:	>90%	4º Trimestre:	89%

FORM#4 - ACOMPANHAMENTO DO RESULTADO ESTRATÉGICO

Unidade Organizacional: Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SEFIA

Resultado: SDA R2 - Conformidade dos insumos agrícolas assegurada

1º/2º/3º/4º Trimestres: 2012

1) Tendo em vista o estágio que se encontra o resultado, solicitamos que seja realizada uma análise (não é comentário) com base nos seguintes pontos:

a) Síntese do resultado atual: O resultado de conformidade obtido quanto ao índice de conformidade de insumos agrícolas (fertilizantes e sementes) no ano de 2012, foi dentro do esperado, 90% de conformidade. Com este índice, pode-se inferir que o objetivo da fiscalização de insumos agrícolas em garantir a qualidade e a inocuidade dos insumos agrícolas produzidos, importados e comercializados no estado de Goiás tem sido alcançado.

b) Pontos de atenção: Manter a fiscalização nos estabelecimentos seguindo o Plano Operativo Anual - POA, com pessoal e recursos suficientes e rede laboratorial de apoio.

c) Consequências: Caso não sejam mantidos os pontos citados, a execução do Plano Operativo Anual - POA será comprometida, correndo-se o risco de se ter maior quantidade de insumos agrícolas fora das especificações, tendo em vista a falta de exigências no cumprimento da legislação e de aplicações de penalidades aos eventuais infratores.

d) Recomendações sobre o processo: Manter a fiscalização com foco na obtenção das metas estabelecidas. Não há em princípio medidas alternativas a serem tomadas, a presença da fiscalização é insubstituível.

2) Análise dos Indicadores de Resultado Estratégico

2.1 - Indicador: SDA R2.1 - Índice de Conformidade de Insumos Agrícolas

b) Quais os valores trimestrais esperados e alcançados para o desempenho do indicador no ano de 2012 ?

a) Com relação ao indicador

		Resultados Esperados		Resultados Alcançados	
x	Os dados referem-se a mensurações efetivas	Meta Anual:	>90%	Valor Anual:	90
	Os dados são estimativas (explicitar a razão):	1º Trimestre:	>90%	1º Trimestre:	85
	Os dados não foram medidos (explicitar a razão):	2º Trimestre:	>90%	2º Trimestre:	96
	Explicitar a razão:	3º Trimestre:	>90%	3º Trimestre:	94
		4º Trimestre:	>90%	4º Trimestre:	83

FORM#4 - ACOMPANHAMENTO DO RESULTADO ESTRATÉGICO

Unidade Organizacional: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

Resultado: SDC R1 - Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implementados

1º/2º/3º/4º Trimestres: 2012

1) Tendo em vista o estágio que se encontra o resultado, solicitamos que seja realizada uma análise (não é comentário) com base nos seguintes pontos:

a) Síntese do resultado atual: Os resultados obtidos estão de acordo com a previsão? Qual a perspectiva com relação aos próximos períodos de avaliação? Quais elementos contribuíram para o desempenho apurado? Sim. A perspectiva é de aumento da área principalmente pela divulgação e estímulo dados ao SPD via Plano ABC

b) Pontos de atenção: Comunicação do Depros com as unidades avançadas sobre os programas e ações a serem executadas. Acredito que se deva eliminar esse indicador pois os treinamentos do Plano ABC já incluem divulgação do SPD e o índice em área (há) também é um número de difícil obtenção e precisão.

c) Consequências: Considerando os pontos de atenção citados acima, quais são as consequências previstas se não forem tomadas medidas? Eliminar esse indicador ou adaptá-lo para melhor refletir as políticas públicas de estímulo ao SPD.

d) Recomendações sobre o processo: Considerando o estágio de avaliação do resultado, quais são as medidas que devem ser tomadas para corrigir ou evitar problemas ou situações de risco que possam afetar seu nível de desempenho? Este indicador precisa ser eliminado ou revisto. Entre os diversos erros encontram-se primeiramente que o título: "Implementação de Projetos para Intensificar a Adoção de Sistemas Plantio Direto na Palha", associado à mensuração que se dá em unidades de área (ha) de plantio direto plantada. Saliente-se ainda que os dados, sejam eles estaduais ou federais, sobre a área plantada em plantio direto no Brasil não são precisos e se faz necessário estimar os números. Prova disso é que de acordo com a Federação de PLantio Direto na Palha a área plantada no Brasil em PD em 2005/2006 já era de 25,5 milhões de hectares, ou seja, maior do que o histórico de 2010 desta planilha, além do que segundo esta mesma entidade a área nacional em PD hoje já é de 31,8 Milhões de hectares.

2) Análise dos Indicadores de Resultado Estratégico

2.1 - Indicador: SDC R1.2 - Implementação de Projetos para Intensificar a Adoção de Sistemas Plantio direto na Palha (ha)

a) Com relação ao indicador		b) Quais os valores trimestrais esperados e alcançados para o desempenho do indicador no ano de 2012 ?			
		Resultados Esperados		Resultados Alcançados	
não	Os dados referem-se a mensurações efetivas	Meta Anual:	3,600,000	Valor Anual:	3,625,000
sim	Os dados são estimativas (explicitar a razão):	1º Trimestre:	3,580,000	1º Trimestre:	3,585,000
não	Os dados não foram medidos (explicitar a razão):	2º Trimestre:	3,580,001	2º Trimestre:	3,585,000
Explicitar a razão: Os dados para este indicador são uma compilação de dados de varios órgãos. No estado não foram medidos dados, apenas projeções, e no trimestre		3º Trimestre:	3,600,000	3º Trimestre:	3,625,000
		4º Trimestre:	3,600,000	4º Trimestre:	3,625,000

FORM#4 - ACOMPANHAMENTO DO RESULTADO ESTRATÉGICO

Unidade Organizacional: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

Resultado: SDC R1 - Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implementados

1º/2º/3º/4º Trimestres: 2012

1) Tendo em vista o estágio que se encontra o resultado, solicitamos que seja realizada uma análise (não é comentário) com base nos seguintes pontos:

a) **Síntese do resultado atual:** Os resultados obtidos estão de acordo com a previsão? Qual a perspectiva com relação aos próximos períodos de avaliação? Quais elementos contribuíram para o desempenho apurado? Resposta: Não, porém o resultado pode ser considerado satisfatório haja visto que atingimos 94% da meta estipulada. Lembrando que esta meta foi estipulada pelo Comitê Gestor Estadual do Plano ABC, que é presidido pela Secretaria Estadual de Agricultura e Irrigação do Estado de Goiás

b) **Pontos de atenção:** Disponibilidade de recursos para contratação de palestrantes, especificamente no início do ano. Funcionalidade do sistema SCDP, uma vez que acesso ao sistema está muito comprometido na SFA, as razões disto são uma internet muito lenta e instabilidade do próprio sistema, o que acarreta grande perda de tempo na operação de diárias. Excesso de burocracia, formulários e sistemas a serem preenchidos que por vezes são redundantes (ex: alguns relatórios precisam ser preenchidos no papel assinados, carimbados, escaneados e depois inseridos num sistema onde todos os dados precisam novamente serem informados e as mesmas pessoas que assinaram e carimbaram precisam aprovar tudo digitalmente mais uma vez.

c) **Consequências:** Considerando os pontos de atenção citados acima, quais são as consequências previstas se não forem tomadas medidas? A não realização dos cursos impedirá o estabelecimento das metas. O não pagamento das diárias desestimulará os palestrantes que, lembre-se, são voluntários e necessitam das diárias para custear suas estadias nas cidades onde ocorrem os cursos, e dificulta um planejamento pela insegurança quanto aos recursos. O excesso de burocracia desestimula os servidores e inibe o empreendedorismo organizacional.

d) **Recomendações sobre o processo:** Considerando o estágio de avaliação do resultado, quais são as medidas que devem ser tomadas para corrigir ou evitar problemas ou situações de risco que possam afetar seu nível de desempenho? As seguintes ações foram executadas durante o ano e permitiram obter o resultado considerado satisfatório: Ampliamos parcerias com FAEG e SENAR de modo a encontrar outra fonte de financiamento para os cursos e tornar menos oneroso ao governo. Buscamos também parceiros na iniciativa privada por sua maior agilidade na gestão de seus recursos financeiros. Para o próximo ano é necessário que se estabeleça uma orientação nacional sobre novas metas e contratação de convênios para implantação de cursos. Vale lembrar que uma entidade contratada terá mais agilidade e rapidez na execução de um curso do que um departamento do MAPA que devido à burocracia, por vezes excessiva, acaba demandando mais tempo com formulários, requisições e acessos a sistemas do que no efetivo planejamento e execução dos cursos.

2) Análise dos Indicadores de Resultado Estratégico

2.1 - Indicador: SDC R1.3 - Percentual de Pessoas Capacitadas

a) Com relação ao indicador		b) Quais os valores trimestrais esperados e alcançados para o desempenho do indicador no ano de 2012 ?			
		Resultados Esperados		Resultados Alcançados	
X	Os dados referem-se a mensurações efetivas	Meta Anual:	450	Valor Anual:	421
	Os dados são estimativas (explicitar a razão):	1º Trimestre:	100	1º Trimestre:	87
	Os dados não foram medidos (explicitar a razão):	2º Trimestre:	100	2º Trimestre:	118
		3º Trimestre:	125	3º Trimestre:	136
		4º Trimestre:	125	4º Trimestre:	80

FORM#4 - ACOMPANHAMENTO DO RESULTADO ESTRATÉGICO

Unidade Organizacional: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

Resultado: SDC.R2 - Ampliação do capital intelectual protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio

1º/2º/3º/4º Trimestres: 2012

1) Tendo em vista o estágio que se encontra o resultado, solicitamos que seja realizada uma análise (não é comentário) com base nos seguintes pontos:

a) Síntese do resultado atual: Os resultados obtidos estão de acordo com a previsão? O resultado obtido superou favoravelmente o previsto. Qual a perspectiva com relação aos próximos períodos de avaliação? A perspectiva é manter os resultados esperados para os próximos períodos de avaliação. Quais elementos contribuíram para o desempenho apurado? As articulações junto aos órgãos parceiros no agronegócio, apoio recebido da CIG, comprometimento da entidade privada (cooperativa, associação, etc) e/ou do órgão público.

b) Pontos de atenção: Desconhecimento dos órgãos (Cooperativas, Associações, Prefeituras, etc) em relação às políticas públicas do MAPA; falta de divulgação dessas políticas; falta de recursos financeiros para a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelos técnicos nos órgãos mencionados;

c) Consequências: O não cumprimento das metas previstas para 2015; o desenvolvimento sustentável do agronegócio goiano será prejudicado; e o desperdício de tempo de trabalho e recursos financeiros.

d) Recomendações sobre o processo: Considerando o estágio de avaliação do resultado, quais são as medidas que devem ser tomadas para corrigir ou evitar problemas ou situações de risco que possam afetar seu nível de desempenho? A melhor divulgação das políticas públicas do MAPA para as entidades envolvidas no agronegócio; assim como, a disponibilização, em tempo, de recursos financeiros suficientes para o desenvolvimento e a implementação de projetos/convênios.

Observação: A meta para Goiás em 2012 era a implantação de 06 projetos, a nacional era de 105 projetos, portanto a previsão (2012) de nossa participação na meta nacional era de 5,7%. As seis cadeias de valor dos produtos agropecuários abrangem em torno de 30 municípios no Estado de Goiás. Entretanto, no mês 03/2012 tivemos novas orientações da CIG/DEPTA/SDC/MAPA em relação as atividades de desenvolvimento de projetos, as quais foram alteradas de implantação de projetos para realização de prospecção/sensibilização/diagnóstico/fortalecimento de cadeias de produtos com potencial Indicação Geográfica e Marca Coletiva.

2) Análise dos Indicadores de Resultado Estratégico

2.3 - Indicador: R2.5 - Número de cadeias de valor de produtos agropecuários contempladas com ações de organização e estruturação para uso de indicação geográfica e marca coletiva

a) Com relação ao indicador

x	Os dados referem-se a mensurações efetivas
	Os dados são estimativas (explicitar a razão):
	Os dados não foram medidos (explicitar a razão):

Razão:

b) Quais os valores trimestrais esperados e alcançados para o desempenho do indicador no ano de 2012 ?

Resultados Esperados

Meta Anual:	6
1º Trimestre:	1
2º Trimestre:	1
3º Trimestre:	1
4º Trimestre:	3

Resultados Alcançados

Valor Anual:	7
1º Trimestre:	0
2º Trimestre:	2
3º Trimestre:	4
4º Trimestre:	1

FORM#4 - ACOMPANHAMENTO DO RESULTADO ESTRATÉGICO

Unidade Organizacional: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

Resultado: SDC.R2 - Ampliação do capital intelectual protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio

1º/2º/3º/4º Trimestres: 2012

1) Tendo em vista o estágio que se encontra o resultado, solicitamos que seja realizada uma análise (não é comentário) com base nos seguintes pontos:

a) Síntese do resultado atual: Os resultados obtidos estão de acordo com a previsão? O resultado obtido superou favoravelmente o previsto. Qual a perspectiva com relação aos próximos períodos de avaliação? A perspectiva é manter os resultados esperados para os próximos períodos de avaliação. Quais elementos contribuíram para o desempenho apurado? As articulações junto aos órgãos parceiros no agronegócio, apoio recebido da CIG, comprometimento da entidade privada (cooperativa, associação, etc) e/ou do órgão público.

b) Pontos de atenção: Desconhecimento dos órgãos (Cooperativas, Associações, Prefeituras, etc) em relação às políticas públicas do MAPA; falta de divulgação dessas políticas; falta de recursos financeiros para a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelos técnicos nos órgãos mencionados;

c) Consequências: O não cumprimento das metas previstas para 2015; o desenvolvimento sustentável do agronegócio goiano será prejudicado; e o desperdício de tempo de trabalho e recursos financeiros.

d) Recomendações sobre o processo: Considerando o estágio de avaliação do resultado, quais são as medidas que devem ser tomadas para corrigir ou evitar problemas ou situações de risco que possam afetar seu nível de desempenho? A melhor divulgação das políticas públicas do MAPA para as entidades envolvidas no agronegócio; assim como, a disponibilização, em tempo, de recursos financeiros suficientes para o desenvolvimento e a implementação de projetos/convênios.

Observação: A meta para Goiás em 2012 era a implantação de 06 projetos, a nacional era de 105 projetos, portanto a previsão (2012) de nossa participação na meta nacional era de 5,7%. As seis cadeias de valor dos produtos agropecuários abrangem em torno de 30 municípios no Estado de Goiás. Entretanto, no mês 03/2012 tivemos novas orientações da CIG/DEPTA/SDC/MAPA em relação as atividades de desenvolvimento de projetos, as quais foram alteradas de implantação de projetos para realização de prospecção/sensibilização/diagnóstico/fortalecimento de cadeias de produtos com potencial Indicação Geográfica e Marca Coletiva.

2) Análise dos Indicadores de Resultado Estratégico

2.3 - Indicador: R2.5 - Número de cadeias de valor de produtos agropecuários contempladas com ações de organização e estruturação para uso de indicação geográfica e marca coletiva

a) Com relação ao indicador

x	Os dados referem-se a mensurações efetivas
	Os dados são estimativas (explicitar a razão):
	Os dados não foram medidos (explicitar a razão):

Razão:

b) Quais os valores trimestrais esperados e alcançados para o desempenho do indicador no ano de 2012 ?

Resultados Esperados

Resultados Alcançados

Meta Anual:	6
1º Trimestre:	1
2º Trimestre:	1
3º Trimestre:	1
4º Trimestre:	3

Valor Anual:	7
1º Trimestre:	0
2º Trimestre:	2
3º Trimestre:	4
4º Trimestre:	1

13.4 – Formulários 3 – Detalhamento dos Indicadores de Desempenho (ANEXO do item 2.4)

FORM#3 - DETALHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional: GABINETE da SFA/GO

Nome do Indicador: AGE.R1 - Grau de Entendimento dos Gerentes sobre a Gestão Estratégica								
Objetivo Estratégico Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA	Descrição Breve Mede o conhecimento do corpo gerencial em todos os níveis sobre gestão estratégica							
Justificativa O conhecimento dos gerentes sobre a gestão estratégica aumenta a tendência de alinhamento deste com o plano operacional na medida em que aumenta a contribuição dos planos de trabalho para a consecução dos objetivos estratégicos.	Formula Média das respostas da questão nº 10 do questionário de nível de conhecimento sobre a gestão estratégica (Qual o grau de entendimento sobre a Gestão Estratégica que você acha que tem?) 0 - Nenhum 1 - Muito Fraco 2 - Fraco 3 - Médio 4 - Bom 5 - Excelente							
Fonte de Dados Relatório / AGE	Data para Disponibilização 10º dia útil do mês subsequente							
Responsável pelo Indicador AGE /Paulo Fresneda	Segmentação Sede, SFAs e LANAGROs							
Responsável pela Informação AGE /Paulo Fresneda								
Unidade de Medida Número Absoluto								
Frequência de Mensuração Anual								
Polaridade Maior é melhor								
Critério de Acompanhamento Status								
Hist 2004	Hist 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2015
-	-	-	2,4	2,9	3,1	3,5	3,8	4,2
Observações / Pendências Critérios para determinar conhecimento: - Leitura do Plano Estratégico e Cartilha - Capacidade de contar a estratégia, verificando: - noção das perspectivas - entendimento do conteúdo básico dos OEs - noção das relações de caus								

FORM#3 - DETALHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional: Divisão de Apoio Administrativo - DAD

Nome do Indicador:		SE.R1.1 - Índice de Capacitação em Competências								
Resultado Estratégico		Descrição Breve								
SE R1 - Gestão por Competência Implantada		Mede a capacidade da organização de investir na capacitação das competências do seu corpo funcional								
Justificativa		Formula								
A implantação da Gestão por Competência visa o aperfeiçoamento pessoal e profissional com base nas trilhas de desenvolvimento com vista ao atendimento dos objetivos estratégicos do MAPA.		Somatório das horas cursadas no período analisado, dividido pelo N° de servidores ativos da SFA. No caso de cursos com tempo de duração além do período analisado, considerar as horas cursadas dentro do período, e não o total de horas do curso.								
Fonte de Dados	Data para Disponibilização	Unidade de Medida			Frequência de Mensuração					
SIPLAN - PI Capacita	15° dia útil do mês subsequente	hora/servidor			Trimestral					
Responsável pelo Indicador	Segmentação	Polaridade			Critério de Acompanhamento					
CGDP/SE Cristina Vasconcelos	Não	MAIOR É MELHOR			Acumulado					
Responsável pela Informação		Hist 2004	Hist 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2015
			7	12	30	8	10	30	40	50
Observações / Pendências										
Atenção:										

CGDP/SE - Clara Regina Huguenin de Araujo

FORM#3 - DETALHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional: Serviço de Saúde Animal - SSA

Nome do Indicador:

Porcentagem de área total e de bovinos as Unidades da Federação reconhecidas pela OIE como livres de febre aftosa.

Objetivo / Resultado Estratégico

Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional

Justificativa

Acompanhar o nível de implementação das zonas livres no Território Nacional e o rebanho bovino e bubalino contemplado nessas zonas, como principais espécies alvo das ações do programa.

Fonte de Dados	Data para
OIE; IBGE; Serviços Veterinários Estaduais (SVE)	Dia 30 após o final do semestre.
Responsável pelo Indicador	Segmentação
Guilherme H. F. Marques	Área animal
Responsável pela Informação	

Plínio Leite Lopes

Descrição Breve

As fórmulas abaixo medem a porcentagem de bovinos e a área total (km²) dos 26 estados da federação e Distrito Federal que são reconhecidos pela OIE como livres de Febre Aftosa.

Fórmula

Indicador 1: $(AR \times 100) / AT$

Indicador 2: $(QB \times 100) / TB$

sendo: AR = Área Reconhecida pe

Unidade de Medida				Frequência de Mensuração				
Porcentagem				Semestral				
Polaridade				Critério de Acompanhamento				
Quanto maior melhor				Acumulado no projeto				
Realizado 2007	Realizado 2008	Realizado 2009	Realizado 2010	Realizado 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015
Área	58%	58%	58%	60%	100%	100%	100%	100%
Rebanho bovino/ bubalino	89%	89%	89%	89%	100%	100%	100%	100%

Observações / Pendências

Em 2008, foi restituído o status das áreas livres, suspenso pela OIE em 2005, envolvendo as seguintes UFs: PR, MS (exceto zona de alta vigilância, na fronteira internacional), MT, GO, DF, MG, BA, SE, ES, RJ e SP. A ampliação da zona livre prevista no NE e

FORM#3 - DETALHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional: Serviço de Saúde Animal - SSA

Nome do Indicador:

Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo legal (Síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves)

Objetivo / Resultado Estratégico

Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional

Justificativa

--

Fonte de Dados	Data para
DEP/DSA/SDA (SivCont)	
Responsável pelo Indicador	Segmentação
Responsável pela Informação	

Descrição Breve

Proporção das suspeitas atendidas no prazo estabelecido, em relação ao total das suspeitas atendidas pelo SVO.

Fórmula

$(AP \times 100) / SA$

Porcentagem				Frequência de Mensuração				
				Trimestral				
Polaridade				Critério de Acompanhamento				
Realizado 2007	Realizado 2008	Realizado 2009	Realizado 2010	Realizado 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015
					100%	100%	100%	100%

Observações / Pendências

1) Suspeita: ocorrência sanitária, detectada e comunicada ao SVO pelo proprietário, por terceiros ou pela vigilância; que apresenta sinais clínicos compatíveis com as doenças-alvo: febre aftosa e estomatite vesicular (Síndrome Vesicular), peste suína cl

FORM#3 - DETALHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional: Serviço de Sanidade Vegetal - SSV

Nome do Indicador: Índice de Fitossanidade

Objetivo / Resultado Estratégico

Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Justificativa

O índice leva em consideração quatro importantes pragas dos vegetais com P = peso atribuído para cada praga considerada, levando-se em conta a importância da praga para o agronegócio brasileiro e a fórmula TF1 (por praga) = no de municípios com os focos d

Fonte de Dados	Data para
Levantamentos nos estados	trimestral
Responsável pelo Indicador	Segmentação
Eriko Tadashi Sedoguchi	
Responsável pela Informação	

Carlos Artur Franz

Descrição Breve

O índice avalia, de forma ponderada, a ocorrência das principais pragas que afetam as culturas.

Fórmula

$$[(TF^* P1) + (TF2^*P2) + (TF3^*P3) + \dots + (TFn^*Pn)] \quad \times 100$$

Unidade de Medida				Frequência de Mensuração				
número índice				trimestral				
Polaridade				Critério de Acompanhamento				
negativa (quanto menor, melhor)				relatórios de levantamentos de detecção das pragas				
Realizado 2007	Realizado 2008	Realizado 2009	Realizado 2010	Realizado 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015
6	5,8	5,5	5,4	5,52	5	4,6	4	3,8

Observações / Pendências

FORM#3 - DETALHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional: Serviço de Inspecção de Produtos de Origem Animal - SIPOA

Nome do Indicador:		SDA.R5a.1 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal								
Resultado Estratégico		Descrição Breve								
SDA R5a - Sistema de inspecção animal revisado e implantado		Mede de forma ponderada a conformidade dos processos de garantia da qualidade e inocuidade de produtos de origem animal.								
Justificativa		Formula								
Quanto maior a conformidade das supervisões e das análises de produtos de origem animal realizadas pelo MAPA, maior será a garantia de inocuidade e qualidade dos produtos.		IA (Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal): $IA = \text{Índice de conformidade de produtos processados de origem animal} (0,7 * (\text{n}^\circ \text{ de relatórios de auditoria conformes} / \text{n}^\circ \text{ total de relatórios de auditoria}) + 0,3 * (\text{n}^\circ \text{ de amostras de produtos em conformidade} / \text{total de amostras analisadas}))$								
Fonte de Dados	Data para Disponibilização	Unidade de Medida			Frequência de Mensuração					
DIPOA e SIPAG	último dia útil do mês subsequente ao fim do trimestre	%			Trimestral					
Responsável pelo Indicador	Segmentação	Polaridade			Critério de Acompanhamento					
Nelson Oliveira da Costa, Judi Maria da Nobrega e Paulo Marcel Armendaris	Animal	Maior é Melhor			Acumulado ao ano					
Responsável pela Informação		Hist 2004	Hist 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2012
Pedro Bueno								0,70	0,73	0,76
Observações / Pendências										
Considerando a revisão do indicador realizada entre o segundo semestre de 2009 e o primeiro semestre de 2010, que o modificou de forma significativa, a previsão de metas foi revista a partir do ano de 2010.										

FORM#3 - DETALHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional: Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPOA	
Nome do Indicador:	SDA.R6a.1 - Número de atividades de combate à clandestinidade executadas pelo DIPOA e pelos SIPAG.

Resultado Estratégico	
SDA R6a - Redução da produção e comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial.	
Justificativa	
Quanto maior o número de atividades desenvolvidas, menor a produção e comercialização de produtos de origem animal clandestinos.	
Fonte de Dados	Data para Disponibilização
DIPOA, SIPAG	último dia útil do mês subsequente ao fim do semestre
Responsável pelo Indicador	Segmentação
Nelmon Oliveira da Costa, Judi Maria da Nobrega e Paulo Marcel Armendaris	Animal
Responsável pela Informação	

Pedro Bueno

Descrição Breve								
Mede a quantidade de atividades que venham a ser realizadas, como reuniões internas e externas, fiscalizações, barreiras em estradas, ações em conjunto com a polícia e outros órgãos, desenvolvidas pelo DIPOA e pelos SIPAG que estejam relacionadas ao combate à produção e comercialização de produtos de origem animal clandestinos.								
Formula								
Número de atividades realizadas,								
Unidade de Medida				Frequência de Mensuração				
Número Absoluto				Semestral				
Polaridade				Crítério de Acompanhamento				
Maior é Melhor				Acumulado ao ano				
Hist 2004	Hist 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2012
						27	54	81
Observações / Pendências								

FORM#3 - DETALHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional: Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SIPOV

Nome do Indicador: SDA R4.1 - Índice de conformidade de produtos de origem vegetal																					
Resultado Estratégico	Descrição Breve																				
SDA R4a - Qualidade dos produtos de origem vegetal assegurada (conformes e seguros)	Mede de forma ponderada a conformidade dos processos de garantia da qualidade e inocuidade de alimentos e bebidas.																				
Justificativa	Formúla																				
	$IV = \text{Índice de conformidade de produtos de origem vegetal} = ((0,5 * (0,7 * (\text{Inspeções Conforme} / \text{Inspeções realizadas} - \text{vinhos e bebidas}) + 0,3 * (\text{produtos conforme} / \text{produtos analisados} - \text{vinhos e bebidas}))) + (0,5 * (\text{n}^\circ \text{ de amostras de produtos em conformidade} - \text{qualidade vegetal} / \text{n}^\circ \text{ total de amostras analisadas} - \text{qualidade vegetal})))$ <p>Considera-se inspeção conforme aquela que atende aos seguintes requisitos: 1 - Dos 28 (vinte e oito) parâmetros selecionados pela sua importância na LV - Lista de Verificação (Portaria SDA/MAPA nº272/10), 70% (setenta por cento) ou mais deverão estar CONFORMES, excluídos os itens NA - Não se Aplica. Os parâmetros selecionados na LV são os seguintes: 1.2, 2.4, 2.5, 2.11.1, 2.12.1, 2.12.6, 3.5, 3.7, 4.8, 4.10, 5.6, 5.8, 5.10, 5.22, 5.23, 6.7, 6.8, 6.10, 7.8, 7.10, 7.18, 8.7, 8.9, 8.14, 8.15, 9.6, 9.8 e 9.15.</p> <p>Considera-se produto conforme aquele que atende aos seguintes requisitos:</p>																				
Fonte de Dados	Data para Disponibilização																				
DIPOV																					
Responsável pelo Indicador	Segmentação																				
Responsável pela Informação																					
	Unidade de Medida																				
	Número absoluto																				
	Frequência de Mensuração																				
	Trimestral																				
	Polaridade																				
	Trimestral																				
	Critério de Acompanhamento																				
	Acumulado ao ano																				
	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr> <th>Hist 2005</th> <th>Hist 2006</th> <th>Hist 2007</th> <th>Hist 2008</th> <th>Meta 2010</th> <th>Meta 2011</th> <th>Meta 2012</th> <th>Meta 2013</th> <th>Meta 2014</th> <th>Meta 2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,74</td> <td>0,76</td> <td>0,77</td> <td>0,79</td> <td>0,72</td> <td>0,75</td> <td style="background-color: #ffff00;">0,78</td> <td>0,80</td> <td>0,82</td> <td>0,85</td> </tr> </tbody> </table>	Hist 2005	Hist 2006	Hist 2007	Hist 2008	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015	0,74	0,76	0,77	0,79	0,72	0,75	0,78	0,80	0,82	0,85
Hist 2005	Hist 2006	Hist 2007	Hist 2008	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015												
0,74	0,76	0,77	0,79	0,72	0,75	0,78	0,80	0,82	0,85												
	Observações / Pendências																				
	VERSÃO - II																				

FORM#3 - DE TALHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional: Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SEFIA

Nome do Indicador: **R 2.1 - Índice de conformidade dos insumos agrícolas**

Resultado Estratégico
Qualidade dos insumos agrícolas
Justificativa
A atenção à qualidade dos insumos agrícolas se deve aos seguintes fatos: 1 - as sementes e as mudas constituem seres vivos com carga genética que ditam o potencial da produção de culturas e pastagens 2 - os fertilizantes e afins são os fornecedores de nutrientes que dão o vigor às plantas para que alcancem o seu potencial de produção. 3 - os agrotóxicos são as defesas contra as pragas que ameaçam o potencial produtivo das plantas.

Descrição Breve
Este indicador mede a qualidade dos insumos agrícolas, tendo por referência a análise de amostras colhidas durante a fiscalização, segundo um plano amostral e parâmetros técnicos estabelecidos nos instrumentos legais.
Formula
O Índice de conformidade dos insumos agrícolas será a média aritmética dos índices de conformidade obtidos para os agrotóxicos e afins, para os fertilizantes e afins e para as sementes e mudas. Os índices relativos a cada um desses grupos de insumos agrícolas será apurado pela divisão do produto amostrado cuja análise laboratorial se mostrou conforme - VADP (dentro do padrão de qualidade) e o total do produto amostrado - ViPA, obedecidos os procedimentos da fiscalização. $ICia = (ICa + ICf + ICsm) / 3$ ICa = Índice de conformidade de insumos agrícolas ICa = Índice de conformidade de agrotóxicos ICf = Índice de conformidade de fertilizantes ICsm = Índice de conformidade de sementes e mudas $ICa, ICf e ICsm = (VADP/ViA) \times 100$

Fonte de Dados	Data para Disponibilização
Relatório DFIA	1 - Dia 10 do mês subsequente ao final do Trimestre 2 - Fev ano subsequente
Responsável pelo Indicador	Segmentação
DFIA	Trimestre
Responsável pela Informação	
DFIA	

Unidade de Medida	Frequência de Mensuração								
Porcentagem	Anual								
Polaridade	Critério de Acompanhamento								
Maior melhor	Não cumulativo								
Hist 2006	Hist 2007	Hist 2008	Hist 2009	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015
73,97%	89%	86%	89%	89%		90	92	93	95
Observações / Pendências									
Por conta do número restrito de laboratórios credenciados pelo MAPA, principalmente os laboratórios de análise de agrotóxicos, o índice agregado deve ser visto com reserva.									

FORM#3 - DETALHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

Nome do Indicador:	Implementação de Projetos para Intensificar a Adoção de Sistemas Platio Direto na Palha (ha)																		
Resultado Estratégico	Descrição Breve																		
SDC.R1 - Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implementados	Promover o aumento de área cultivada por meio da adoção, por parte dos produtores rurais, do Sistema Platio Direto na Palha																		
Justificativa	Aumento da Área, em hectares, com Sistemas Platio Direto na Palha																		
A manutenção da competitividade da agropecuária brasileira requer a adoção de sistemas agropecuários sustentáveis. Nesse contexto, a conservação do solo constitui tema de segurança nacional, o que justifica uma forte atuação junto aos produtores para a adoção de sistemas agropecuários conservacionistas e sustentáveis de produção, a exemplo do Sistema Platio Direto. Os solos brasileiros requerem um manejo e adoção de sistemas de produção que melhore e mantenha suas propriedades químicas, físicas e biológicas o que, de outra forma, induz perda de produtividade, de rentabilidade e leva a degradação dos agroecossistemas.																			
Fonte de Dados	Unidade de Medida																		
Mapa, Embrapa, IBGE, FERRAPDP, fundações de pesquisas, cooperativas agropecuária e sindicatos rurais.	(ha)																		
Data para Disponibilização	Frequência de Mensuração																		
Julho e Dezembro	Semestral																		
Responsável pelo Indicador	Polaridade																		
Maurício Carvalho de Oliveira	Quanto Maior/Melhor																		
Segmentação	Critério de Acompanhamento																		
Sim	Acumulado																		
Responsável pela Informação	Histórico / Metas																		
Maurício Carvalho de Oliveira	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr> <th>Hist 2007</th> <th>Hist 2008</th> <th>Hist 2009</th> <th>Hist 2010</th> <th>Meta 2011</th> <th>Meta 2012</th> <th>Meta 2013</th> <th>Meta 2014</th> <th>Meta 2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>25 milhões de ha.</td> <td>25,8</td> <td style="background-color: #ffff00;">26,6</td> <td>27,4</td> <td>28,2</td> <td>29</td> </tr> </tbody> </table>	Hist 2007	Hist 2008	Hist 2009	Hist 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015				25 milhões de ha.	25,8	26,6	27,4	28,2	29
Hist 2007	Hist 2008	Hist 2009	Hist 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015											
			25 milhões de ha.	25,8	26,6	27,4	28,2	29											
Observações / Pendências	Observações / Pendências																		
	Este indicador precisa ser eliminado ou revisto. Entre os diversos erros encontram-se primeiramente que o título: "Implementação de Projetos para Intensificar a Adoção de Sistemas Platio Direto na Palha", associado à mensuração que se dá em unidades de área (ha) de platio direto plantada. Saliente-se ainda que os dados, sejam eles estaduais ou federais, sobre a área plantada em platio direto no Brasil não são precisos e se faz necessário estimar os números. Prova disso é que de acordo com a Federação de Platio Direto na Palha a área plantada no Brasil em PD em 2005/2006 já era de 25,5 milhões de hectares, ou seja, maior do que o histórico de 2010 desta planilha, além do que segundo esta mesma entidade a área nacional em PD hoje já é de 31,8 Milhões de hectares.																		

FORM#3 - DETALHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

Nome do Indicador:	Percentual de Pessoas Capacitadas																		
Resultado Estratégico	Descrição Breve:																		
SDC.R1 - Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implementados	Mede a relação entre o total de pessoas capacitadas previstas e o total efetivamente alcançado. A meta total prevista até 2015 é de 164.400 pessoas capacitadas, com a seguinte distribuição anual.																		
Justificativa	Fórmula																		
A adoção de sistemas agropecuários sustentáveis de produção, bem como os sistemas conservacionistas dos recursos naturais, com ênfase no solo e na água, requer uma ação forte em termos de capacitação de técnicos e produtores rurais, bem como de outros agentes, na formação de uma massa crítica capaz de interiorizar, em cada estado a informação e o conhecimento, de forma que ocorra a mudança de um processo tradicional de produção agropecuária para outro tecnificado e mais sustentável, que promova a mitigação de gases de efeito estufa, que melhore e mantenha as propriedades químicas, físicas e biológicas dos solos, aumente a produtividade e a rentabilidade no campo, como também diminua a degradação dos agroecossistemas.	Número total de pessoas beneficiadas efetivamente alcançado / número total de pessoas beneficiadas previsto *100																		
Fonte de Dados	Unidade de Medida																		
MAPA, DPDAG's/SFA's/MAPA, EMBRAPA e Secretarias de Agricultura dos Estados	%																		
Data para Disponibilização	Frequência de Mensuração																		
Dezembro	Anual																		
Responsável pelo Indicador	Polaridade																		
Elvison Nunes Ramos	Quanto Maior/Melhor																		
Segmentação	Critério de Acompanhamento																		
Sim	Acumulado																		
Responsável pela Informação	Hist																		
Elvison Nunes Ramos	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr style="background-color: #d3d3d3;"> <th>Hist 2007</th> <th>Hist 2008</th> <th>Hist 2009</th> <th>Hist 2010</th> <th>Meta 2011</th> <th>Meta 2012</th> <th>Meta 2013</th> <th>Meta 2014</th> <th>Meta 2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>3.000</td> <td>5.650</td> <td style="background-color: #ffff00;">39.687</td> <td>39.687</td> <td>39.687</td> <td>39.687</td> </tr> </tbody> </table>	Hist 2007	Hist 2008	Hist 2009	Hist 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015				3.000	5.650	39.687	39.687	39.687	39.687
Hist 2007	Hist 2008	Hist 2009	Hist 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015											
			3.000	5.650	39.687	39.687	39.687	39.687											
Observações / Pendências																			

FORM#3 - DETALHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

Nome do Indicador:	Número de cadeias de valor de produtos agropecuários contempladas com ações de organização e estruturação para uso de indicação geográfica e marca coletiva
---------------------------	---

Resultado Estratégico
SDC.R2 - Ampliação do capital intelectual protegido e fomento da inovação no agronegócio
Justificativa
A organização da base produtiva em torno destas ferramentas aumenta a competitividade e contribui para a sustentabilidade dos negócios.

Descrição Breve
Mede a ampliação das ações do MAPA na estruturação de cadeias de valor do agronegócio para uso de indicações geográficas e marcas coletivas.
Formula
Nº projetos de IG assistidos no ano.

Fonte de Dados	Data para Disponibilização
DEPTA	5º dia útil do mês subsequente
Responsável pelo Indicador	Segmentação
DEPTA - Hélcio Campos Botelho	sim
Responsável pela Informação	
CIG - Beatriz de Assis Junqueira	

Unidade de Medida				Frequência de Mensuração				
Percentual				Trimestral				
Polaridade				Critério de Acompanhamento				
Maior é melhor				Acumulado				
Hist 2004	Hist 2005	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015	
		65	82	105	122	138	150	
Observações / Pendências								
Nº de cadeias de valor de produtos potenciais da agropecuária contempladas com ações de estruturação para uso de IG e MC, atendidas pelas SFA/UF. Base 2010 = 65								

13.5 – Avaliação do funcionamento dos controles internos da UJ – ANEXO do item 3.2

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.						X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.						X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.						X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.						X
Monitoramento	1	2	3	4	5	
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.						X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.						X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.						X
Escala de valores da Avaliação:						
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.						
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .						
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.						
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .						
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.						

13.6 – Cumprimento pela Instância de correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU – ANEXO do item 3.5

FORMULÁRIO

Informação da SFA/GO, prestada em 28/12/2012
Referente aos meses de janeiro a dezembro de 2012

1. Teor da Informação:

(NÃO) não houve qualquer procedimento disciplinar instaurado/julgado no âmbito daquela SFA no período em comento NÃO

(SIM) houve, sim, procedimento disciplinar instaurado/julgado/anulado na SFA.

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO

2. No caso de ter havido procedimento disciplinar instaurado/julgado/anulado na SFA, informar:

MÊS	Processo nº (PAD ou Sindicância e nº)	Portaria (tipo, nº e data da publicação)	T.J/Despacho (teor e data da publicação)	Lançado no sistema CGU-PAD
MARÇO	21020.002936/2011-78	Portaria nº 066, de 27.03.2012, prorrogada pela Portaria nº 093 de 27.04.2012	Recebimento de Pensão indevida	Sim
OUTUBRO	21020.002100/2012-54 anexas cópias dos processos: 21020.001819/2012-78 21020.001858/2012-75 21020.000415/2012-67	Portaria nº 247, de 10.10.2012.	Investigar as irregularidades de servidores	Sim

3. Há algum procedimento disciplinar pendente de instauração nesta SFA?
(X) não () sim. Quantos? _____

REGISTO NO BANCO DE DADOS DA CGPAD
(para preenchimento pela Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares)

Informação Lançada em:

- (X) Controle de Publicações ("tabelas importantes")
() Relatório para CGU. SFAs ("tabelas importantes")
() Relatório.Contatos e pendências.por SFA2012 ("Acompanhamento SFAs")

Quem lançou? Alexandre Reis Coutinho, em 28/12/2012

PORTARIA Nº 150 DE 22 DE JUNHO DE 2011, o servidor Alexandre Reis Coutinho – Agente Administrativo, como responsável desta Superintendência pelo cadastro de informações relacionadas a Processos Disciplinares e de Sindicância no Sistema CGU/PAD, tendo como substituto o servidor Guilson Barbosa Lima – Agente Administrativo.


Alexandre Reis Coutinho
SGP/DAD/SFA-GO
46213221-7203

13.7- INDICADORES INSTITUCIONAIS - ANEXO do item 4.1.4 – Informações sobre Ações e Programas Temáticos da UJ.

4.2 – Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira de Despesa

PARTE A, ÍTEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

ÍTEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – INDICADORES INSTITUCIONAIS – FISCALSEM1

NOME DO PROGRAMA:	2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA
NOME DA AÇÃO:	2179 - FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS - FISCALSEM1
NOME DO PRODUTO:	FISCALIZAÇÃO REALIZADA
FONTE DAS INFORMAÇÕES:	SFA-GO
ÁREA RESP. PELO CÁLCULO:	SEFIA/DDA/SFA-GO

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO EM 2012, AJUSTADOS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES ABAIXO:				
META	PROGRAMADA	REALIZADA	Fiscalizações necessárias para o universo da ação ou p/ amostra	OBS.: Considerar exclusivamente os gastos executados com as fiscalizações realizadas da ação.
FINANCEIRA	R\$ 100.954,00	R\$ 73.709,00		
FÍSICA	1.653	1.368	2.000	

INDICADOR DE EFICIÊNCIA. É a relação % entre o custo unitário das fiscalizações realizadas (custo real) e o custo unitário programado. Portanto, 100% significa custo real igual custo programado; o que exceder 100% é eficiência nos gastos executados e o que faltar de 100% é ineficiência.	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	VALOR
	Custo Total Realizado (CTR) - em R\$	R\$ 73.709,00
	Quantidade Total Realizada(QTR) -em Unid.	1.368
	Custo Unitário Realizado (CUR=CTR/QTR)	R\$ 53,88
	Custo Total Programado(CTP) - em R\$	R\$ 100.954,00
	Quantidade Total Programada(QTP) -em Unid.	1653
	Custo Unitário Programado (CUP=CTP/QTP)	R\$ 61,07
	INDICADOR DE EFICIÊNCIA = (((CUR/CUP)-1)*-1)+1	111,78%

INDICADOR DE EFICÁCIA. É a relação % entre o número de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas. Neste caso, eficácia significa realizar todas as fiscalizações programadas ou mais (100% ou mais); e ineficácia, realizar menos fiscalizações do que o programado (menos de 100%).	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	1.368
	Quantidade Total Programada (QTP)	1.653
	INDICADOR DE EFICÁCIA = (QTR/QTP)%	82,76%

INDICADOR DE EFETIVIDADE. É a relação % entre o nº fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações necessárias para fiscalizar todo o universo da ação ou da amostra	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	1.368

representativa do universo da ação. Neste caso, efetividade significa fiscalizar todo o universo da ação (100%) ou toda a amostra; e não efetividade realizar menos de 100%.	Quantidade Total Esperada (QTE)	2.000
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = (QR/QP)%	68,40%
INDICADOR DE ECONOMICIDADE. Compara percentualmente o custo unitário anual em 2012 com o custo unitário de 2011. Neste caso, 100% significam nada de economicidade; valores abaixo de 100% significam economicidade; e acima de 100% significam acréscimos no custo unitário anual.	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	CUSTO UNITÁRIO REALIZADO EM 2012	R\$ 53,88
	CUSTO UNITÁRIO REALIZADO EM 2011	R\$ 38,78
	INDICADOR DE ECONOMICIDADE = (2012/2011)%	138,94%

ANÁLISE CRÍTICA:

Indicador: **EFICIÊNCIA** ; Houve eficiência na aplicação dos recursos financeiros e na execução das metas programadas de 11,78%. Lembramos que foram descentralizados e aplicados R\$ 14.506,85 no elemento de despesas 33.90.33 para aquisição de passagens aéreas e R\$ 5.200,00 no elemento de despesas 33.90.14 - diárias para custear despesas de deslocamento de fiscais para participação em reuniões técnicas e cursos de aperfeiçoamento, esses valores não foram consideradas nos custos das fiscalizações.

Indicador: **EFICÁCIA** ; Em virtude do não cumprimento das metas programadas em 2012 as atividades executadas foi ineficácia ou seja realizou menos fiscalização do previsto (17,24%). É interessante lembrar que além das fiscalizações realizadas foram desenvolvidas outras atividades de suma importância, tais como; 1. Foram vistoriados 52 campos de produção de sementes de Milho sob esquema OECD, Certificação não definitiva com uma área em torno de 302,0 hectares, cuja produção são destinada a exportação para os Países, Estados Unidos da America, África do Sul, México, Argentina. 2. Foram analisados e homologados 2.800 campos de produção de sementes com uma área em torno de 287.829,00 hectares, 3. Foram analisados 220 processos de autorização de Importação e Exportação de sementes e Mudanças.

Indicador de **ECONOMICIDADE**; Não houve economicidade em virtude do acréscimo no custo anual das fiscalizações devido ao atendimento de apuração de denúncias de comércio irregular de sementes (pirataria de sementes).

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – INDICADORES INSTITUCIONAIS - FISCINAN

NOME DO PROGRAMA:	2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA
NOME DA AÇÃO:	2124 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL - FISCINAN
NOME DO PRODUTO:	FISCALIZAÇÃO REALIZADA
FONTE DAS INFORMAÇÕES:	SFA-GO
ÁREA RESP. PELO CÁLCULO:	SEFIP/DDA/SFA-GO

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO EM 2011, AJUSTADOS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES ABAIXO:				
META	PROGRAMADA	REALIZADA	Fiscalizações necessárias para o universo da ação ou p/ amostra	OBS.: Considerar exclusivamente os gastos executados com as fiscalizações da ação.
FINANCEIRA	R\$ 36.740,00	R\$ 25.475,98		
FÍSICA	85	77	280	

<p>INDICADOR DE EFICIÊNCIA. É a relação % entre o custo unitário das fiscalizações realizadas (custo real) e o custo unitário programado. Portanto, 100% significa custo real igual custo programado; o que exceder 100% é eficiência nos gastos executados e o que faltar de 100% é ineficiência.</p>	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	VALOR
	Custo Total Realizado (CTR) - em R\$	R\$ 25.475,98
	Quantidade Total Realizada(QTR) -em Unid.	77
	Custo Unitário Realizado (CUR=CTR/QTR)	R\$ 330,86
	Custo Total Programado(CTP) - em R\$	R\$ 36.740,00
	Quantidade Total Programada(QTP) -em Unid.	85
	Custo Unitário Programado (CUP=CTP/QTP)	R\$ 432,24
	INDICADOR DE EFICIÊNCIA = (((CUR/CUP)-1)*-1)+1	123,45%

<p>INDICADOR DE EFICÁCIA. É a relação % entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas. Neste caso, eficácia significa realizar todas as fiscalizações programadas ou mais (100% ou mais); e ineficácia, realizar menos fiscalizações do que o programado (menos de 100%).</p>	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	77
	Quantidade Total Programada (QTP)	85
	INDICADOR DE EFICÁCIA = (QTR/QTP)%	90,59%

<p>INDICADOR DE EFETIVIDADE. É a relação % entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações necessárias para fiscalizar todo o universo da ação ou parte representativa do universo (amostra). Neste caso, efetividade significa fiscalizar todo o universo da ação (100%) ou toda a amostra; e não efetividade realizar menos de 100%.</p>	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	77
	Quantidade Total Esperada (QTE)	280
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = (QR/QP)%	27,50%

<p>INDICADOR DE ECONOMICIDADE. Compara percentualmente o custo unitário das fiscalizações em 2012 com o custo unitário das fiscalizações em 2011. Neste caso, 100% significam nada de economicidade; valores abaixo de 100% significam economicidade; e acima de 100% significam acréscimos no custo unitário anual.</p>	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	CUSTO UNITÁRIO REALIZADO EM 2012	R\$ 330,86
	CUSTO UNITÁRIO REALIZADO EM 2011	R\$ 254,26
	INDICADOR DE ECONOMICIDADE = (2012/2011)%	130,13%

ANÁLISE CRÍTICA:

Indicador: **EFICIÊNCIA:** A análise deste indicador mostra que o custo de cada fiscalização realizada em 2012 ficou abaixo do custo programado. A utilização dos recursos financeiros foram racionalizados através do estabelecimento de roteiros de viagens pré-estabelecidos de modo a maximizar o número de fiscalizações. Além disso, quando da programação foi utilizado valor de diária sem o desconto do ticket-alimentação, o que também influenciou no resultado.

Indicador: **EFICÁCIA:** O indicador demonstra que a fiscalização realizada ficou muito próxima da programada, ou seja, a quantidade estipulada no POA 2012 foi realista com a situação do estado, que é a de possuir uma das piores relações fiscal/estabelecimento registrado. Da mesma forma, as dificuldades de autorização de viagem para os servidores que já tinham excedido as 40 diárias/servidor/ano, além das paralisações devido o movimento grevista dos fiscais, não permitiram melhores resultados.

Indicador: **EFETIVIDADE:** Este indicador nos mostra que atingimos apenas 27,5% do universo de estabelecimentos a serem fiscalizados por ano, demonstrando mais uma vez que o número de fiscais é insuficiente para cobrir a necessidade de fiscalizações. Destaca-se a alta relação estabelecimentos registrados (280) por fiscais lotados no PI FISCINAN (02).

Indicador de **ECONOMICIDADE:** O custo da fiscalização em 2012 ficou mais cara em relação ao ano passado, isto porque, tentou-se aplicar conceitos de auditoria nas fiscalizações, o que determinava mais tempo em cada estabelecimento e conseqüente, menor número de fiscalizações por viagem. Outro fator que elevou o custo das fiscalizações foi um pequeno aumento no preço dos combustíveis.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – INDICADORES INSTITUCIONAIS – INSPANIMAL3

NOME DO PROGRAMA:	2028- DEFESA AGROPECUÁRIA
NOME DA AÇÃO:	8938 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - INSPANIMAL3
NOME DO PRODUTO:	ESTABELECIMENTO INSPECIONADO
FONTE DAS INFORMAÇÕES:	SFA-GO
ÁREA RESP. PELO CÁLCULO:	SIPOA/DDA/SFA-GO

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO EM 2012, AJUSTADOS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES ABAIXO:

META	PROGRAMADA	REALIZADA	Total de estabelecimentos do universo da ação.	OBS.: Considerar exclusivamente os gastos executados com as fiscalizações da ação.
FINANCEIRA	R\$ 297.591,19	R\$ 239.455,00		
FÍSICA	1.208	1.116	193	

INDICADOR DE EFICIÊNCIA. É a relação % entre o custo unitário dos estabelecimentos inspecionados (custo real) e o custo unitário programado. Portanto, 100% significa custo real igual custo programado; o que exceder 100% é eficiência nos gastos executados e o que faltar de 100% é ineficiência.	DESCRIZAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS		VALOR
	Custo Total Realizado (CTR) - em R\$		R\$ 239.455,00
	Quantidade Total Realizada(QTR) -em Unid.		1.116
	Custo Unitário Reallizado (CUR=CTR/QTR)		R\$ 214,57
	Custo Total Programado(CTP) - em R\$		R\$ 297.591,19
	Quantidade Total Programada(QTP) -em Unid.		1.208
	Custo Unitário Programado (CUP=CTP/QTP)		R\$ 246,35
	INDICADOR DE EFICIÊNCIA = (((CUR/CUP)-1)*-1)+1		112,90%

INDICADOR DE EFICÁCIA. É a relação % entre o nº de estabelecimentos inspecionados e a meta física programada. Neste caso, eficácia significa inspecionar todos os estabelecimentos programadas ou mais (100% ou mais); e ineficácia, inspecionar menos do que o programado (menos de 100%).	DESCRIZAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS		QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)		1.116
	Quantidade Total Programada (QTP)		1.208
	INDICADOR DE EFICÁCIA = (QTR/QTP)%		92,38%

INDICADOR DE EFETIVIDADE. É a relação % entre o nº de estabelecimentos inspecionados com o total de estabelecimentos do universo da ação. Neste caso, efetividade significa fiscalizar todo o universo da ação (100%) ou parte representativa do universo da ação (amostra); e não efetividade realizar menos de 100%.	DESCRIZAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS		QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)		1.116
	Quantidade Total Esperada (QTE)		193
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = (QR/QP)%		578,24%

INDICADOR DE ECONOMICIDADE. Compara percentualmente o custo unitário das inspeções em estabelecimentos em 2012 com o custo unitário das inspeções em estabelecimentos em 2011. Neste caso, 100% significam nada de economicidade; valores abaixo de 100% significam economicidade;e acima de 100% significam acréscimos no custo unitário anual.	DESCRIZAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS		QUANTIDADE
	CUSTO UNITÁRIO REALIZADO EM 2012		R\$ 214,57
	CUSTO UNITÁRIO REALIZADO EM 2011		R\$ 746,75
	INDICADOR DE ECONOMICIDADE = (2012/2011)%		28,73%

ANÁLISE CRÍTICA:

Indicador: EFICIÊNCIA O custo unitário executado (custo real) foi menor que o programado em decorrência de ter executado mais ações não programadas de custos baixos como por exemplo maior número de coleta de amostras oriundas de licença de importação. Por outro lado ações mais onerosas como supervisões/fiscalizações não foram plenamente atendidas devido a não liberação pela secretaria executiva de viagens a servidores que atingiram 40 diárias.
Indicador: EFICÁCIA Não foi realizado 100% das ações programadas devido a falta de servidores, agravada pela limitação de 40 diárias por servidor imposta pela secretaria executiva que não autorizou nenhum pedido de ampliação desse número de diárias para execução de serviços programados pelo SIPOA-GO.

Indicador: **EFETIVIDADE** O alto valor no índice de efetividade se deve ao fato de que vários estabelecimentos possuem a obrigatoriedade de mais de uma ação anual, além disso em alguns estabelecimentos houve a necessidade de mais ações do que as programadas em decorrência de não conformidades detectadas durante fiscalizações/supervisões.

Indicador de **ECONOMICIDADE** O custo das ações de 2011 ficou acima do real em decorrência do lançamento de recursos utilizados para ações do DIPOA no PI, o qual não ocorreu em 2012. Outro fator a ser considerado foi a realização de ações não programadas de menor custo como coleta de amostras (sem utilização de diárias) e a impossibilidade de realizar as ações de maior custo como supervisões/fiscalizações por falta de servidores principalmente devido a não liberação pela secretaria executiva de viagens a servidores que atingiram 40 diárias, mesmo diante da solicitação por esse serviço.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – INDICADORES INSTITUCIONAIS – IPVEGETAL2

NOME DO PROGRAMA: 2028- DEFESA AGROPECUÁRIA
NOME DA AÇÃO: Nº 8939 - Nome: Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - IPVEGETAL2
NOME DO PRODUTO: ESTABELECIMENTO INSPECIONADO
FONTE DAS INFORMAÇÕES: SFA-GO
ÁREA RESP. PELO CÁLCULO: SIPOV/DDA/SFA-GO

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO EM 2012, AJUSTADOS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES ABAIXO:

META	PROGRAMADA	REALIZADA	Quantidade de toneladas do universo da ação ou da amostra	OBS.: Considerar exclusivamente os gastos da ação executados com as fiscalizações de produtos.
FINANCEIRA				
FÍSICA				

INDICADOR DE EFICIÊNCIA. É a relação % entre o custo unitário dos estabelecimentos inspecionados (custo real) e o custo unitário programado. Portanto, 100% significa custo real igual ao custo programado; o que exceder 100% é eficiência nos gastos executados e o que faltar de 100% é ineficiência.

DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	VALOR
Custo Total Realizado (CTR) - em R\$	R\$ 20.376,29
Quantidade Total Realizada(QTR) -em Unid.	60
Custo Unitário Realizado (CUR=CTR/QTR)	R\$ 339,60
Custo Total Programado(CTP) - em R\$	R\$ 59.795,50
Quantidade Total Programada(QTP) -em Unid.	80
Custo Unitário Programado (CUP=CTP/QTP)	R\$ 747,44
INDICADOR DE EFICIÊNCIA = (((CUR/CUP)-1)*-1)+1	154,56%

INDICADOR DE EFICÁCIA. É a relação % entre o custo unitário dos estabelecimentos inspecionados (custo real) e o custo unitário programado. Portanto, 100% significa custo real igual ao custo programado; o que exceder 100% é eficiência nos gastos executados e o que faltar de 100% é ineficiência.

DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
Quantidade Total Realizada (QTR)	60
Quantidade Total Programada (QTP)	80

	INDICADOR DE EFICÁCIA = (QTR/QTP)%	75,00%
--	---	---------------

INDICADOR DE EFETIVIDADE. É a relação % entre o nº de estabelecimentos inspecionados e o nº de estabelecimentos do universo da ação ou de parte representativa do universo da ação (amostra). Neste caso, efetividade significa inspecionar todos os estabelecimentos do universo da ação (100%) ou toda a amostra; e não efetividade inspecionar menos de 100%. ação. Neste caso, efetividade significa fiscalizar todas as ton. dos produtos do universo da ação (100%) ou da amostra; e não efetividade fiscalizar menos de 100%.		
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	60
	Quantidade Total Esperada (QTE)	88
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = (QR/QP)%	68,18%

INDICADOR DE ECONOMICIDADE. É a variação percentual do custo unitário anual em 2012 em relação ao de 2011. Neste caso, 100% significam nada de economicidade; valores abaixo de 100% significam economicidade; e acima de 100% significam acréscimos no custo unitário anual.	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	CUSTO UNITÁRIO REALIZADO EM 2012	R\$ 339,60
	CUSTO UNITÁRIO REALIZADO EM 2011	R\$ 160,16
	INDICADOR DE ECONOMICIDADE = (2012/2011)%	212,04%

ANÁLISE CRÍTICA:

Indicador: **EFICIÊNCIA** - Da análise deste indicador, percebe-se que houve **EFICIÊNCIA** dos gastos executados. Ocorre que no ano de 2012, não foram adquiridos os equipamentos e materiais gráficos inicialmente programados, reduzindo, sensivelmente, o custo unitário realizado, o que no entanto, não impactou diretamente, no desempenho das atividades. Some-se a isso, o fato de que boa parte das ações de fiscalização foram realizadas na região metropolitana de Goiânia, uma vez que os recursos descentralizados, foram insuficientes e intempestivos durante boa parte do ano, impossibilitando a realização de atividades em localidades mais distantes como Campos Belos de Goiás. Desta forma, pode-se dizer que embora tenha sido alcançado um resultado de **EFICIÊNCIA**, o alcance da fiscalização ficou comprometido.

Indicador: **EFICÁCIA** - Diante do resultado alcançado, inferimos que não houve **EFICÁCIA** nos gastos executados. Embora tenha havido um acréscimo no número de vistorias oficiais, atendimento de denúncias e fiscalizações de comércio, um importante componente do indicador, qual seja, **ESTABELECIMENTOS INSPECIONADOS COM LISTA DE VERIFICAÇÃO**, não teve sua meta cumprida, o que pode se traduzir em risco para a segurança das bebidas elaboradas no estado, especialmente naquelas localidades mais distantes da região metropolitana de Goiânia, cuja atuação da fiscalização ficou bastante comprometida pelos seguintes fatores: 1 - Reduzido número de FFA's; 2 - Recursos descentralizados intempestivamente e em quantidade aquém do programado, em alguns períodos do ano; 3 - Políticas implementadas pelo Órgão Central (especialmente a Secretaria Executiva/MAPA), sem o correspondente incremento de recursos (pessoal, equipamentos, material de consumo, Internet, apoio Laboratorial, etc), nas Superintendências Federais em cada UF; e, 4 - dificuldades no Processo de concessão de mais de 40 diárias por servidor. **SEGURANÇA DOS ALIMENTOS CONSUMIDOS EM GOIÁS**

Indicador: **EFETIVIDADE** - Analisando o indicador em questão, infere-se que não houve **EFETIVIDADE**, uma vez que apenas 60 estabelecimentos foram inspecionados. Em função dos motivos explicitados nas análises dos indicadores **EFICIÊNCIA** e **EFICÁCIA**, notamos que falta muito para que a **EFETIVIDADE** seja alcançada. Para alcançarmos tal resultado, deverão ser aplicadas as seguintes medidas: 1 - Um aumento do número de FFA's lotados no SIPOV/DDA/SFA-GO; 2 - Descentralização de recursos de forma tempestiva e em quantidade adequada; 3 - Aquisição de impressoras portáteis (que agilizará o preenchimento dos documentos de fiscalização); 4 - Adoção do registro eletrônico (que reduzirá o serviço cartorial, disponibilizando um tempo maior para as ações fiscais); e, 5 - Celeridade no processo de concessão de diárias.

Indicador de **ECONOMICIDADE** - O resultado alcançado foi devido a um incremento de atividades de fiscalização que não geraram a lavratura de listas de verificação, mas que demandaram o uso de recursos, num total de 60 ações externas, assim enumeradas: 1 - Aumento considerável do número de denúncias recebidas, especialmente da Ouvidoria (20 termos de inspeção referentes às denúncias apuradas); 2 - Superação em 50% no número de vistorias inicialmente programadas (15 laudos de vistoria emitidos); e, 3 - Estabelecimento de meta para fiscalizações de comércio, inexistente no período anteriormente mensurado (25 estabelecimentos comerciais fiscalizados).

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – INDICADORES INSTITUCIONAIS - PCEANIMAL

NOME DO PROGRAMA:	2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA
NOME DA AÇÃO:	8658 - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS - PCEANIMAL
NOME DO PRODUTO:	PROPRIEDADE ATENDIDA
FONTE DAS INFORMAÇÕES:	SFA-GO
ÁREA RESP. PELO CÁLCULO:	SSA/DDA/SFA-GO

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO EM 2012, AJUSTADOS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES ABAIXO:				
META	PROGRAMADA	REALIZADA	Nº de propriedades existentes no universo da ação ou na amostra	OBS.: considerar exclusivamente os gastos da ação executados com atendimento à propriedades.
FINANCEIRA	R\$ 130.732,00	R\$ 96.171,81		
FÍSICA	15.600	16.013	125.000	

<p>INDICADOR DE EFICIÊNCIA. É a relação % entre o custo unitário das propriedades atendidas(custo real) e o custo unitário programado. Portanto, 100% significa custo real igual custo programado; o que exceder 100% é eficiência nos gastos executados e o que faltar de 100% é ineficiência.</p>	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS		VALOR
	Custo Total Realizado (CTR) - em R\$		R\$ 96.171,81
	Quantidade Total Realizada(QTR) -em Unid.		16.013
	Custo Unitário Realizado (CUR=CTR/QTR)		R\$ 6,01
	Custo Total Programado(CTP) - em R\$		R\$ 130.732,00
	Quantidade Total Programada(QTP) -em Unid.		15.600
	Custo Unitário Programado (CUP=CTP/QTP)		R\$ 8,38
	INDICADOR DE EFICIÊNCIA = (((CUR/CUP)-1)*-1)+1		128,33%

<p>INDICADOR DE EFICÁCIA. É a relação % entre o nº de propriedades atendidas e a meta física programada. Neste caso, eficácia significa atender todas as propriedades programadas ou mais (100% ou mais); e ineficácia, menos propriedades do que o programado (menos de 100%).</p>	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS		QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)		16.013
	Quantidade Total Programada (QTP)		15.600
	INDICADOR DE EFICÁCIA = (QTR/QTP)%		102,65%

<p>INDICADOR DE EFETIVIDADE. É a relação % entre o nº de propriedades atendidas e o nº de propriedades existentes no universo da ação ou da amostra representativa do universo da ação. Neste caso, efetividade significa atender toda as propriedades do universo da ação (100%) ou toda a amostra; e não efetividade atender menos de 100%.</p>	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS		QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)		16.013
	Quantidade Total Esperada (QTE)		125.000
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = (QR/QP)%		12,81%

INDICADOR DE ECONOMICIDADE. É a variação percentual entre o custo unitário das propriedades atendidas em 2012 com o de 2011. Neste caso, 100% significam 0% de economicidade; valores abaixo de 100% significam economicidade; e acima de 100% significam acréscimos no custo unitário anual.	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	CUSTO UNITÁRIO REALIZADO 2012	R\$ 6,01
	CUSTO UNITÁRIO REALIZADO 2011	R\$ 4,88
	INDICADOR DE ECONOMICIDADE = (2012/2011)%	123,07%

ANÁLISE CRÍTICA:

Indicador: EFICIÊNCIA (Avaliação do Resultado): A eficiência observada, com variação de 28,33%, está relacionada ao gerenciamento das atividades nos diversos programas sanitários. As programações são realizadas pelos fiscais responsáveis, baseada nas demandas apresentadas e no planejamento do programa. Os recursos solicitados ao Departamento de Saúde Animal do MAPA, são atendidos, respeitando sempre o que foi programado quanto ao valor e as datas a serem disponibilizados. As variações ocorrem em função da necessidade de atender ações não programadas, característica inerente ao serviço de emergência, onde muitas das programações já constavam como indeterminadas. Foi excluído do cálculo R\$10.605.610,00 referente a convênio MAPA/AGRODEFESA 2012, recursos repassados ao órgão estadual de defesa agropecuária. No ano de 2011 foram programados, para 2012, atendimento a 17.885 propriedades rurais. Entretanto, no início de 2012 esta meta foi adequada para atendimento a 15.600 propriedades.
Indicador: EFICÁCIA (Avaliação do Resultado): A eficácia de 102,65%, foi alcançada devido ao planejamento das atividades, e a constante observação pelo Serviço das tendências de aumento ou queda de demanda das atividades com programações indeterminadas. Para as diversas ações, o SSA/SFA-GO mantém o trabalho de equipe, com um Fiscal Federal Agropecuário e um substituto por programa sanitário, e o órgão estadual de defesa agropecuária mantém gerências, coordenações, unidades regionais e locais com Fiscais Estaduais Agropecuários para atender as demandas.
Indicador: EFETIVIDADE (Avaliação do Resultado) : O Estado possui cerca de 125.000 estabelecimentos, que criam animais passíveis do acompanhamento pelos serviços de defesa agropecuária. Os atendimentos a estas propriedades são realizados de acordo com as espécies animais, objetivos das criações e/ou condições sanitárias. Os atendimentos seguem o que determinam as legislações dos programas sanitários, com acompanhamentos, monitoramentos e vigilâncias ativas e passivas.
Indicador de ECONOMICIDADE (Avaliação do Resultado): Quando se compara o custo unitário anual, verifica-se em 2011 o valor de R\$ 4,88 por ação e em 2012 o valor de R\$ 6,01. Houve diferença significativamente maior (23,07%) para o ano de 2012, o que julgamos ser um fator de variação de custos inerentes aos procedimentos de deslocamentos. Em 2012 ocorreu uma intensificação no levantamento patrimonial de bens adquiridos por convênio com o órgão executor estadual, para checagem, com o intuito de doação desses bens ao órgão conveniente. Este fato demandou supervisão em todas as unidades locais do serviço de defesa estadual.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – INDICADORES INSTITUCIONAIS – VIGIFITO1

NOME DO PROGRAMA:	2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA
NOME DA AÇÃO:	2134 - VIGILÂNCIA E FISCALIZ. NO TRÂNSITO INTEREST. DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS - VIGIFITO1
NOME DO PRODUTO:	FISCALIZAÇÃO REALIZADA
FONTE DAS INFORMAÇÕES:	SFA-GO
ÁREA RESP. PELO CÁLCULO:	SSV/DDA/SFA-GO

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO EM 2012, AJUSTADOS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES ABAIXO:				
META	PROGRAMADA	REALIZADA	Fiscalizações necessárias para o universo da ação ou p/ amostra	OBS.: Considerar exclusivamente os gastos da ação executados com as fiscalizações.
FINANCEIRA	R\$ 93.538,55	R\$ 26.733,18		
FÍSICA	199	174	199	

INDICADOR DE EFICIÊNCIA. É a relação % entre o custo unitário das fiscalizações realizadas (custo real) e o custo unitário programado. Portanto, 100% significa custo real igual custo programado; o que exceder 100% é eficiência nos gastos executados e o que falta de 100% é ineficiência.	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	VALOR
	Custo Total Realizado (CTR) - em R\$	R\$ 26.733,18
	Quantidade Total Realizada(QTR) -em Unid.	174
	Custo Unitário Realizado (CUR=CTR/QTR)	R\$ 153,64
	Custo Total Programado(CTP) - em R\$	R\$ 93.538,55
	Quantidade Total Programada(QTP) -em Unid.	199
	Custo Unitário Programado (CUP=CTP/QTP)	R\$ 470,04
INDICADOR DE EFICIÊNCIA = (((CUR/CUP)-1)*-1)+1		167,31%

INDICADOR DE EFICÁCIA. É a relação % entre o nº de fiscalizações realizadas e a meta física programada. Neste caso, eficácia significa realizar todas as fiscalizações programadas ou mais (100% ou mais); e ineficácia, realizar menos fiscalizações do que o programado (menos de 100%).	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	174
	Quantidade Total Programada (QTP)	199
	INDICADOR DE EFICÁCIA = (QTR/QTP)%	87,44%

INDICADOR DE EFETIVIDADE. É a relação % entre o número de fiscalizações realizadas e o total fiscalizações necessárias para fiscalizar todo o universo da ação ou de uma amostra representativa do universo da ação. Neste caso, efetividade significa fiscalizar todo o universo da ação (100%) ou toda a mostra; e não efetividade realizar menos de 100%.	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	174
	Quantidade Total Esperada (QTE)	199
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = (QR/QP)%	87,44%

INDICADOR DE ECONOMICIDADE. É a variação percentual do custo unitário das fiscalizações em 2012 em relação ao de 2011. Neste caso, 100% significam 0% de economicidade; valores abaixo de 100% significam economicidade; e acima de 100% significam acréscimos no custo unitário anual.	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	CUSTO UNITÁRIO REALIZADO EM 2012	R\$ 153,64
	CUSTO UNITÁRIO REALIZADO EM 2011	R\$ 307,17
INDICADOR DE ECONOMICIDADE = (2012/2011)%		50,02%

ANÁLISE CRÍTICA:

INDICADOR DE EFICIÊNCIA

Esta eficiência alcançada foi decorrente de uma otimização das viagens realizadas pelo SSV, quando, ao realizar viagens dos demais programas internos, o tempo e gastos também foram aproveitados para realizar as atividades de Vigilância e Fiscalização do Trânsito de Vegetais. Embora mais eficiente economicamente perdeu-se um pouco em aprofundamento do trabalho realizado (menos tempo disponível para realização) e em abrangência geográfica das ações (realização de menos viagens e, conseqüentemente, fiscalizações em menos regiões produtoras do Estado).

INDICADOR DE EFICÁCIA

A quantidade de fiscalizações realizadas não atingiu a quantidade programada em razão de três fatores: as restrições orçamentárias no primeiro semestre de 2012 e limitação de quantidade máxima de 40 diárias por fiscal, que reduziram a realização de viagens para cumprimento das metas e terceiro e a mais importante foi a demanda reduzida de emissão de Certificado Fitossanitário, com finalidade de exportação, em função de dificuldades dos produtores comercializarem os frutos com outros países. Tendo em vista que esta atividade depende de demanda, e neste caso a demanda foi pouca em relação a anos anteriores, pois houve uma redução drástica de exportação de cucurbitácea para Argentina, e conseqüentemente a eficácia tendeu a cair. Não houve programação física para esta ação pois ela é feita em função da demanda, porém houve programação financeira. Ressaltamos também que a quantidade e a qualidade das atividades podem ser melhoradas com o aumento efetivo de fiscais no serviço de sanidade vegetal, atendendo a crescente demanda de ações no Estado em relação a sanidade vegetal.

INDICADOR DE EFETIVIDADE

Não há um estudo sistematizado por parte do MAPA para definição da amostragem ideal dentro de um universo de ação, que em nosso caso é o Estado de Goiás. Por este motivo estima-se o universo de ação como sendo o mesmo que a meta proposta, ou seja, propomo-nos a realizar o ideal dentro das nossas possibilidades operacionais. Seguindo este raciocínio o resultado encontrado é o mesmo para a eficácia, e a avaliação é a mesma.

INDICADOR DE ECONOMICIDADE

O valor gasto para realização das ações em 2012 teve um decréscimo considerável em relação à 2011. Isso ocorreu porque em 2011 o número de participantes foi maior e os gastos com a participação de servidores do SSV e do órgão estadual de defesa em Goiás (AGRODEFESA) no Encontro Nacional de Fitossanitaristas, realizado em outro estado, foi efetuado pelo Plano Interno VIGIFITO1, enquanto que em 2012 estes recursos foram descentralizados, pelo Departamento de Sanidade Vegetal, em outro Plano Interno e o número de participantes no referido encontro também foi menor.

13.8 – RELAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SFA-GO – ANEXO do item 7.1 – Gestão da Frota de Veículos Próprios e contratados de Terceiros.

RELAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SFA/GO – UJ 130080

Nº de Ordem	MARCA	MODELO	ANO	PLACA	GRUPO
01	NISSAN	X TERRA 2.8 SE	2007/07	NGR-6892	IV/C-3
02	FORD	FOCUS 2L FC	2011/11	NWQ-4055	VI-C-3
03	FORD	F 4000 TURBO 4.3T	1997/98	KDJ-5031	IV/C-3
04	M.BENZ 413CDI	SPRINTERM	2010/11	NVY-4428	IV/C-3
05	RENAUT	MEGANE 2.0	2007/08	JJE-7091	VI-C-3
06	VOLKSWAGEN	GOL 1.6	2004/05	NFQ-1492	VI-C3
07	FORD	FIESTA SEDAN 1.6	2011/11	NWM-9954	VI-C3
08	FORD	FIESTA SEDAN 1.6	2011/11	NWM-9924	VI-C3
09	FORD	FIESTA SEDAN 1.6	2011/11	NWM-9114	VI-C-3
10	FORD	FIESTA SEDAN 1.6	2011/11	NWM-9914	VI-C-3
11	FORD	RANGER XL 13 P	2010/11	HOE-4880	IV/C-3
12	GM	S-10 COLINA D 4X4	2006/07	NGJ-7938	IV/C-3
13	FORD	RANGER XL 13P	2008/09	NJZ-1746	IV/C-3
14	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/12	NWJ-4853	VI-C-3
15	FORD	ECOSPORT XL 1.6	2008/09	NJZ-1776	VI-C-3
16	FORD	FIESTA SEDAN 1,6	2011/11	NWM-9884	VI-C-3
17	FIAT	PALIO WR ADVENT.	2010/11	NWH-6431	VI-C-3
18	NISSAN	FRONTIER 4X4 SE	2004/05	NFO-7951	IV/C-3
19	NISSAN	FRONTIER 4X4 SE	2005/05	JFQ-8135	IV/C-3
20	GM	BLAZER ADVANT,	2011/11	NW0-1693	IV/C-3
21	FORD	RANGER XL 13P	2009/10	NKX-8596	IV/C-3
22	FIAT	DOBLO HLX 1.8	2007/08	NGS-8946	VI-C-3
23	GM	S-10 ADVANTAGE D	2009/10	HIG-2943	IV/C-3
24	FIAT	STRADA ADVANT.	2011/11	NWJ-4041	VI-C-3
25	FORD	ECOSPORT XL 1.6	2008/09	NJZ-1766	VI-C-3
26	FORD	ECOSPORT XL 1.6	2008/09	NJZ-1796	VI-C-3
27	FORD	ECOSPORT XL 1.6	2008/09	NJZ-1756	VI-C-3
28	FORD	FIESTA SEDAN 1.6	2011/11	NWM-9834	VI-C-3
29	FIAT	FIAT 1.8	2007/07	NGY-0581	VI-C-3
30	FORD	FIESTA SEDAN 1.6	2011/11	NWM-9974	VI-C-3
31	FORD	FIESTA SEDAN 1.6	2011/11	NWM-9044	VI-C-3
32	FORD	FIESTA	2009/10	NLB-4086	VI-C-3
33	NISSAN	LIVINA 1.8 SL AUT.	2010/11	NWH-6461	VI-C-3
34	NISSAN	<u>LIVINA 1.6</u>	2010/11	NWH-6771	VI-C-3
35	VOLKSWAGEN	PARATI 1.6	2008/08	NJY-5702	VI-C-3
36	FORD	FIESTA 1.6	2009/10	NLB-4176	VI-C-3
37	FORD	FIESTA 1.6	2011/11	NWM-9264	VI-C-3
38	FORD	FIESTA 1.6	2009/10	NLB-4106	VI-C-3
39	FORD	FIESTA 1.6	2009/10	NLB-4226	VI-C-3
40	FORD	FIESTA 1.6	2009/10	NLB-4256	VI-C-3
41	FORD	FIESTA SEDAN 1.6	2011/11	NWM-9864	VI-C-3
42	FORD	FIESTA SEDAN 1.6	2011/11	NWM-9854	VI-C-3
43	FORD	FIESTA SEDAN 1.6	2011/11	NWM-9204	VI-C-3
44	FORD	RANGER XL 13 P	2008/09	NJZ-1736	IV/C-3
45	FORD	ECOSPORT XL 1.6	2008/09	NJZ-1786	VI-C-3

46	FIAT	<u>PALIO WR ADVENT.</u>	2009/10	NKX-8556	VI-C-3
47	FIAT	<u>DOBLO HLX 1.8</u>	2007/08	NGX-1547	VI-C-3
48	VOLKSWAGEN	<u>PARATI 1.6</u>	2008/08	NJY-5732	VI-C-3
49	FORD	<u>ECOSPORT XL 1.6</u>	2008/09	NKX-1301	VI-C-3
50	VOLKSWAGEN	GOL 1.0	2004/05	NFQ-1592	VI-C-3
51	VOLKSWAGEN	GOL 1.0	2004/05	NFQ-1572	VI-C-3
52	VOLKSWAGEN	GOL 1.0	2004/05	NFQ-1512	VI-C-3
53	VOLKSWAGEN	GOL 1.6	2004/05	NFQ-1642	VI-C-3
54	VOLKSWAGEN	GOL 1.6	2004/05	NFQ-1622	VI-C-3
55	FIAT	PALIO WEEK ELX	2006/07	NGJ-7968	VI-C-3
56	FIAT	PALIO WEEK ELX	2006/07	NGJ-7948	VI-C-3
57	VOLKSWAGN	GOL 1.6	2004/05	NFQ-1672	VI-C-3
58	FORD	RANGER XL 11F	2002/03	KEU-6141	IV/C-3
59	FORD	RANGER XL 11F	2002/03	KEU-6161	IV/C-3
60	VOLKSWAGEN	GOL 1.0	2004/05	NFQ-1532	VI-C-3
61	VOLKSWAGEN	GOL 1.0	2004/05	NFQ-1632	VI-C-3
62	VOLKSWAGEN	GOL 1.0	2004/05	NFQ-1682	VI-C-3
63	VOLKSWAGEN	GOL 1.6 CYTY	2004/05	NFO-9571	VI-C-3
64	VOLKSWAGEN	GOL 1.6 CITY	2004/05	NFO-9751	VI-C-3
65	VOLKSWAGEN	PARATI 1.6 CITY	2004/05	NFO-9851	VI-C-3
66	FIAT	UNO S 1.5	1993/93	JFO-2366	VI-C-3
67	VOLKSWAGEN	PARATI CL	1995/96	KCJ-2392	VI-C-3
68	FIAT	UNO	1987/87	KCN-2560	VI-C-3
69	FIAT	UNO CS IE	1995/95	KCJ-9094	VI-C-3
70	NISSAN	FRONTIER 4X4 XE	2004/05	JFQ-8165	IV/C-3
71	FIAT	PALIO HLX	2007/07	NGY-0591	VI-C-3

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra: 993 km;

e) Idade média da frota, por grupo de veículos: 04 anos

f) Custos associados à manutenção da frota: R\$ 201.824,87- Este valor representa o somatório das seguintes naturezas de despesas: (33903001) **R\$133.751,70** + (33903039) **R\$ 42.340,89** + (33903903) **R\$ 3.204,28** + (33903919) **R\$ 4.137,81** + (33904710) **R\$ 15.643,50** + (33909302) **R\$ 2.746,69**.

g) Plano de substituição da frota: Não existem aquisições previstas para o exercício de 2013. As aquisições de veículos do MAPA são previstas no PAAV – Plano Anual de Aquisição de Veículos, programa incluso no SCVA/MAPA;

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação? A frota apresenta-se semi-nova, não havendo necessidade e expectativa de novas aquisições e nem de locações para o exercício de 2013. Para aquisições ou locações de veículos a UJ comunica previamente à Coordenação Geral do MAPA, as respectivas necessidades, justificadas e aguarda a Superior decisão.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transportes: A UJ mantém contrato de gerenciamento de frota para abastecimento e manutenção leve com a empresa TICKET SERVIÇOS S/A, que oferece vários relatórios gerenciados informatizados “on-line” em tempo real, que asseguram uma prestação de serviços eficientes e econômicos (1% dos dispêndios faturados). Utiliza ainda o Sistema de Controle de Veículos Automotivos – SCVA/MAPA, onde é registrada toda a movimentação, Quilometragem, custos, condutores, destinos, periodicidade, também em rede on-line do MAPA, acompanhado e vistoriado pela Coordenação Geral de Transportes da sede central.

13.9 – Gestão da Tecnologia da Informação da UJ – ANEXO do item 8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.

	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
x	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
x	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
x	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
x	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
x	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
x	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).

<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
<p>Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.</p>	
<p>A estrutura de governança corporativa e de TI é advinda da alta administração e Coordenação Geral de Tecnologia de Informação (CGTI) do Órgão Central – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).</p> <p>Esta Unidade Jurisdicionada (UJ), a SFA-GO, apenas executa as ações delegadas pela CGTI. Partindo desta premissa, toda relação de governança corporativa e de TI desta UJ limita-se ao conhecimento relacionado ao Plano Estratégico institucional em vigor, sua divulgação, indicadores e metas, avaliação de resultados, gestão da segurança da informação corporativa e do desempenho dos serviços de TI. Essa divisão de competências justifica a falta de marcação em alguns campos do quadro acima, a exemplo do item 4.</p> <p>A CGTI/MAPA possui objetivos e mecanismos de controle e de gestão monitorados e avaliados, visando à mitigação de possíveis riscos, bem como à constante melhoria nos sistemas. Já com relação às auditorias, foi realizado tal procedimento formal em 2012, pelo Órgão de Controle Interno (OCI), mas não por iniciativa da UJ.</p> <p>Tem-se, por fim, conhecimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, instrumento de gestão e governança do MAPA. A avaliação de resultados tem sido constante, observando clareza na execução de etapas advindas de planejamento da área. Entre as ações do Plano que se refletiram na UJ, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Constatação da necessidade de nova rede lógica e elétrica para as UJs – Houve contratação das empresas ALSAR, TM SOLUTIONS, DATAGRAPHICS E SODALITA (Planejada, executada e certificada em 2012). • Aquisição de dois servidores para cada UJ – equipamentos para suporte de sistemas, rede e guarda de dados. • Está publicado o edital de pregão de link de dados, a ser realizado pelo Órgão Central (CGSG/CGTI), cujo objeto é disponibilizar de 15 a 30Mb de velocidade para as UJs, obedecendo à demanda específica de cada uma. • Vários são os sistemas disponibilizados em rede, que atendem às necessidades de negócios, tanto da área finalística, quanto na administrativa da SFA-GO. • Encontra-se em fase interna o processo licitatório para a aquisição de novos equipamentos que correspondam à rede recém implantada. <p>Evidenciam-se os pilares da economicidade, eficiência e sustentabilidade na gestão administrativa do MAPA e suas unidades. Trata-se com prioridade a gestão da Tecnologia da Informação e do Conhecimento, que disponibiliza aos cidadãos e empresas: informações, legislações, meios de cadastros e serviços diversos. Ficam claros os preceitos democráticos da responsividade, da transparência e da prestação de contas online. As ferramentas de interação permitem, ademais, uma significativa redução do uso de papel e suprimentos de impressão. Esta ação é consoante às políticas sustentáveis e de proteção ambiental adotadas pelo MAPA.</p>	

Fonte: SAOD/GAB/SFA-GO

8.2 Análise Crítica

As demandas da UJ, motivadas e fundamentadas da necessidade, são encaminhadas à CGTI/MAPA para avaliação e aprovação do pleito. As aquisições e contratações pertinentes à TI são executadas pelo Órgão Central, em conjunto com a Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais (CGSG) e CGTI. Assim ocorreu com a contratação da rede lógica e elétrica do MAPA e de suas 27 UJs. As aquisições de equipamentos de informática - impressoras, *scanners*, leitoras de códigos de barra, computadores e outros - são de exclusiva competência do Órgão Central, por meio da CGTI/CGSG, bem como a aquisição de programas, softwares e sistemas para as UJs. Há, também, um contrato vigente entre MAPA e CTIS, gerenciado pela CGTI, cujo objeto é disponibilizar um profissional de TI para suporte técnico a cada unidade. A SFA-GO não tem autonomia para gerenciar os procedimentos do setor informática em sua plenitude.

13.10 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – ANEXO do item 9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Inserção de cláusulas específicas em Editais de licitação, Termos de Referência e Contratos firmados, em todas as licitações que se enquadram nas exigências de critérios de Sustentabilidade e Proteção do Meio Ambiente, onde ateu-se às normas instituídas pela IN 01 MPOG, de 19/01/2010, Normas: ABNT, NBR, SISNAMA, CONAMA, ANVISA, DNPM.					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? - Pregão 001/2012(Serviços Reprográficos) = ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 e IN n° 01 MPOG, de 19/01/2010; - Pregão 002/2012-SRP(Aquisição de Cartuchos toner, tintas e fitas p/ impressoras) = IN n° 01 MPOG, de 19/01/2010; ABNT NBR 15448-1 e 15448-2; Laudos com acreditação do INMETRO, vinculado a RBLE, ABNT NBR/ISO/IEC17025, 19752, 24711, 24712, 19798; - Pregão 003/2012(Serviços Gráficos) = IN n° 01 MPOG, de 19/01/2010 e ABNT NBR 15448-1 e 15448-2; - Pregão 005/2012(Aq. Materiais de Expediente e Elétrico) = IN n° 01 MPOG, de 19/01/2010 e ABNT NBR 15448-1 e 15448-2; - Pregão 006/2012(Aq. Elevador) = Normas ABNT NBR, Certificação/Registro CREA; - Pregão 007/2012(Adaptação Sanitários) = Normas ABNT NBR, Certificação/Registro CREA, SISNAMA e Resolução n° 307 do CONAMA; - Pregão 009/2012(Água Mineral) = Normas: ABNT – ANVISA – DNPM; - Pregão 011/2012(Instalação Escada de Incêndio e Estrutura Elevador) = IN n° 01 MPOG, de 19/01/2010 e ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, CONAMA.				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
No exercício de 2012 não ocorreram aquisições via processo licitatório, de torneiras automáticas, lâmpadas econômicas, reatores e/ou outros produtos que interferissem na redução do consumo de água e energia.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? – Não ocorreu aquisição de produtos reciclados por parte desta UJ, mesmo porque, quando de sua consulta (papel A4) esses estavam com custos superiores aos de primeiro uso.	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? A campanha de economicidade de consumo de água, energia elétrica, telefonia, papéis e cartuchos são pautas sistemáticas e rotineiras nas reuniões de gestão, que ocorrem às segundas-feiras com os chefes de Serviços, Divisões e Gabinete desta SFA-GO. São demonstrados e comentados os levantamentos de gastos e verificados em cada setor a possibilidade de redução, visando a economicidade.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Nas reuniões de gestão, conforme já explicitado acima, incentiva-se a divulgação para os demais servidores e prestadores de serviços a especial atenção no que se diz respeito à proteção e preservação do meio ambiente, preocupação geral do momento atual, tanto na administração pública quanto nas escolas e meios de comunicação televisiva, escrita e falada. Houve a distribuição de um CD para a divulgação entre as equipes que compõem os Serviços, intitulado “A carne é fraca” – documentário que retrata a importância e a necessidade de preservar e proteger o planeta; distribuição de cartilhas sobre o “Plano ABC – Agricultura de Baixo teor de Carbono”, com foco na prevenção do aquecimento global e critérios de sustentabilidade.				X	
<p>Considerações Gerais:</p> <p><i>No exercício de 2012, esta UJ promoveu licitações conforme o quadro abaixo, que vem demonstrar dentre outros aspectos, a constante redução de custos, a transparência das contratações, a respectiva economicidade administrativa, e, por conseguinte o zelo dos seus gestores com o patrimônio público.</i></p>					

Aspectos sobre a gestão ambiental Licitações Sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DO SCC/SAG/DAD- EXERCÍCIO 2012

PREGOS ELETRÔNICOS REALIZADOS						MANUTSFAS	OUTROS Pis
Nº	PROCESSO		VALOR	VALOR	VARIAÇÃO % =		
			ESTIMADO	REALIZADO	ECONOMICIDADE		
001/2012	21020.001158/2012-81	Serviços Reprográficos	47.110,50	41.040,00	12,89%	41.040,00	-
002/2012	21020.001611/2012-59	Mat. Proc. de Dados	110.869,62	62.227,70	43,87%	*11.183,53	*20.483,15
003/2012	21020.001613/2012-48	Serviços Gráficos	4.110,68	4.110,00	-	4.110,00	-
004/2012	21020.001616/2012-81	1 Posto Recepcionista	24.014,10	19.677,00	18,06%	19.677,00	-
005/2012	21020.001808/2012-98	Mat. Exped. e Elétrico	30.287,63	17.209,12	43,18%	17.209,12	-
006/2012	21020.002013/2012-05	Aq. 01 Elevador Vertical	Pregão Deserto	-			
007/2012	21020.002012/2012-52	Adap.e Inst. Sanitários	174.217,92	174.217,92	-	174.217,92	-
008/2012	21020.002187/2012-60	Serv. Agenc. de Viagens	Pendente Autorização	-			
009/2012	21020.002044/2012-58	Aq. Água Mineral	18.600,00	10.680,00	42,58%	10.680,00	-
010/2012	21020.002013/2012-05	Aq. 01 Elevador Vertical	Reedição Pregão 006	Pregão Fracassado			
011/2012	21020.002012/2012-52	Inst. Escada Inc. +Est.Elev	Reed. Item 2 Pregão 007	Pregão Fracassado			
TOTAL DOS GASTOS			409.210,45	329.161,74	19,56%	278.117,57	20.483,15

*SRP-vlrs. NE emitidas

SRP - ADESAO ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS							
Nº	PROCESSO		VALOR	VALOR	VARIAÇÃO % =		
			ESTIMADO	REALIZADO	ECONOMICIDADE		
001/2012	21020.001785/2012-11	M. Permanente (móveis)	62.325,87	57.019,85	8,51%	57.019,85	-
TOTAL DOS GASTOS			62.325,87	57.019,85	8,51%	57.019,85	-

TERMOS DE COMPROMISSO							
Nº	PROCESSO		VALOR	VALOR	VARIAÇÃO % =		
			ESTIMADO	REALIZADO	ECONOMICIDADE		
001/2012	21020.000118/2012-11	Imprensa Nacional	20.000,00	20.000,00	-	20.000,00	-
TOTAL DOS GASTOS			20.000,00	20.000,00	-	20.000,00	-

DISPENSA DE LICITAÇÕES							
Nº	PROCESSO	HISTORICO	VALOR	VALOR	VARIAÇÃO % =		
			ESTIMADO	REALIZADO	ECONOMICIDADE		
001/2012	21020.000703/2012-11	Mat. Proc. de Dados	7.868,00	5.108,71	35,07%	4.097,20	1.011,51
002/2012	21020.000621/2012-77	Transporte de Mudança	3.525,00	2.400,00	31,91%	-	2.400,00
003/2012	21020.000705/2012-19	Conf. Etiquetas Adesivas	356,25	225,00	36,84%	225,00	-
004/2012	21020.000824/2012-63	Rep. Manut. Impressoras	1.801,00	1.343,00	25,43%	1.343,00	-
005/2012	21020.000517/2012-82	Aq. Lacres Personalizado	6.466,66	4.350,00	32,73%	-	4350,00
006/2012	21020.000861/2012-71	Aquisição Papel A4	3.137,60	3.137,60	-	3.137,60	-
007/2012	21020.001163/2012-93	Mat. Elétrico Eletrônico	1.067,50	750,00	29,74%	750,00	-
008/2012	21020.000887/2012-10	Película Insulfime	CANCELADA				
009/2012	21020.001411/2012-04	Gêneros Alimentícios	5.250,00	3.627,00	30,91%	3.627,00	-
010/2012	21020.001594/2012-50	Serv. Inst. Aterramento	9.194,57	7.500,00	18,43%	7.500,00	-
011/2012	21020.001786/2012-66	Assinatura de Jornal	1.012,27	478,80	52,70%	478,80	-
012/2012	21020.002234/2011-94	Curso Liderança Equipe	15.740,27	6.580,00	58,20%	-	6.580,00
TOTAL DOS GASTOS			54.699,12	35.500,11	35,10%	21.158,60	14.341,51

TOTAL GERAL DOS GASTOS (PREGÕES/ADESAO SRP/TERMO COMPROMISSO/DISPENSAS.)							
			546.235,44	441.681,70	19,14%		
TOTAL GASTO NAT. DESPESA: 33390.30				107.983,13			
TOTAL GASTO NAT. DESPESA: 33390.39				256.678,72			
TOTAL GASTO NAT. DESPESA: 33391.39				20.000,00			
TOTAL GASTO NAT. DESPESA: 34490.52				57.019,85			

LEGENDA
Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

13.11 – Relatório de Cumprimento das Recomendações da OCI – ANEXO do item 10.1.3 – Recomendações da OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás – SFA/GO			130080
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203376	3.1.2.1	SA 09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SGP/DAD/SFA-GO			130080
Descrição da Recomendação			
Recomendamos à SFA-GO que implemente controles capazes de permitir o adequado gerenciamento dos prazos estabelecidos pela IN TCU nº 55/2007, para análise e registro no SISAC dos atos de admissão, aposentadoria e pensão.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SGP/DAD/SFA-GO			130080
Síntese da Providência Adotada			
Através do Ofício nº 232/2012/GAB/SFA-GO, de 10/05/2012 apresentou esclarecimentos que “os servidores responsáveis por esta atividade são orientados a procederem aos registros tão logo os atos são publicados no DOU. Estamos adotando os procedimentos necessários para o que os serviços sejam realizados dentro do prazo legal.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Cumprimento dos prazos previstos NE IN TCU nº 55/2007, no SISAC.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Esta recomendação veio alertar e conscientizar o SGP/DAD/SFA-GO sobre a responsabilidade do cumprimento das normas instituídas e observar o cumprimento dos prazos legais.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás – SFA/GO			130080
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203376	3.1.3.1	SA 07/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SCC/SAG/DAD/SFA-GO			130080
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Proceder a devida pesquisa de preços para estimar o valor das contratações antes de definir qual será a modalidade de licitação a ser utilizada;			

Recomendação 2: Instruir os processos de contratação por inexigibilidade e dispensa de licitação com os elementos definidos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8666/1993.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SCC/SAG/DAD/SFA-GO	130080
Síntese da Providência Adotada	
Dispensar maior atenção quando da definição da modalidade licitatória a ser realizada. Buscar a implementação de documentos na instrução processual, de forma a demonstrar uma variada pesquisa de preços, mercado e de fornecedores.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Melhorias na instrução dos processos licitatórios.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A constatação apresentada pelo OCI veio alertar os servidores envolvidos da necessidade de cautela, pesquisas de preços mais abrangentes e que toda a informação pertinente deve ser escrita, documentada e juntada aos autos do processo.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás – SFA/GO			130080
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203376	3.1.3.2	SA 07/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SCC/SAG/DAD/SFA-GO			130080
Descrição da Recomendação			
Instruir os processos licitatórios, bem como os de dispensa ou inexigibilidade de licitação com os documentos comprobatórios da pesquisa de preços realizada, incluindo a comprovação do envio da consulta de preços as empresas escolhidas, como forma de comprovar quais foram pesquisadas e quando foram feitas as consultas; método utilizado na obtenção dos preços estimados, o número de empresa consultadas e quantas apresentaram propostas e se houve descarte de alguma proposta; e servidor responsável pela realização da consulta de preço.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SCC/SAG/DAD/SFA-GO			130080
Síntese da Providência Adotada			
Dispensar maior atenção quando da realização da pesquisa de preços, juntada dos documentos comprobatórios no processo, identificação das empresas consultadas e respectivas respostas (positivas/negativas), como também a inclusão da identificação do servidor responsável pela pesquisa..			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhorias na condução das pesquisas de preços e instrução consubstanciada dos processos licitatórios.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A constatação apresentada pelo OCI veio alertar os servidores envolvidos da necessidade de cautela, pesquisas de preços mais abrangentes e que toda a informação pertinente deve ser escrita, documentada e juntada aos autos do processo.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás – SFA/GO	130080
Recomendações do OCI	

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203376	3.1.4.1	SA 09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SAOD/TI/GAB/SFA-GO			130080
Descrição da Recomendação			
<p>Abster-se de receber objetos de contratos de aquisição de equipamentos e prestação de serviços sem a devida elaboração de termo circunstanciado, conforme disciplina o art. 73, § 1º, inciso II da Lei nº 8666/1993, bem como de atestar notas fiscais sem a devida comprovação da execução completa dos objetos contratuais, verificando a compatibilidade das especificações e funcionamento dos equipamentos.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SAOD/TI/GAB/SFA-GO			130080
Síntese da Providência Adotada			
<p>Todos equipamentos adquiridos foram entregues em quantidades e especificações conforme o contratado. Todos se encontram instalados e em pleno funcionamento.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Trata-se de um processo de aquisição (adesão SRP do MAPA) atípico, que integra um projeto maior de modernização da rede lógica do MAPA e de suas Unidades Descentralizadas (SFAs) primando pela maior segurança de dados, velocidade, rede lógica e sistemas on-line. A coordenação das aquisições, projetos, quantitativos e especificações ficaram sob a gestão da CGTI/MAPA.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>A constatação apresentada pelo OCI deu-se no período entre a finalização da instalação dos equipamentos e o término da rede lógica e elétrica estabilizada, sem a qual não seria possível realizar os testes de funcionamento necessários ao aceite definitivo.</p>			

13.12 – DECLARAÇÃO – SIASG e SICONV – ANEXO do item 10.4.1 – Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.



Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Maria Carmem Leal de Oliveira**, CPF nº 467.894.211-49, Chefe da Divisão de Apoio Administrativo, exercido na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Goiânia-GO, 19 de março de 2013.

Maria Carmem Leal de Oliveira

CPF nº 467.894.211-49

Chefe da Divisão de Apoio Administrativo – DAD/SFA-GO

13.13 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis ... - ANEXO do item 11.2.1 – Declaração

QUADRO A.11.1 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINT. FED. DE AGRIC. , PEC. E ABASTECIMENTO/ GO		130080	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC n.º	006624/T-8 GO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas
Coordenação de Administração de Pessoal

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício 2012, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o item 08, da parte A, do anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

- Alberto Jerônimo Pereira
- José Calazans dos Santos

Brasília, 06 de fevereiro de 2013

JOSE LUIS DA SILVA
Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

ONFERE COM O ORIGINAL

Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
CRC-006624/T-8 GO
CCONT/SPOA/SE/MAPA

14 – CONCLUSÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2012

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás - SFA-GO, no exercício de 2012, executou tarefas/trabalhos de forma participativa e transparente para o desempenho de suas competências regimentais e institucionais e no fortalecimento da consolidação da Gestão Estratégica. Foi dada uma atenção especial aos setores e serviços técnico-administrativos, com relação à Gestão Operacional e Relatório de Gestão, com orientações na elaboração e na conclusão dos mesmos, assim como esclarecimento de dúvidas aos chefes envolvidos nos assuntos em questão

É o Relatório.

Goiânia-GO, 22 de março de 2013

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM GOIÁS

COORDENAÇÃO:

Denise Marcelino Ferreira
Chefe SePA/GAB-SFA-GO

ELABORAÇÃO:

Denise Marcelino Ferreira - Chefe SePA/GAB-SFA-GO
Joarez Rodrigues de Souza – Assistente Administrativo
Rui da Costa Abrantes – Assistente Administrativo
João Batista de Faria – Operador de Computador – Responsável pela Formatação.